2017

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO **SERVIÇO SOCIAL**

Catalogação na fonte

Projeto Político-pedagógico de SERVIÇO SOCIAL. Barra Bonita/ SP, 2017.

Projeto Político-pedagógico do Curso SERVIÇO SOCIAL. Aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso SERVIÇO SOCIAL. Organizado por Mauro Afonso Rizzo, Maria Odete Simão, Valéria Cristiane Validório, Nathalia da Silva Carriel e Marcia Regina Criveli Bonacordi. Barra Bonita: Faculdade Gran Tietê, 2017.

Tema: Projeto Pedagógico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Print Tela e-mec. Processo de autorização curso de Serviço Social – detalhamento do curso. 17
Figura 2. Print Tela e-mec. Processo de autorização curso de Serviço Social – Análise despacho saneador – SERES – Satisfatório. 17
Figura 3. Diário Oficial da União em 26 de maio de 2014. Portaria 438, de 23 de maio de 2014. Credenciamento da Faculdade Gran Tietê. 22
Figura 4. Esquema com a. Relação entre PDI, PPI e PPC. 68
Figura 5. Representação gráfica da interdisciplinaridade. 73
Figura 6. Print da Portaria DG n° 30, de 18 de fevereiro de 2015, que garante informações acadêmicas. 135
Figura 7. Print da Portaria DG n° 27, de 10 de feveirero de 2015, que implanta o Plano de Implementação – Educação das Relações Etnicorraciais de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. 136
Figura 8. Print da Portaria DG nº 31, de 23 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a operacionalização das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012. 138
Figura 9. Print da Portaria DG nº 28, de 15 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a Política de Educação Ambiental, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP Nº 2/2012. 142
Figura 10. Print da Portaria DG nº 35, de 1 de abril de 2015, que dispõe a normatização institucional sobre Decreto Nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 143

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Localização da Faculdade Gran Tietê. 20
Foto 2. Dr. Campos Salles, José de Salles Leme e João baptista Pompeu. 32
Foto 3. Navegação na Hidrovia Tietê. 34
Foto 4. Imagem aérea na Usina Hidrelétrica de Barra Bonita. 35
Foto 5. Vista Aérea de Barra Bonita. 38
Foto 6. Visão Aérea da Caio Induscar. 39
Foto 7. Visão Externa da Irizar. 39
Foto 8. Visão Aérea da Embraer 40
Foto 9. Linha de Produção da Embraer 40
Foto 10. Foto Aérea da DURATEX. 41
Foto 11. Usina da Barra – Raízen. 41

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Malha Ferroviária da FEPASA em 1987. Fonte: Wikipedia. 28
Mapa 2. Localização de Barra Bonita no Estado de São Paulo e Brasil. 33
Mapa 3. Macrorregião de Barra Bonita. 37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dispositivos legais atendidos pela IES. 14
Quadro 2- Resumo – Dados Gerais do Curso. 16
Quadro 3- Dados da Mantenedora. 18
Quadro 4- Dados do Dirigente Principal da Mantenedora. 19
Quadro 5- Dados da Mantida 20
Quadro 6- Dados do Dirigente Principal da Mantida. 21
Quadro 7- Algumas das principais indústrias da região da macrorregião de Barra Bonita. 44
Quadro 8- Fatos para mudanças nas diretrizes curriculares. 50
Quadro 9- Disciplinas e Componentes que materializam a flexibilização curricular. . 73
Quadro 11- Disciplinas para garantir a materialização da relação teoria com a prática. 74
Quadro 12- Matriz Curricular do Curso de SERVIÇO SOCIAL. 84
Quadro 13- Organização Curricular e Campo de Formação. 85
Quadro 14- Resumo da Distribuição da Carga Horária do Curso. 86
Quadro 15- Horário das aulas dos cursos da Instituição. 133
Quadro 16- Percentual de desconto – Programa parceria. 175
Quadro 17- Distribuição das instalações físicas geral da Faculdade Gran Tietê 193
Quadro 18- Descrição dos equipamentos - multimídia. 199
Quadro 19- Descrição dos espaços da biblioteca. 203
Quadro 20- Horário de Funcionamento da Biblioteca. 210
Quadro 21- Laboratórios existentes e previstos. 213
Quadro 22- Descrição do Laboratório de Informática I. 215
Quadro 23- Descrição do Laboratório de Informática II. 217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População da Macorregião de Barra Bonita. 37
Tabela 2. PIB da Macrorregião de Barra Bonita 45
Tabela 3. Faixa Etária da População – Pirâmide Populacional. 46
Tabela 4. COMPARATIVO – HORA-AULA. 132
Tabela 5. CARGA HORÁRIA EFETIVA PARA DISCIPLINAS DE 40 E 80 HORAS-AULA. 132

SUMÁRIO

1. DISPOSITIVOS LEGAIS E NORMATIVOS 13
1.1. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA 14
1.2. REQUISITOS DAS DCN PARA O PPC 14
2. DADOS GERAIS DO CURSO 16
3. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS 18
3.1. DA MANTENEDORA 18
3.1.1. Identificação 18
3.1.2. Finalidades 18
3.1.3. Condição Jurídica e Fiscal 18
3.1.4. Dirigente Principal 19
3.1.5. Histórico da Mantenedora 19
3.2. DA MANTIDA 19
3.2.1. Identificação 20
3.2.2. Dirigente Principal 21
3.2.3. Histórico da Instituição 21
3.2.4. Finalidades 22
3.3. PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO 23
3.4. CONTEXTUALIZAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS SUAS INSERÇÕES INSTITUCIONAL, POLÍTICA, GEOGRÁFICA E SOCIAL 24
3.4.1. Centro-oeste paulista 25
3.4.2. O Município de Barra Bonita 30
3.4.3. Aspectos Históricos de Barra Bonita 31
3.4.4. Aspectos Geográficos de Barra Bonita 32
3.4.5. Aspectos Demográficos na Região de Influência 35
3.4.6. Aspectos Econômicos e Sociais da região de influência 37
3.4.7. População do ensino médio regional e taxa de matriculados no ensino médio 45
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 49
4.1. APRESENTAÇÃO 49
4.1.1. Aspecto Institucional 50
4.2. CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO 51
4.2.1. Missão da Instituição 51
4.2.2. Estrutura Organizacional 51

4.2.3. Representação Docente e Discente 52
4.2.4. Conselho Superior – CONSU 52
4.2.5. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE 54
4.2.6. Estrutura e Atribuições das Coordenações de Curso 55
4.2.7. Coordenadoria do Curso 57
4.2.8. Integração entre Gestão Administrativa e Órgãos Colegiados 57
4.2.9. Participação da Comunidade Universitária nos Órgãos Superiores Administrativos e Acadêmicos 58
4.2.10. Relações e Parcerias com a Comunidade 58
4.3. ADMINISTRAÇÃO 58
4.3.1. Condições de Gestão da IES 59
4.4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 59
4.4.1. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 59
4.4.2. Políticas institucionais 62
4.5. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO 64
4.6. VISÃO 66
4.7. PRINCÍPIOS E VALORES 66
4.8. VOCAÇÃO 66
4.9. MISSÃO DO CURSO 67
4.10. CONCEPÇÃO 67
4.11. OBJETIVOS DO CURSO 68
4.11.1. Objetivos Específicos 69
4.12. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO 70
4.12.1. Campo de Atuação 71
4.13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 72
4.13.1. Coerência dos Conteúdos Curriculares com os Objetivos do Curso 76
4.13.2. Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado do Egresso 76
4.13.3. Adequação da Metodologia de Ensino à Concepção do Curso 77
4.13.4. Inter-Relação das Disciplinas na Concepção e Execução do Currículo 81
4.13.5. Aspectos da Estrutura Curricular 81
4.14. ESTRUTURA CURRICULAR E DIMENSIONAMENTO DA CARGA HORÁRIA POR PERÍODO LETIVO 83
4.14.1. Organização Curricular e Campo de Formação 84
4.14.2. Resumo da Matriz Curricular e Dimensionamento da Carga Horária 85
4.14.3. Organização Curricular e a Legislação 86
4.15. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA 86

4.15.1. Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas 86
4.15.2. Adequação, atualização e relevância da bibliografia 86
4.15.3. Descrição do ementário e bibliografia do curso 87
4.15.4. Aspecto Legal 131
4.15.5. Ação Institucional 132
4.16. INFORMAÇÕES ACADÊMICAS 133
4.17. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA (RESOLUÇÃO CNE/CP N° 01 DE 17 DE JUNHO DE 2004) 135
4.18. DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS ... 136
4.19. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 139
4.19.1. Princípios da Educação Ambiental 139
4.19.2. Objetivos da educação ambiental 140
4.19.3. Ações previstas para implantação na IES da educação ambiental 141
4.20. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA 143
4.21. ATIVIDADES COMPLEMENTARES 144
4.21.1. Regulamento das Atividades Complementares 145
4.21.2. Mecanismos efetivos de acompanhamento e cumprimento das atividades 150
4.21.3. Oferta regular de atividades pela IES 150
4.22. ESTÁGIO SUPERVISIONADO 151
4.22.1. Carga Horária de Estágio 152
4.22.2. Sistema de acompanhamento e avaliação de Estágio 153
4.22.3. Sistema de Avaliação do Estágio 153
4.22.4. Relatórios de Atividades de Estágio 154
4.22.5. Participação em atividades reais conveniadas 154
4.23. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 154
4.24. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM 155
4.24.1. Formas de Avaliação do Ensino Aprendizagem 155
4.24.2. Coerência do sistema de avaliação 157
4.24.3. Avaliação do processo ensino-aprendizagem 159
4.24.4. Sistema de Autoavaliação do Curso 162
4.25. AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS DECORRENTES DAS AUTO-AVALIAÇÕES E DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS 164
4.26. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA 164

4.27. ATUAÇÃO DO COORDENADOR 165
4.28. COLEGIADO DE CURSO 166
4.29. REGULAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO 167
4.30. APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO AOS DOCENTES 169
4.31. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA 170
4.31.1. Organização do controle acadêmico 170
4.31.2. Pessoal técnico e administrativo 171
4.32. ATENÇÃO AOS DISCENTES 171
4.32.1. Apoio pedagógico 172
4.32.2. Acompanhamento psicopedagógico 172
4.32.3. Mecanismos de nivelamento 172
4.32.4. Programas de Apoio Financeiro 173
4.32.4.1. Programa Motivacional 173
4.32.4.2. Programa Parceria – Desconto e Premiação 175
4.32.4.3. Bolsas de Trabalho ou de Administração 176
4.32.4.4. Convênios 176
4.32.4.5. Bolsas Acadêmicas Fornecidas pela Mantenedora 176
4.32.4.6. Financiamento ao Estudo do Ensino Superior – FIES 177
4.32.4.7. Bolsa do Programa Escola da Família 177
4.32.4.8. Programa Universidade para Todos - Prouni 178
4.33. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS 178
4.33.1. Meios de divulgação de trabalhos e produções de alunos 180

5. CORPO DOCENTE 182
5.1. PERFIL DO CORPO DOCENTE 182
5.2. CONTRATAÇÃO DOS PROFESSORES 184
5.3. POLÍTICA E PLANO DE CARREIRA 184
5.3.1. Critérios de admissão e de progressão na carreira 184
5.3.2. Ações de Capacitação 184
5.3.3. Plano de Cargos e Salários 185
5.4. ESTÍMULOS PROFISSIONAIS 185
5.4.1. Apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural 186
5.4.2. Apoio à participação em eventos 187
5.4.3. Incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes 187
5.5. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE 187
5.6. INTERDISCIPLINARIDADE NA PRÁTICA DOCENTE 188

5.7. COORDENADAÇÃO ACADÊMICA 189
5.7.1. Atuação do coordenador 189
6. INSTALAÇÕES PARA O CURSO 192
6.1. ESPAÇO FÍSICO DO CURSO 192
6.1.1. Descrição da Estrutura Física da Faculdade Gran Tietê 192
6.1.2. Salas de Aula 193
6.1.3. Instalações para docentes 194
6.1.4. Instalações administrativas 194
6.1.5. Instalações para a Coordenação do curso 194
6.1.6. Auditórios e Salas de Conferência 195
6.1.7. Gabinetes de Trabalho para Professores em Tempo Integral 195
6.1.8. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais 195
6.1.8.1. Para alunos com deficiência física: 195
6.1.8.2. Para alunos com deficiência visual 196
6.1.8.3. Para alunos com deficiência auditiva 196
6.1.9. Infraestrutura de segurança 197
6.2. EQUIPAMENTOS 197
6.2.1. Acesso dos Docentes, Técnicos e Alunos aos Equipamentos de Informática e aos Recursos Audiovisuais e Multimídia 197
6.2.2. Recursos audiovisuais e multimídia 198
6.3. SERVIÇOS 199
6.3.1. Manutenção das instalações físicas 199
6.3.2. Manutenção, Conservação e Expansão dos Equipamentos 199
6.4. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) PREVISTAS PARA O CURSO 200
6.5. BIBLIOTECA 201
6.5.1. Espaço Físico 203
6.5.2. Instalações para o acervo 203
6.5.3. Instalações para estudos individuais 203
6.5.4. Instalações para estudos em grupos 204
6.5.5. Acervo Geral 204
6.5.6. Informatização do acervo 205
6.5.7. Periódicos Específicos do Curso de SERVIÇO SOCIAL 205
6.5.8. Política de aquisição, expansão e atualização 208
6.5.9. Horário de funcionamento 209
6.5.10. Serviço e Condições de Acesso ao Acervo 210

6.5.10.1. Empréstimo Domiciliar 210
6.5.10.2. Empréstimos Entre Bibliotecas 210
6.5.10.3. Serviço de Comutação Bibliográfica 211
6.5.10.4. Treinamento de usuários 211
6.5.10.5. Alerta bibliográfico 211
6.5.10.6. Reprografia: 211
6.5.10.7. Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos 212
6.5.11. Pessoal técnico-administrativo 212
6.6. LABORATÓRIOS 212
6.6.1. Espaço Físico 212
6.6.2. Laboratório de Informática 213
6.7. LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO 213
6.7.1. Laboratórios – Descrição 214
6.8. ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS 217
6.8.1. Normas de Segurança 218
6.8.2. Pessoal Técnico 218
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA / REFERENCIADA 219

1. DISPOSITIVOS LEGAIS E NORMATIVOS

Seguem as informações sobre os dispositivos legais e normativos, conforme o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - presencial e a distância (INEP).

	Dispositivo Legal	Explicitação do Dispositivo Pela IES
1	**Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso**	O PPC está coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais
2	**Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana** (Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004)	A Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes estão inclusas na disciplina de **Sociologia** e atividades curriculares do curso previstas no **Plano de Implantação da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.**
	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.	A Faculdade Gran Tietê garantiu na forma de Portaria da Direção Geral a inclusão da Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), do Regimentos Interno, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Além disso, a IES optou na inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização curricular como um conteúdo específico da disciplina de **Direito e Legislação Social (4º Termo)**
	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.	A IES, por meio de PORTARIA específica da Direção Geral, estabeleceu as políticas institucionais referentes ao assunto. No curso, a questão da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista também é tratada na disciplina **Psicologia Geral (3º Termo).**
3	**Titulação do corpo docente** (Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996)	Todo corpo docente tem formação em pós-graduação.
4	**Núcleo Docente Estruturante (NDE)** (Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010)	O NDE atende à normativa pertinente.
5	**Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas** Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP 2 /2002 (Licenciaturas)	O curso possui carga-horária de **3.200 horas.**

	Dispositivo Legal	Explicitação do Dispositivo Pela IES
	Resolução CNE/CP Nº 1 /2006 (Pedagogia)	
6	**Tempo de integralização** Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP 2 /2002 (Licenciaturas)	O tempo mínimo de integralização do curso é de **8 semestres** (4 anos). O tempo máximo de integralização do curso é de 16 semestres (8 anos).
7	**Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida** (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008)	A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
8	**Disciplina obrigatória/optativa de Libras** (Dec. N° 5.626/2005)	O PPC prevê a inserção de Libras na estrutura curricular do curso como optativa.
9	**Informações acadêmicas** (Portaria Normativa N° 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010)	As informações acadêmicas exigidas estão disponibilizadas na forma impressa e virtual.
10	**Políticas de educação ambiental** (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)	Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente – garantido pela **Política de Educação Ambiental** da IES. Inclusive com conteúdo abordado na ementa da disciplina **Gestão Social** do curso proposto.

Quadro 1- Dispositivos legais atendidos pela IES.

1.1. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

A legislação específica que engloba Serviço Social é a seguinte:

- **Lei n° 8.662, de 7 de Junho de 1993 -** Regula a profissão de Assistente Social;
- **Resolução CNE/CES 15, de 13 DE MARÇO DE 2002** – Estabelece as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social e dá outras providências, publicada no DOU em 9 de Abril de 2002.
- **Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001**- Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001 e aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais.

1.2. REQUISITOS DAS DCN PARA O PPC

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de SERVIÇO SOCIAL (Resolução CNE/CES 15, de 13 DE MARÇO DE 2002, publicada no DOU em 9 de

Abril de 2002) prevê que o Projeto Pedagógico do Curso SERVIÇO SOCIAL deverá conter no mínimo.

> […]
> Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço social deverá explicitar:
> a) o perfil dos formandos;
> b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
> c) a organização do curso;
> d) os conteúdos curriculares;
> e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso
> (TCC)
> f) as atividades complementares previstas.
>
> [...] RESOLUÇÃO CNE/CES 15, de 13 DE MARÇO DE 2002 – Estabelece as Diretrizes Curriculares e dá outras providências, publicada no DOU em 9 de Abril de 2002.

2. DADOS GERAIS DO CURSO

Os dados gerais do curso constam no quadro a seguir.

Dados Gerais do Curso					
DENOMINAÇÃO DO CURSO:	**SERVIÇO SOCIAL**				
MODALIDADE:	Bacharelado				
ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO:	Av. XV de Novembro, nº 125 Bairro: Centro - Barra Bonita - SP CEP: 17340000				
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
Nº. DE VAGAS ANUAIS OFERECIDAS:	0	0	00	**50**	50
REGIME DE MATRÍCULA:	Seriado semestral				
DURAÇÃO DO CURSO:	CARGA HORÁRIA	Tempo Mínimo		Tempo Máximo	
	3.200	**8 semestres**		**16 semestres**	

Quadro 2- Resumo – Dados Gerais do Curso.

Figura 1. Print Tela e-mec. Processo de autorização curso de Serviço Social – detalhamento do curso.

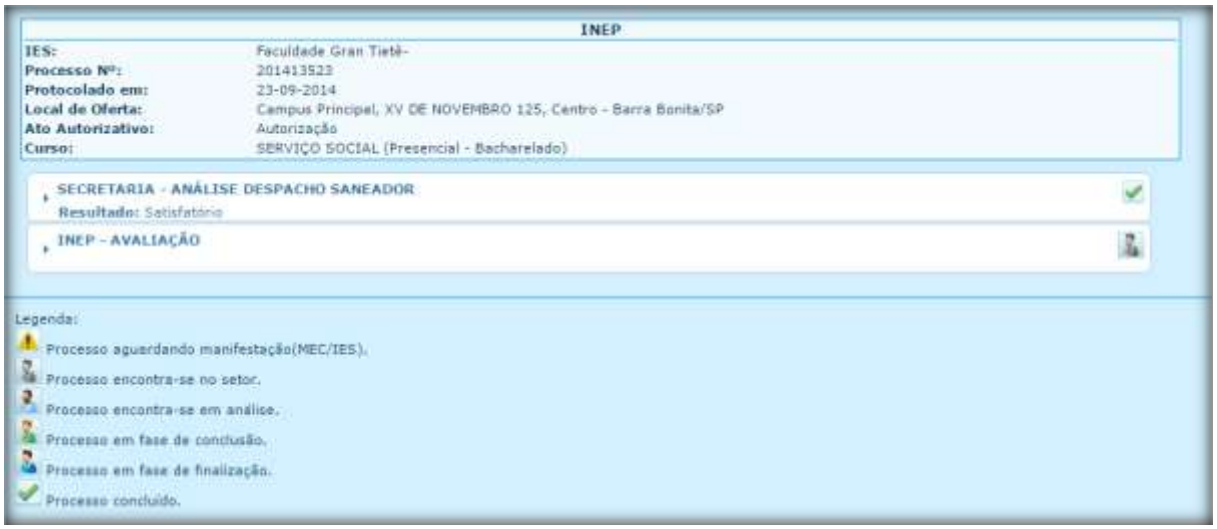


Figura 2. Print Tela e-mec. Processo de autorização curso de Serviço Social – Análise despacho saneador – SERES – Satisfatório.

3. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

3.1. DA MANTENEDORA

A entidade mantenedora da **Faculdade Gran Tietê** é a **IERT - INSTITUIÇÕES DE ENSINO REUNIDAS TIETÊ LTDA**, pessoa jurídica de direito privado.

3.1.1. Identificação

Informações – Mantenedora			
Razão Social	IERT- INSTITUIÇÕES DE ENSINO REUNIDAS TIETÊ LTDA.		
CNPJ	13.153.035/0001-02		
Endereço	XV de Novembro	**Nº**	125
Bairro	Centro	**Cidade**	Barra Bonita
UF	São Paulo	**CEP**	17.340-000
Fone	(14) 3641-2200	**Fax**	
E-mail	Mauro.rizzo@uol.com.br		

Quadro 3- Dados da Mantenedora.

3.1.2. Finalidades

A IERT - Instituições de Ensino Reunidas Tietê Ltda. fundada em 2011, tem como principal objetivo contribuir de igual forma com o progresso do Estado, ao lançar, no mercado da região, profissionais graduados e pós-graduados nas diversas áreas do conhecimento.

3.1.3. Condição Jurídica e Fiscal

A IERT - Instituições de Ensino Reunidas Tietê Ltda. é constituída como Sociedade Civil por quotas de responsabilidade limitada, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Barra Bonita (SP), e com seu Contrato Social

devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Barra Bonita e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 13.153.035/0001-02, doravante denominada apenas Mantenedora.

3.1.4. Dirigente Principal

Seguem os dados do dirigente principal da mantenedora.

Dirigente Principal – Mantenedora				
Nome	**Mauro Afonso Rizzo**			
Cargo	Superintendente Executivo			
CPF	261.864.598-70	**RG**	23700791-5	
Endereço	Rua Antonio Corvino		**Nº**	30
Bairro	Vila Mariana	**Cidade**	Botucatu	
UF	São Paulo	**CEP**	18604-390	
Fone	14-97754505	**FAX**		
E-mail	mauro.rizzo@uol.com.br			

Quadro 4- Dados do Dirigente Principal da Mantenedora.

3.1.5. Histórico da Mantenedora

A entidade mantenedora da **FACULDADE GRAN TIETÊ** é a **IERT-Instituições de Ensino Reunidas Tietê Ltda.**, é constituída como Sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada com sede e foro na cidade de Barra Bonita (SP), Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, 125 e com seu estatuto registrado no Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de Barra Bonita.

A Entidade foi fundada em junho de 2011. Idealizada e sonhada pelo seu Presidente Prof. Esp. João Paulo Alves Silva, Bacharel em Administração e em Ciências Contábeis, juntamente com o trabalho inestimável do Prof. Esp. Marcos Roberto Fernandes Corrêa, formado em História e em Pedagogia, e com o apoio imprescindível do idealizador e fundador Dr. Mauro Afonso Rizzo.

3.2. DA MANTIDA

3.2.1. Identificação

Os dados de identificação e localização da mantida são os constantes no quadro a seguir.

Informações - Mantida				
Nome	**Faculdade Gran Tietê**			
Sigla	**FGT**			
Endereço	Av, XV de Novembro		**Nº**	125
Bairro	Centro	**Cidade**	Barra Bonita	
UF	São Paulo	**CEP**	17340-000	
Fone	(14) 3641-2200			
Fax	(14) 3641-2200			
E-mail	contato@grantiete.com.br			
Site	www.grantiete.com.br			

Quadro 5- Dados da Mantida

Foto 1. Localização da Faculdade Gran Tietê.
Fonte: Google Maps.

3.2.2. Dirigente Principal

Seguem os dados do dirigente principal da mantida.

Dirigente Principal – Mantida				
Nome	**Antonio Ap. mendes Junior**			
Cargo	Diretor Geral			
CPF	25340288800-3	**RG**	28792583-3	
Endereço	Rua Damião Pinheiro Machado		**Nº**	676
Bairro	Centro	**Cidade**	Botucatu	
UF	São Paulo	**CEP**	18603-560	
Fone	14-997985413	**FAX**		
E-mail	prof.antoniomendes.14@gmail.com			

Quadro 6- Dados do Dirigente Principal da Mantida.

3.2.3. Histórico da Instituição

A Faculdade Gran Tietê foi credenciada junto ao Ministério da Educação (MEC) pela Portaria 438 de 23 de maio de 2014 e publicada no DOU em 26 de maio de 2014. Obtendo Conceito Institucional (CI) 4. Juntamente com o Credenciamento da IES foram autorizados os cursos de Engenharia Civil (Portaria nº 360, de 10 de junho de 2014, publicada no D.O.U. em de 11 de junho de 2014), Engenharia de Produção (Portaria nº 516, de 14 de agosto de 2014, publicada no D.O.U. em de 15 de agosto de 2014), Administração (Portaria nº 360, de 10 de junho de 2014 publicada no D.O.U. em de 11 de junho de 2014) e Pedagogia (Portaria nº 516, de 14 de agosto de 2014, publicada no D.O.U. em de 15 de agosto de 2014). Com o claro objetivo de resgatar o ensino de qualidade na cidade de Barra Bonita, visando servir toda a região centro-oeste do Estado de São Paulo com o que há de mais moderno e qualificado no Ensino Superior, buscando se firmar como uma das mais respeitadas entidades de ensino superior privado do interior paulista.

Sua intenção é formar com qualidade e seriedade os jovens da região que até então não têm ao seu alcance um ensino superior com a qualidade proposta pela Faculdade Gran Tietê, vindo suprir uma lacuna até então existente, qual seja, a falta de cursos superiores atuais e modernos, com compromisso de absorção pelo mercado de trabalho, tanto local quanto nacional. Apresentando infraestrutura

moderna e adequada ao perfil dos cursos que oferece, a Faculdade Gran Tietê é enfática na busca pela qualidade de ensino, com excelentes computadores à disposição dos alunos e o acesso à Internet banda larga, além de possuir uma moderna biblioteca. Sua intenção é formar os jovens da região que até então não têm ao seu alcance um ensino superior com a qualidade proposta, vindo suprir uma lacuna até então existente.

Dessa forma, destacando-se pela sua sólida base regional, pois a família dos mantenedores está instalada na região há mais de 100 anos, a Faculdade Gran Tietê tem como meta a modernidade, qualidade, seriedade e honestidade, para atingir e disponibilizar aos seus alunos uma formação adequada aos cenários atuais.

Nº 98, segunda-feira, 26 de maio de 2014

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 438, DE 23 DE MAIO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 33/2014, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201101993, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Gran Tietê, a ser instalada na Avenida XV de Novembro, nº 125, Bairro Centro, no Município de Barra Bonita, no Estado de São Paulo, mantida pela IERT (Instituições de Ensino Reunidas Tietê Ltda.), com sede no Município de Barra Bonita, no Estado de São Paulo.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2014, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

Figura 3. Diário Oficial da União em 26 de maio de 2014. Portaria 438, de 23 de maio de 2014. Credenciamento da Faculdade Gran Tietê.

3.2.4. Finalidades

Alinhada aos novos tempos, a Faculdade Gran Tietê desenvolve esforços

objetivando o processo de permanente atualização administrativa com uma gestão participativa, buscando a otimização de seus processos e a consolidação de sua atuação junto à sociedade. A qualidade dos serviços oferecidos, o pronto atendimento à sua clientela e a permanente busca da melhoria, são princípios que balizam as ações internas e relações externas da Faculdade Gran Tietê.

Nesse contexto, esta Instituição de Ensino Superior é consciente de seu papel como instituição promotora de mudanças, mediante a formação e qualificação do homem-cidadão que interage ativamente junto à sociedade, promovendo o crescimento e desenvolvimento local, regional e nacional.

3.3. PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO

A sociedade contemporânea vive momentos de intensas transformações decorrentes da necessidade de se compatibilizar, otimizar, adequar ou mesmo transmutar valores que a ela não se convergem, visto que, no século XXI cada vez mais a valorização do Capital Intelectual está em voga.

Não se pode negar que a Universidade é o meio pelo qual se materializa o produto do saber, que doravante será chamado de Capital Intelectual. As Instituições de Ensino Superior, de Extensão e de Pesquisa deverão se desenvolver a ponto de, não só garantirem a sua inserção no mundo globalizado, mas para exercer, com primor inigualável, aquilo que se pode definir como função sustentadora dos aspectos básicos para garantir o direito a uma vida digna a todo e qualquer Homem.

A demanda cada vez maior por novas vagas nas universidades e a falta de recursos governamentais para criação e ampliação de vagas no setor público vêm sendo um grande desafio e têm encontrado na instalação de universidades privadas a garantia do comprimento do direito ao acesso ao ensino superior a todo cidadão, em especial, o brasileiro que assim desejar.

Discutir as causas do crescimento de demanda pelos cursos de graduação e as maneiras para suprir tal demanda sem a “massificação do ensino" é indispensável. Superar a concepção de ensinar por ensinar é também necessário. Atender a demanda por vagas nas universidades, de forma consciente, facilitará a formação de uma sociedade crítico-reflexiva e, jamais, simplesmente, portadora de diplomas e certificados que não garantem ao indivíduo uma postura ética e um

comprometimento moral com o seu próximo.

Dado às transformações sofridas pela universidade, no que concerne aos seus objetivos e finalidade, e por estar o conhecimento disseminado em todos os segmentos sociais, representado nas mais diversas formas e propagado por intermédio dos meios de comunicação de massa, é preciso pensar e repensar, com bastante moderação: a missão institucional de uma universidade; a maneira de se buscar formas de assegurar um ensino de qualidade que contemple a diversidade cultural e de conhecimento daqueles a que ela se destina, simultaneamente, ao atendimento da oferta e procura pelos cursos superiores.

Preocupadas em formar profissionais com competências e habilidades para atuarem nas mais diversas áreas e ainda capazes de exercerem sua própria cidadania, a **IERT- INSTITUIÇÕES DE ENSINO REUNIDAS TIETÊ LTDA**, por intermédio de sua **FACULDADE GRAN TIETÊ** propõem, no presente projeto, uma ampla discussão acerca da postura e do perfil que deverá sustentar doravante. Todos os seus esforços estarão voltados para a análise de fatores que ela considera imprescindíveis na realização do seu trabalho, ou seja, na formação de cidadãos críticos que, ao atuarem no mercado de trabalho local ou em outro, estarão se portando de maneira coerente e consciente.

A Faculdade Gran Tietê como uma instituição preocupada com a construção de novos conhecimentos e de profissionais éticos e tecnicamente capacitados, pretende adotar uma prática pedagógica que parta da realidade econômica, social e cultural do aluno (senso-comum) incluindo-o no universo catedrático, para que possa refletir a sua prática e por meio da comparação crítico-reflexiva, adquirir o conhecimento elaborado sistematicamente (o conhecimento científico).

Em face do exposto, pretende a Instituição, com este projeto, inserir-se no conjunto das grandes instituições do Brasil e do Mundo que trabalham em prol do crescimento do Homem na sua totalidade pessoal, espiritual e profissional.

3.4. CONTEXTUALIZAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS SUAS INSERÇÕES INSTITUCIONAL, POLÍTICA, GEOGRÁFICA E SOCIAL

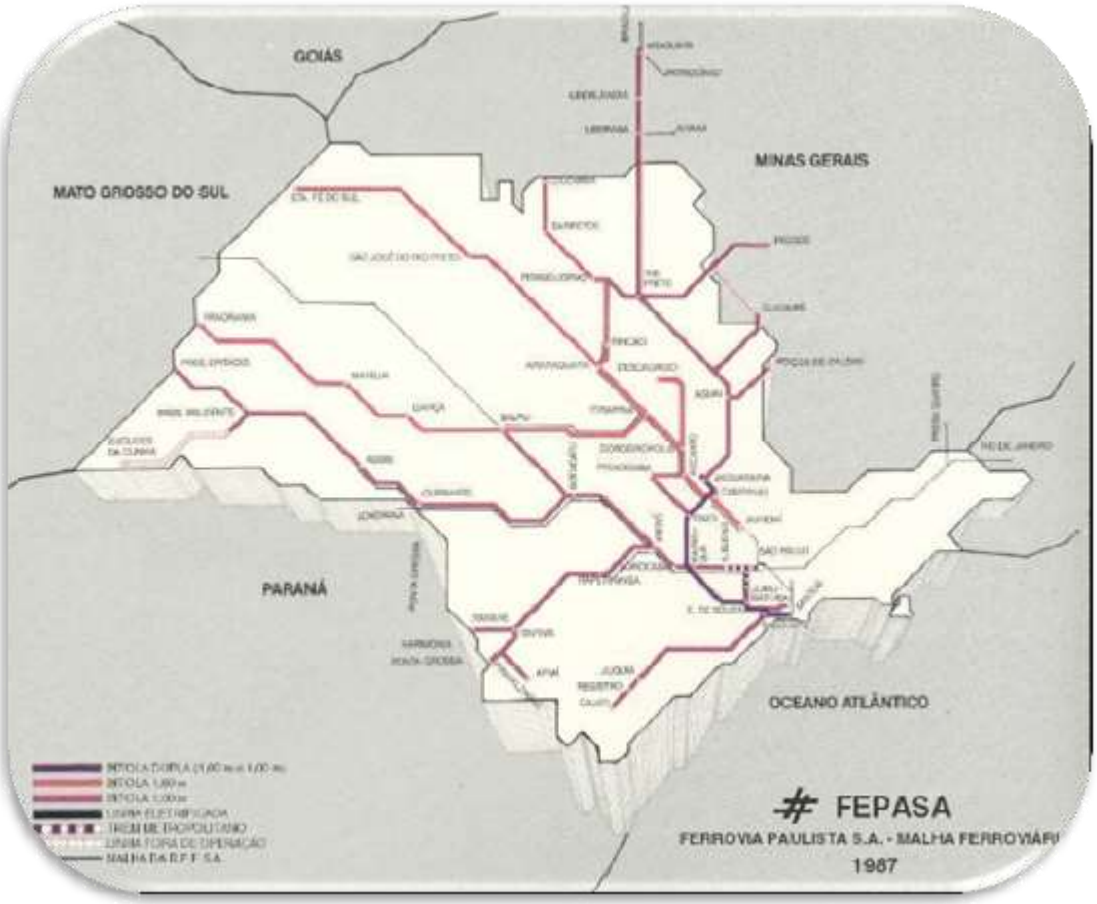
A seguir estão destacados os aspectos da contextualização em relação a inserção institucional da IES, tanto política, quanto geográfica e social.

3.4.1. Centro-oeste paulista

O Centro-Oeste Paulista é uma grande região do Estado de São Paulo, que se destacou ao longo do século XIX e até a primeira metade do século XX, ao lado do Nordeste e Noroeste Paulista, como a principal região cafeeira do estado, grão que impulsionou a economia e a colonização local durante o período. Atualmente, a região ainda conta com forte presença do setor agropecuário em sua economia, que está associado a um significante crescimento do terceiro setor, desde o final do século XX. Historicamente, antes da colonização por não índios, a presença humana existente era predominantemente marcada índios da etnia Kaigang, ao lado de outras etnias minoritárias, como os Guaranis, Ipó-Xavante, Terena e Krenak. Com a colonização por não-índios, que se deu a partir da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, tais grupos acabaram se tornando minoritários, predominando a presença dos colonizadores não-índios, provenientes do exterior ou de outras partes do país. Atualmente, segundo dados da FUNAI em 2010, vivem na região cerca de 322 índios, das etnias Kaigang, Terena e Krenak, nas Reservas Índigenas Vanuire (localizada em Tupã) e Icatu (localizada em Braúna). Com a colonização impulsionada pela necessidade de expansão da produção cafeeira, colonos provenientes de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Nordeste, além das regiões Litorânea, Sudoeste e Nordeste Paulista, se dirigiram em rumo ao Centro Oeste Paulista. Esta primeira leva colonizadora, que tem como principal característica a demarcação de grandes latifúndios e a presença de uma colonização desorganizada, foi fator contributivo para o surgimento dos conflitos de terra no Pontal do Paranapanema, região de terras devolutas que fora ocupada por latifúndios neste período. Com a expansão da produção cafeeira rumo ao Oeste do estado de São Paulo, surgiu-se a necessidade do escoamento desta produção para o Porto de Santos, dando-se início a expansão das linhas férreas rumo ao interior do Estado. Com a vinda das estradas de ferro para o Centro-Oeste Paulista, a economia regional ganharia um novo impulso, se destacando em todo estado, pelo seu potencial cafeeiro. Com a economia aquecida e a abolição da escravatura, deu-se início a segunda leva colonizadora da região. A necessidade de mão-de-obra para trabalhar nos cafezais fez com que os cafeicultores da região, assim como os cafeicultores do Noroeste e do Nordeste Paulista, trouxessem para suas propriedades, imigrantes europeus (Italianos, Espanhóis e Letões) ou asiáticos

(Japoneses), para realizar tal função. A vinda dos colonos europeus e asiáticos vinha em contro com as teorias eugenistas, predominantes no fim do século XIX, todavia, o desejo do imigrante em se tornar proprietário de terras e os interesses nacionais, deram origem a Terceira Leva Colonizadora. A Terceira Leva Colonizadora fora marcada pelo planejamento colonizatório, feito através de companhias colonizadoras, como por exemplo a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC). Esta modalidade colonizadora deu-se em virtude da Crise de 1929, que afetou diretamente a produção cafeeira regional, não havendo outra escolha aos latifundiários, se não, lotear suas propriedades e vendê-las à colonos, em especial, de origem imigrante, que aspiravam em se tornar proprietários de terra na América. Posteriormente, a Colonização dos Territórios Despovoados do Oeste, era de interesse nacional, surgindo neste momento, a colonização da Alta Paulista, que se deu em torno da Estrada de Ferro Paulista, que ligava Bauru a Panorama. Na Alta Paulista, a colonização se deu através de colonos imigrantes, com destaque à cidade de Bastos, de predominância japonesa e o Distrito de Varpa, na cidade de Tupã, com predominância de colonos letões. A presença de cidades planejadas e de pequenas propriedades rurais, fizeram com que a colonização desta região se divergisse do restante da região, tornando-a peculiar, até os dias atuais. A forte presença de colonos japoneses na região rendeu a visita do Príncipe Japonês Naruhito a cidade de Bastos, no ano de 2008, não sendo essa, a primeira vez que um membro da Família Imperial Japonesa à região, sendo que a primeira vez ocorreu em 1958, cinquenta anos antes da vinda do Príncipe Naruhito, quando o Princípe Mikasa, veio até Marília, nas comemorações do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil. Como ícones da forte presença da região, é comum a presença da arquitetura japonesa em algumas praças, sendo isto facilmente notado, na cidade de Bastos, marcada pela grande concentração de nipo-brasileiros, que ali residem e preservam suas culturas e tradições. Em virtude da colonização japonesa, a região ganhara o título de "Capital Nacional do Ovo", em função da grande quantidade de granjas construídas e mantidas por famílias nipo-brasileiras. Foi também em Bastos, que ocorrerá o primeiro crime da Shindo Renmei, que foi o assassinato do japonês Ikuta Mizobe, no dia 7 de março de 1946. A partir da segunda metade do século XX, a produção cafeeira local viria a enfraquecer e dar lugar a criação de bovinos e ao plantio de cana-de-açúcar, amendoim e algodão,

gêneros que hoje se destacam no potencial da agricultura local. Todavia, o golpe final à Produção Cafeeira, se deu com a Geada Negra, sobrevivendo a produção cafeeira apenas na região de Marília, modificando totalmente o cenário econômico das regiões que ainda persistiam em se dedicar à cultura cafeeira. Após a Geada Negra e a desativação das estradas de ferro locais, inicia-se na região, um forte êxodo rural e consequentemente, um aquecimento do terceiro setor e o crescimento das áreas urbanas locais. Com a elevada taxa de urbanização das principais cidades da região, o crescimento dos latifúndios tornaria se inevitável, fazendo que os grandes proprietários de terra, incorporassem as pequenas propriedades que pertenciam àqueles que deixavam a vida no campo, na esperança de conseguir uma vida melhor na cidade. Consequentemente, com a falta de oportunidades no interior, muitos dirigiram-se para a capital ou para outros estados, sendo este um cenário muito frequente na região até os dias atuais. Com a crescente urbanização da região e com os novos incentivos para a produção de álcool, que se iniciaram no começo do século XXI, dando início a expansão da cana-de-açúcar na região, para suprir a produção sucroalcooleira, em alta na região. É neste período que se inicia uma Quarta Leva de Colonização da região, na qual, as usinas trouxeram para a região, para atuarem como cortadores de cana, colonos nordestinos, vindo muitos, a se fixarem com ânimos definitivos na região.



Mapa 1. Malha Ferroviária da FEPASA em 1987.
Fonte: Wikipedia.

O território do Centro-Oeste Paulista conta com 201 municípios compreendidos na área territorial que se encontra entre a margem sul do Rio Tietê e a margem norte do Rio Paranapanema, totalizando uma área territorial de 87.402,23 km², um pouco menor que a área do estado de Pernambuco. Sendo assim, caso fosse um estado, a Região Cento-Oeste Paulista seria o 20º estado da Federação em área territorial. A área territorial da região corresponde a 35,21% do território paulista. A Bacia do Rio Paraná, a bacia que abrange todos os principais rios da região. Os principais rios da região são: Rio Aguapeí, Rio Paraná, Rio Paranapanema, Rio do Peixe e Rio Tietê. Todos esses rios citados, percorrem relevos planálticos (Planalto Ocidental Paulista) e possuem grande potencial hidroelétrico, percorrendo altitudes que normalmente variam entre 200 a 600 metros acima do nível do mar. A região toda se encontra abrangida sobre o Aquífero Guarani, a maior reserva subterrânea de água doce do mundo e parte da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná. O relevo predominantemente é planáltico, e as altitudes

girem em torno de 350 metros, na região do Baixo Tietê, até 890 metros, na Serra de Botucatu. O relevo da região é de origem sedimentar, de predominância planáltica, onde se encontra em quase todo território o solo de coloração avermelhada, que foi apelidado pelos imigrantes italianos como Terra Roxa, que serviu como principal atrativo para o cultivo de café na região, mais tarde abandonado por motivos climáticos (geadas), ou econômicos (desvalorização do café no mercado internacional). O clima predominante na região é o Tropical de Altitude, nas variedades Aw e Cwa na escala de Köppen. Sendo assim, é comum na região a presença de verões quentes e úmidos, com temperaturas acima de 18 °C e invernos amenos ou frios, com baixa precipitação chuvosa. O Produto Interno Bruto (PIB) da região, segundo dados do IBGE de 2012, gira em torno de R$ 40.090.504.884,00 - pouco superior ao do Maranhão (16º estado da Federação quanto ao PIB) e o PIB per capita em torno de R$ 9.998,93 - um pouco superior ao do Acre (18º estado da Federação quanto a PIB per capita). A economia local tem sido impulsionada pela agropecuária, com destaque à criação de bovinos, que tornaram a região, um dos principais criadores de gado bovino do país. O Centro-Oeste Paulista conta com uma das menores densidades populacionais do estado de São Paulo. De acordo com o Censo, realizado pelo IBGE em 2012, a população da região é de aproximadamente 4.009.476 habitantes, ou seja, um pouco maior que a população da Paraíba. Sendo assim, se fosse um estado, a região seria o 13º estado do país, em população. Atualmente, a população corresponde a 9,6% da população do Estado de São Paulo. A densidade demográfica da região é de 45,87 habitantes por km², equivalente a do estado do Paraná (12º maior em concentração populacional) e aproximadamente 3,6 vezes menor que a média geral do estado de São Paulo. Considerando a hipótese de que a região fosse um estado, este seria o 13º estado da federação em densidade populacional. A região se destaca pelos baixos índices de criminalidade, segundo estudo da Organização dos Estados Americanos, feito durante o período de 2002 a 2006, que apresentou na região, baixos índices de assassinato, cuja taxa de assassinatos, na maioria dos municípios, dificilmente excede ao número de 25 mortes a cada 100 mil habitantes, sendo que a única exceção é o município de Clementina onde as taxas de homicídios ficam entre 25,01 a 50 mortes para cada 10 mil habitantes. A criminalidade na região aumentou porém nos últimos anos, em função da vinda de casas de detenções para a região,

fortemente rejeitadas pela população e pelo fato da região ser rota de tráfico de drogas oriundos do Paraguai e Bolívia, que chegam a região através dos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, com destino a capital do estado, São Paulo. O estudo sobre a qualidade de vida e desigualdade na região torna-se complexo, por não haver estudos detalhados, por órgãos oficiais na região, mas, por uma média de índices entre as principais cidades da região (Araçatuba, Assis, Bauru Marília, Ourinhos e Presidente Prudente, equivalente a 28,63% da população, pode se obter, um IDH médio de 0,830 segundo dados da PNUD em 2000. Tal índice é equivalente ao índice obtido pelo estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que ocupam o 3º ao 5º lugar no ranking nacional, de índices mais elevados.[1]

3.4.2. O Município de Barra Bonita

A FACULDADE GRAN TIETÊ está instalada na cidade de Barra Bonita no Estado de São Paulo. Barra Bonita, é um dos 29 municípios paulistas considerados estâncias turísticas pelo Estado de São Paulo, por cumprirem determinados pré-requisitos definidos por Lei Estadual. Tal status garante a esses municípios uma verba maior por parte do Estado para a promoção do turismo regional. Também, o município adquire o direito de agregar junto a seu nome o título de Estância Turística, termo pelo qual passa a ser designado tanto pelo expediente municipal oficial quanto pelas referências estaduais. A Gran Tietê pretende dentro das características regionais, oferecer os cursos de graduação - atendendo à demanda regional e cumprindo seu papel social.

É importante ressaltar a relevância do credenciamento da IES para região e sua reconhecida proposta de qualidade de ensino. Apresentando uma excelente estrutura física, corpo docente qualificado e inovadora proposta pedagógica. A IES apresenta um pessoal técnico-administrativo em quantidade adequada e sempre que necessário recruta e qualifica novos funcionários para atender o nível de qualidade exigido. A Gran Tietê foi pensada a partir da sua missão, visão, princípios, valores e inserção regional que constituem a vocação do mesmo, de que a mudança provocada pelos avanços tecnológicos e pelo cenário globalizado é a grande certeza. As organizações e os seus talentos humanos necessitam estar preparadas

[1] Wikipedia. Centro-Oeste Paulista. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro Oeste_Paulista acessado em 10/03/2016

para trabalharem com mudanças a cada momento. Entende-se que a economia não é só global, mas, também, instantânea e que não se trata de inovações de produtos ou serviços, mas de inovação estratégica, ou seja, a capacidade de mudar profundamente os modelos de gestão e de negócio atuais, para criar novas formas de servir os clientes, criando riquezas para todos.

Outra característica é a sociedade da informação que está ingressando, a passos largos, no que pode ser chamado de era da economia do conhecimento. Muita riqueza está e será criada; muita riqueza está e será destruída.

A inovação estratégica envolve três aspectos básicos: o desafio às ortodoxias, a descontinuidade e competências-chave. O desafio às ortodoxias compreende ações revolucionárias, que possam quebrar tabus e abrir novos caminhos. As ações relativas à descontinuidade devem conduzir a estratégias a serem operacionalizadas em um futuro que se pode fazer acontecer; nada irreal ou falso, mas com os pés no chão. As competências-chave dizem respeito ao profundo autoconhecimento das potencialidades das organizações; quais os conhecimentos que têm e para onde podem esses conhecimentos conduzir.

3.4.3. Aspectos Históricos de Barra Bonita

A região foi explorada desde o bandeirantismo, na época que desciam o rio Tietê, em direção ao oeste, mas a colonização efetiva somente teve início entre os anos de 1883 e 1886, quando o Coronel José de Salles Leme, o “Nhonhô de Salles”, procedeu o desmatamento para cultivo de café e criação de gado, introduzindo grande número de imigrantes italianos. Salles Leme, em sociedade com o Major João Batista Pompeu, abriu uma casa comercial e, auxiliados por Salvador de Toledo Pizza e Ezequiel Otero, entre outros, promoveram a formação do povoado, junto à barra do córrego afluente do Tietê, de grande beleza, posteriormente denominado Córrego Barra Bonita, originando, também, o nome do povoado. A travessia do rio, entretanto, era difícil, de forma tal que o aglomerado surgido na margem oposta somente pode ser integrado a Barra Bonita, em 1915, quando Manuel Ferraz de Campos Salles, proprietário de terras no local e então Presidente da República, construiu a ponte ligando as duas partes. Apesar da Estrada de Ferro

Barra Bonita ter entrado em atividade na década de 1920, o desenvolvimento do Município (criado em 1906) somente ocorreu vinte anos depois, com novos loteamentos, melhoramentos públicos, instalação de pequenas indústrias e cultura da cana-de-açúcar que possibilitou uma grande demanda de mão-de-obra.[2]

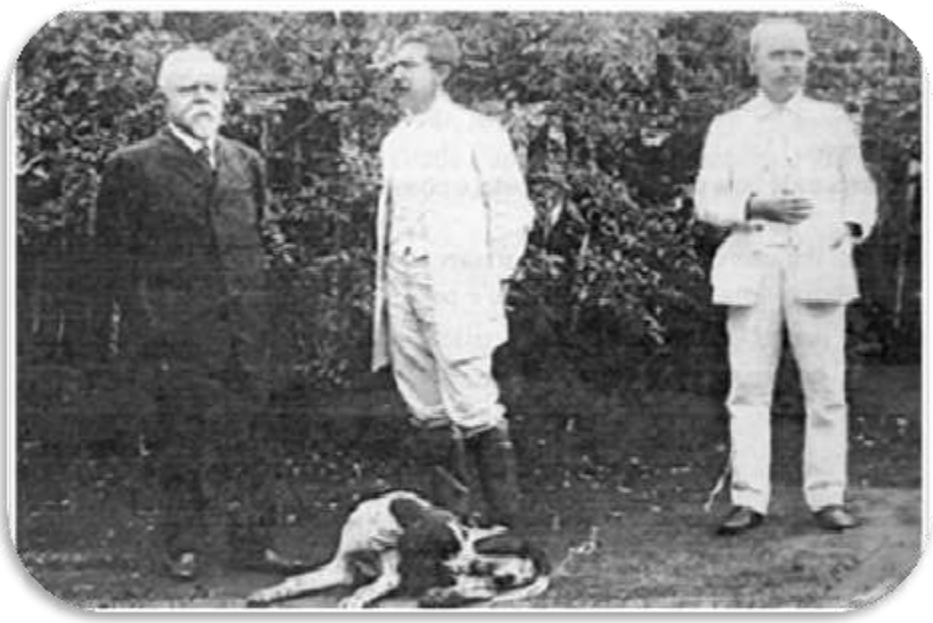


Foto 2**.** Dr. Campos Salles, José de Salles Leme e João baptista Pompeu.
Fonte: http://www.barrabonitatur.com.br/historia-barra-bonita.html

3.4.4. Aspectos Geográficos de Barra Bonita

Barra Bonita está localizada a 278 km da capital de São Paulo, ocupando hoje uma área de 150,121 km², com população estimada em 2015 de 36.321 habitantes (IBGE/2015), é palco de um dos mais belos passeios fluviais do Brasil. Faz limites com os municípios de Igaraçu do Tietê, Jaú, Mineiros do Tietê e São Manuel e Macatuba. Barra Bonita possui uma latitude de 22°29'41" sul e uma longitude 48°33'29" oeste, estando a uma altitude de 475 metros.

[2] Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível no site http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/barrabonita.pdf

Mapa 2. Localização de Barra Bonita no Estado de São Paulo e Brasil.

O município de Barra Bonita possui uma superfície de 14.991 hectares, com um clima subtropical úmido. Vivendo de turismo, do artesanato, da cerâmica e da cultura da cana-de-açucar, com a Usina da Barra, maior produtora individual de açucar e álcool do mundo, Barra Bonita tem excelente índice de qualidade de vida. O Rio Tietê nasce em Salesópolis, numa altitude de 1.027 m. Corta o Estado de São Paulo e desemboca no Rio Paraná, a 1.136 km de sua nascente. Foi rota dos bandeirantes que desbravaram o interior do Brasil nos séculos XVII e XVIII em busca de riqueza e apresamento de índios. Os sertanistas que partiram do município de Porto Feliz rumo ao Oeste do Estado, depois de navegarem pelas águas tranqüilas do Tietê, depararam com as corredeiras do Barreirinho (hoje, a Usina Hidrelétrica de Barra Bonita), e, logo a seguir, a calmaria das águas, onde se destaca a orla de areia alvíssima, formando o estuário de um pequeno córrego, hoje conhecido como córrego Barra Bonita, que deságua no Rio Tietê. Ali pararam para repousar e apreciar o magnífico pôr-do-sol. Em meados de 1883, sob indícios de minerais preciosos e terra roxa localizados às margens do rio, famílias italianas e espanholas, chefiadas pelo Coronel José de Salles Leme, fixaram residências, fazendo a derrubada da mata ali existente. Iniciaram o plantio de café, a criação de gado e

outras formas de exploração dos recursos existentes, dando origem ao povoado de Barra Bonita. A Hidrovia Tietê- Paraná também desponta como exótica oferta turística nacional. As grandes superfícies de água dos reservatórios, as extensões de rios em corrente livre, as paisagens naturais e os recursos energéticos privilegiam, além do turismo clássico de lazer e cultural, o ecológico, o fluvial e o agroturismo. Do turismo à agricultura, à indústria e ao comércio, a Hidrovia Tietê-Paraná é, enfim, um rio de negócios, com retorno financeiro garantido. [3]

A Eclusa de Barra Bonita começou sua construçaõ em 1962 e sua inauguração foi em 1973, levando aproximadamente 11 anos para ficar pronta. Possui 25 metros de desnível e o tempo de eclusagem leva doze minutos para subir e descer. Tem importante poder econômico por viabilizar a Hidrovia Tietê-Paraná. Foi a primeira eclusa a ser explorada turisticamente no Estado de São Paulo. É a atração turística mais procurada em Barra Bonita pelos turistas do Brasil inteiro. As empresas de Navegação turística em Barra Bonita oferecem passeios em seus barcos que levam os turistas para fazer a eclusagem. Existem três empresas, e os turistas podem optar pelos passeios com duração de tempo maior ou menor, além disso, algumas empresas alugam seus barcos para eventos particulares.

Foto 3. Navegação na Hidrovia Tietê.

[3] Fonte: Barra Tur disponível no site: http://www.barrabonitatur.com.br/hidrovia-tiete-barra-bonita.html.

Em Barra Bonita foram implementados sistemas de eclusas que viabilizaram a manutenção da navegação fluvial. Muitas barcaças fazem o transporte da produção da região a um custo menor do que o do transporte rodoviário. A hidrovia Tietê-Paraná "permite a navegação numa extensão de 1 100 quilômetros entre Conchas, no rio Tietê, em São Paulo e São Simão, em Goiás, no rio Paranaíba, até Itaipu, atingindo 2.400 quilômetros de via navegável. Somente a hidrovia do Paraná movimentou em 2010, mais de 3,7 milhões de toneladas de cargas. A hidrovia Tietê-Paraná, em 2011, movimentou cerca de 5,8 milhões de toneladas de carga, ficando muito próxima de sua capacidade de carga. Foi a segunda hidrovia brasileira em quantidade de carga, sendo superada apenas pela quantidade transportada na bacia amazônica, que foi de cerca de 9,8 milhões de toneladas. Desta hidrovia, cerca de 450 km do rio Tietê são plenamente navegáveis.[4]

Foto 4. Imagem aérea na Usina Hidrelétrica de Barra Bonita.

3.4.5. Aspectos Demográficos na Região de Influência

A população estimada de Barra Bonita em 2015 é de 36.321 habitantes. **A**

[4] Wikipedia. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Tiet%C3%AA

região de Barra Bonita com potencial influência da Faculdade Gran Tietê possui população superior a 700 mil habitantes, como pode ser observado na tabela a seguir.

População	
Águas de São Pedro	3.139
Agudos	36.524
Anhembi	5.653
Arealva	8.351
Areiópolis	10.579
Bariri	34,048
Barra Bonita	36.321
Bofete	9.618
Boraceia	4.631
Botucatu	136.269
Brotas	23.419
Conchas	16.288
Dois Córregos	24.761
Igaraçu do Tietê	23.362
Itatinga	18.041
Itirapina	17.160
Jaú	131.040
Laranjal Paulista	25.251
Lençóis Paulista	61.428
Macatuba	16.259
Manduri	8.999
Mineiros do Tietê	12.042
Pardinho	5.582
Pederneiras	44.910
Porangaba	8.326
Pratânia	4.599
Santa Maria da Serra	5.902
São Manuel	38.342
São Pedro	34.284
Torrinha	9.846
Total populacional Barra Bonita + Macrorregião	780.960

Tabela 1. População da Macorregião de Barra Bonita.

A seguir é apresentado o mapa da macrorregião de barra Bonita.

Mapa 3. Macrorregião de Barra Bonita.
Fonte: Google Maps

3.4.6. Aspectos Econômicos e Sociais da região de influência

O município é parte de uma região do Estado de São Paulo em franco desenvolvimento, cuja economia é fundamentada principalmente por sua Usina de Açúcar e álcool e pelo seu turismo que é bastante difundido: além de suas indústrias exportadoras de óleos essenciais, cerâmicas e produtos eletrônicos e, principalmente, um parque industrial bastante significativo.

Foto 5. Vista Aérea de Barra Bonita.
Fonte: Panoramio – Photos by Pedro A. Ribeiro.

O município é parte de uma região do Estado de São Paulo em franco desenvolvimento, cuja economia é fundamentada na agricultura, comércio, serviços e, principalmente, um parque industrial bastante significativo. A macrorregião possui importantes indústrias, tais como:

- CAIO Induscar - empresa encarroçadora de ônibus, líder na produção de carrocerias urbanas no Brasil;

Foto 6. Visão Aérea da Caio Induscar.

- IRIZAR - empresa espanhola encarroçadora de ônibus rodoviários;

Foto 7. Visão Externa da Irizar.

- EMBRAER - uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo;

Foto 8. Visão Aérea da Embraer

Foto 9. Linha de Produção da Embraer

- DURATEX - hoje a maior empresa produtora de painéis de madeira industrializada, louças e metais sanitários do Hemisfério Sul;

Foto 10. Foto Aérea da DURATEX.

Foto 11. Usina da Barra – Raízen.

Além da Cervejaria Belco, Usina São Manuel, Usina da Barra/Cosan, Usina Barra Grande, Grupo Centroflora e EUCATEX, empregando grande número de pessoas. A seguir é apresentada uma Tabela com algumas das principais indústrias da macrorregião de abrangência de Barra Bonita.

Indústria	Atividade
ABAETE PARQUES INFANTIS	Fabricação de brinquedos de fibra, metal, troncos, quiosques, toboáguas e restauração de brinquedos e toboáguas.
ADRIA	Em 1999, foram consolidadas as empresas Adria, Basilar, uma das maiores fábricas de massas do interior paulista, a Isabela, uma importante indústria de massas e biscoitos, que atua fortemente na região sul do Brasil e, posteriormente, a Zabet, grande fábrica de biscoitos.
AMBEV	A Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) é uma empresa de capital aberto produtora de bens de consumo do Brasil. Atualmente é a maior empresa da América Latina.
B3 FERRAMENTARIA	Especializada no desenvolvimento de ferramentas, usinagem de precisão, nacionalização de peças, moldes e projetos especiais.
BIGNARDI PAPÉIS	Além do reciclado, são produzidos papéis apergaminhado, autocopiativo, autoadesivo, vergê, cartolinas, envelopes e linhas de conversão para stock forms.
CAIO INDUSCAR	Encarroçadora de ônibus, líder na produção de carrocerias urbanas - Tem cerca de **4.000** colaboradores em empregos diretos na fábrica.
CERVEJARIA BELCO	É uma indústria de cerveja e refrigerante com matriz situada no distrito industrial de Aparecida de São Manuel, município de São Manuel.
COMPANY FACAS	Produção de matrizes para corte e vinco, além de planejar e dar consultoria no desenvolvimento de embalagens.
DI CHIACHIO INDÚSTRIA DE CALÇADOS	Fábrica de calçados.
DURATEX	É uma empresa brasileira, privada, de capital aberto e controle compartilhado pelos Grupos Itaúsa. maior empresa produtora de painéis de madeira industrializada do Hemisfério Sul e líder no mercado brasileiro – chapas de fibra, MDP, MDF/HDF/SDF e pisos laminados.
EMBRAER	Fabricante do avião agrícola e de componentes e subconjuntos para os Jatos Regionais Embraer da família 145 e 170, assim como para a linha de aviões militares.
EUCATEX	Pioneira na América Latina na produção de aglomerados pelo sistema Hydro Dyn, processo que confere ao produto características tecnológicas únicas e superiores.
FRIGOL FRIGORÍFICO	Fundada em 1970 é um dos maiores frigoríficos do País.

GLOBO	Empresa especializada no fornecimento de peças, e prestação de serviços na área de usinagem.
GRUPO CENTROFLORA	Indústria que desenvolve produtos alimentícios, frutas e vegetais em pó, cosméticos, farmacêuticos, orgânicos, entre outros.
GRUPO VICUNHA	É a maior indústria têxtil da América Latina. Empresa de capital aberto e líder em diversos mercados, conta atualmente com 15 unidades operacionais em todo o Brasil.
INDÚSTRIA METALÚRGICA RIVERTEC	Possui grande variedade de itens, produzindo peças para caminhões, ônibus e utilitários de praticamente todas as marcas.
IRIZAR BRASIL	Indústria encarroçadora de ônibus rodoviários que atua no Brasil desde 1998, com capacidade para produzir 4 veículos por dia.
JULIAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Atua no setor de equipamentos para graxaria.
KROMA EQUIPAMENTOS ESPECIAIS	Empresa dotada de engenharia especializada, altamente capaz de propor e desenvolver soluções industriais para diversos processos e produtos.
LWARCEL CELULOSE	A Lwarcel Celulose, empresa do Grupo Lwart, é especializada na produção de celulose de eucalipto, utilizada como matéria-prima, no Brasil e exterior, para a fabricação de papéis de imprimir e escrever, papel-cartão, papéis sanitários e uma variedade de papéis especiais.
METALÚRGICA FIVEFACAS	Indústria especializada na fabricação de fivelas e facas.
MOMAQUE INDÚSTRIA TERMOPLÁSTICA	Há 30 anos é uma das principais engrenagens do exigente mercado de componentes calçadistas.
ORSI ALIMENTOS	Em 1949, nascia a empresa Orsi com o objetivo de produzir a melhor massa italiana no Brasil. Uma das maiores no setor do país.
SOLETROL	Maior fabricante de Aquecedores Solares das Américas.
STAROUP INDÚSTRIA TÊXTIL	Uma das maiores fabricantes de jeans em atividade no Brasil, 55 anos de existência.

USINA BARRA GRANDE	A Zilor é uma das acionistas da Copersucar S.A., maior empresa brasileira de açúcar e etanol e uma das maiores exportadoras mundiais desses produtos.
USINA DA BARRA/COSAN	Com suas vinte e três unidades, quatro refinarias e dois terminais portuários, a Cosan é um dos maiores produtores e vendedores de açúcar e álcool do mundo.
USINA SÃO MANUEL	É referência no setor sucroalcooleiro, produz atualmente cerca de 180 mil toneladas de açúcar, 160 milhões de litros de álcool e duas mil toneladas de levedura por ano.
VETRORESINA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Atua no ramo de Laminado Plástico, tendo como principal produto a fabricação de painéis de poliéster reforçados com vidro produzidos automaticamente.
WINNSTAL	Serviços de estamparia nos segmentos aeroespacial, automotivo, equipamentos agrícolas e de telecomunicações.

Quadro 7- Algumas das principais indústrias da região da macrorregião de Barra Bonita.

O produto interno bruto (PIB) que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos na região é superior a **16 bilhões de reais**.

Tabela 2. PIB da Macrorregião de Barra Bonita

PIB	
Município	PIB (em milhões)
Aguas de São Pedro	69.706
Agudos	1.761.411
Anhembi	104.110
Arealva	412.310
Areiópolis	97.077
Bariri	803.881
Barra Bonita	809.910
Bofete	126.100
Boraceia	513.309
Botucatu	2.860.584
Brotas	247.806
Conchas	258.075
Dois Córregos	483.479
Igaraçu do Tietê	180.646
Itatinga	262.076
Itirapina	355.885
Jaú	2.050.437
Laranjal Paulista	462.010
Lençóis Paulista	2.126.645
Macatuba	769.686
Mineiros do Tietê	112.174
Pardinho	128.606
Pederneiras	178.178
Porangaba	77.630
Pratânia	61.507
Santa Maria da Serra	118.128
São Manuel	841.580
São Pedro	455.929
Torrinha	146.248
Total PIB (em milhões) R$	**16.875.123**

Fonte: IBGE/2012

3.4.7. População do ensino médio regional e taxa de matriculados no ensino médio

Introduzida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei no 9394/96), a Educação Básica corresponde a um direito social e a um requisito fundamental para o pleno desenvolvimento da pessoa como individuo, cidadão e sujeito social. Inclui três etapas que se sucedem: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

A Lei 9.131/95 e a LDB ampliam para toda a Educação Básica a fixação de

conteúdos mínimos (art. 210 da Constituição Federal de 1988) e delegam, em caráter propositivo, ao MEC e ao CNE, a responsabilidade de assegurar a formação nacional comum por meio de Diretrizes Curriculares Nacionais. Nesse contexto, a macrorregião de Barra Bonita possui uma população nas diferentes faixas etárias (10 até 24 anos) bastante considerável, apontando clara demanda para as próximas décadas, em especial, para determinados cursos superiores de graduação e oferecidos com qualidade – como proposto pela Faculdade Gran Tietê.

Tabela 3. Faixa Etária da População – Pirâmide Populacional.

POPULAÇÃO			
Faixa Etária	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos
Águas de São Pedro	180	201	150
Agudos	2.988	3.091	3.076
Anhembi	534	489	416
Arealva	598	598	579
Areiópolis	985	982	1.100
Bariri	2.566	2425	2.587
Barra Bonita	2.469	2.705	2.860
Bofete	889	814	708
Boracéia	365	378	378
Botucatu	10.087	10.254	10.640
Brotas	1.816	1.858	1.812
Conchas	1.336	1.267	1.305
Dois Córregos	1.952	2.068	2.194
Igaraçu do Tietê	1.909	2008	2.176
Itatinga	1.694	1.692	1.720
Itirapina	1.019	1.400	1.916
Jaú	9.713	10.057	11.188
Laranjal Paulista	2.025	1.984	2.180
Lençóis Paulista	5.149	5.151	5.446
Macatuba	1.406	1.401	1.425
Mineiros do Tietê	1.037	1.051	969
Pardinho	520	488	471
Pederneiras	3.680	3.727	3.544
Porangaba	677	668	615
Pratânia	442	434	432
Santa Maria da Serra	442	501	535
São Manuel	3.250	3.173	3.237
São Pedro	1.586	2.575	2.366
Torrinha	683	776	839
TOTAL	61.997	64.216	66.864

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2012.

Para compreender a natureza das mudanças pelas quais passou a educação brasileira nos últimos anos, bem como o quadro geral que condiciona as políticas esboçadas para enfrentá-las, deve-se analisar a interação destas iniciativas com a dinâmica social, onde o peso e impacto das decisões de governo são bem menores do que se é levado a supor se o foco da análise se torna a política governamental. Esta não tem o poder de determinar o social, ao contrário, interage com este na condição de coadjuvante, ainda que não desprezível. Exatamente por isso, a ação dos governos tem de se haver com limitações importantes. No caso brasileiro, podem se sumariar estas limitações em duas vertentes. De um lado, aquelas decorrentes das opções da política econômica que, salvo reorientação significativa, não mudam no próximo período. Importa ressaltar que algumas das mudanças necessárias na educação estão longe de serem viáveis sem turbulências consideráveis na área política e, particularmente, na econômica. Exemplo mais claro disso pode ser observado na necessária mudança do montante de recursos aplicados em educação. Nesse contexto, um a cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série. Dados do Relatório de Desenvolvimento 2012 pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Com a taxa de 24,3%, o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), só atrás da Bósnia Herzegovina (26,8%) e das ilhas de São Cristovam e Névis, no Caribe (26,5%). Na América Latina, só Guatemala (35,2%) e Nicarágua (51,6%) tem taxas de evasão superiores. No relatório, o organismo da ONU sugere que o país adote "políticas educacionais ambiciosas" para mudar essa situação, por causa do envelhecimento da população brasileira, que deve se intensificar nas próximas décadas e reduzir o percentual de trabalhadores ativos. O documento mostra que apesar de ter avançado nas últimas duas décadas, o Brasil ainda tem um IDH menor que a média dos países da América Latina e Caribe. O país está na posição 85ª do ranking, que leva em conta a expectativa de vida, o acesso ao conhecimento e a renda per capita. Nesse contexto, a Faculdade Gran Tietê é consciente de seu papel como Instituição promotora de mudanças, mediante a formação e qualificação do homem cidadão que interage ativamente junto à sociedade, promovendo o crescimento e o desenvolvimento local, regional e nacional. Atuar como centro de referência em

ensino e extensão, nas áreas específicas escolhidas, é um propósito para o qual a Faculdade Gran Tietê vem se preparando com disposição, ciente dos desafios que se interpõem neste cenário de competitividade que caracteriza a nova realidade contextual em que se insere. Tendo como fundamento a visão prospectiva do planejamento, foram estabelecidas como estratégias algumas opções que justificam a elaboração deste projeto. Essas ações podem ser identificadas a partir do pressuposto de que a capacitação humana e profissional da população é que constrói o desenvolvimento. Essa capacitação é traduzida pelo processo educacional que conduz a qualificação para o exercício profissional e a realização humana. Assim, as políticas econômicas estão a interagir de forma harmoniosa com as políticas sociais, favorecendo o processo que viabiliza ações conjuntas capazes de superar as condições de pobreza, integrando a população ao processo de desenvolvimento. A construção desse novo paradigma de desenvolvimento passa pela oferta de serviços sociais básicos de qualidade, com ganhos na evolução dos indicadores sociais. A Faculdade Gran Tietê busca contribuir ativamente para o desenvolvimento e a melhora da qualidade de vida da população, trazendo para a região um curso que contribuirá significativamente para que a melhoria na qualidade de vida seja possível e alcançada.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. APRESENTAÇÃO

Os valores e princípios da civilização moderna estão em profunda mutação, fazendo com que a sociedade possa evoluir em uma dinâmica de adaptação jamais vista. Este fato é reforçado pelos desafios impostos pela abertura político-econômica das fronteiras dos países. Assim, é possível verificar a pertinência das transformações ocorridas a partir do desenvolvimento de novas tecnologias e do alastramento do fenômeno chamado globalização.

Diversas áreas da sociedade têm se defrontado com grandes desafios, no sentido de lidar com particularidades específicas originadas dos vários segmentos da sociedade. Entretanto, para que essa evolução possa ser acompanhada, os macro-setores econômicos, sociais e políticos necessitam dispor de mecanismos eficientes e eficazes para atender à diversificação no volume de demandas.

O alinhamento entre evolução e sociedade passa necessariamente pela discussão e maturação das Instituições de Ensino e Educação, já que essas são responsáveis pela difusão e aplicação do conhecimento.

Para responder as mudanças que estão ocorrendo na sociedade contemporânea, as Instituições de Ensino e Educação estão se mobilizando, no sentido de iniciar um processo de discussão direcionado à normatização e reformulação dos cursos de graduação, especialmente no Brasil. A finalidade é adequar as políticas e diretrizes pedagógicas dos cursos, no sentido de atender em sua plenitude às demandas provocadas pela sociedade.

A questão crucial é compreender de forma qualitativa quais demandas apresentam maior impacto e quais os seus reflexos para os setores responsáveis pelo preenchimento destas lacunas.

A academia como propulsora dos fóruns de discussões tem legitimidade para iniciar este processo de mudanças globais, já que deve adequar sua base de conhecimentos para atende às necessidades derivadas dos diversos segmentos da sociedade.

Com o objetivo de se adaptarem à nova dinâmica social, os cursos de graduação já estão em fase de transição, modificando suas estruturas político-pedagógicas e buscando se adequarem às tendências de evolução global.

Durante vários anos, os cursos de graduação não dispunham de qualquer mecanismo regulatório que pudesse auxiliar na melhoria dos recursos ofertados aos profissionais egressos no mercado, em particular quanto às disciplinas que deveriam, ao menos teoricamente, responder e atender às demandas de segmentos do ambiente de mercado. Esta constatação é verificada especialmente no Brasil.

A partir de 1996 algumas iniciativas começaram a serem implantadas com a finalidade de normatizar o funcionamento e evolução dos cursos de graduação nas Instituições de Ensino e Educação do País. O quadro a seguir ilustra os principais fatos que vêm provocando alterações nas diretrizes dos cursos de graduação.

Fato	Significado
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Profissional (LDB)	Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Art. 53, inciso II), assegura que as Universidades têm o direito de fixar os currículos dos seus cursos e programas, desde que fossem observadas as diretrizes gerais pertinentes.
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Serviço Social, bacharelado.	O Ministério da Educação por meio da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002, instituiu as diretrizes curriculares nacionais dos Cursos de Graduação em Serviço Social, bacharelado.
Lei n° 8.662, de 7 de Junho de 1993	Regula a profissão de Assistente Social.
Carga Horária, duração e integralização de Cursos	O Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Superior (CES) por meio da Resolução N°. 2 de 18 de junho de 2007 dispõem sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Quadro 8- Fatos para mudanças nas diretrizes curriculares.
Fonte: Núcleo Docente Estruturante (2016).

4.1.1. Aspecto Institucional

A Faculdade Gran Tietê busca promover uma formação profissional que vá ao encontro das necessidades da região. Este contexto reafirma a necessidade de capacitar pessoas para atuarem com eficiência nas diversas organizações, não só a nível local, mas também a nível regional e nacional, pois a área administrativa ainda impõe grandes desafios ao poder público e privado dado o elevado contingente de

empreendimentos que deixam de existir antes de completar um ano, tendo como uma das causas mais expressivas a falta de profissionais com visão, liderança, capacitados para análise, planejamento e ação.

O curso tem como estilo de educação e formação a busca do perfil do novo cidadão, com outra mentalidade, com mais sensibilidade, senso cooperativo, solidário, cristão e cidadão. Além disso, pessoa que saiba trabalhar em equipe, com criatividade e ética, saiba conviver com o novo e com o imprevisto, que busque sempre novas aprendizagens, abrindo-se a novas perspectivas, qualificando cada vez mais o trabalho educativo desenvolvido.

Por último, nota-se também que as expectativas da sociedade com relação à Faculdade Gran Tietê são otimistas, muitas pessoas manifestam o desejo de que novos cursos superiores sejam instalados, principalmente o curso de SERVIÇO SOCIAL.

4.2. CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO

4.2.1. Missão da Instituição

A Missão da Faculdade Gran Tietê é

"propiciar ao universitário uma educação superior de qualidade por meio da construção crítica e criativa do conhecimento - fundamentada na pluralidade de ideias, respeito às diferenças étnicas, sociais e de gênero, propiciando a inserção na vida da comunidade e na cidadania plena".

4.2.2. Estrutura Organizacional

A administração da Faculdade é assegurada por órgãos deliberativos e executivos. Os deliberativos e normativos são:

- Conselho Superior (CONSU);
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- Conselhos de Curso.
- CPA – Comissão Própria de Avaliação.

Os órgãos executivos são:

- Diretoria Geral;
- Diretoria Acadêmica;
- Diretoria Financeira;
- Coordenadoria dos Cursos;
- Coordenadoria do ISE – Instituto Superior de Educação.

4.2.3. Representação Docente e Discente

As formas de participação do corpo docente, nas atividades de direção da GRAN TIETÊ, estão disciplinadas no Regimento da seguinte maneira:

a) no Conselho Superior (CONSU), órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa, com a participação de um representante do corpo docente, indicado por seus pares;
b) no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria de ensino, pesquisa e extensão, com a participação dos coordenadores e por quatro professores indicados por seus pares;
c) os professores exercem, ainda, como membros do corpo docente, suas atribuições, relacionadas do Título V no Capítulo I no art. 86 do Regimento da Faculdade Gran Tietê.

Quanto ao corpo discente, a representação está disciplinada no Regimento da seguinte forma:

a) no Conselho Superior, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa, com a participação de um representante do corpo discente, indicado por seus pares;
b) no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria de ensino, pesquisa e extensão, com a participação de um representante do corpo discente, indicado por seus pares.

4.2.4. Conselho Superior – CONSU

O Conselho Superior (CONSU), órgão máximo deliberativo em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar, é constituído:

I. pelo Diretor Geral da Faculdade Gran Tietê, seu Presidente nato;
II. pelo Diretor Acadêmico;
III. pelo Coordenador do Instituto Superior de Educação;
IV. por um representante dos coordenadores de cursos de graduação, escolhidos por seus pares;
V. por um representante dos coordenadores de cursos de pós-graduação, escolhidos por seus pares;
VI. por um representante do corpo docente;
VII. por um representante da comunidade, indicado pelo CONSU;
VIII. por um representante da Mantenedora, por ela indicado;
IX. por um representante do pessoal técnico-administrativo; e
X. por um representante do corpo discente, indicado por seus pares.

Compete ao Conselho Superior (CONSU):

I. deliberar, em instância final, sobre a criação, organização e extinção de cursos de graduação e programas de educação superior, fixando-lhes as vagas anuais;
II. autorizar o funcionamento de cursos de pós-graduação;
III. deliberar, em instância final sobre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Gran Tietê;
IV. elaborar e reformar o seu regimento, em consonância com as normas gerais atinentes;
V. regulamentar as atividades de todos os setores da Faculdade Gran Tietê;
VI. emitir parecer sobre contratos, acordos, convênios e demais assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor Geral;
VII. aprovar o orçamento e o plano anual de atividades da Faculdade Gran Tietê;
VIII. decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos;
IX. deliberar sobre o relatório anual da Diretoria Geral;
X. aprovar medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento

das atividades da Faculdade Gran Tietê;

XI. emitir parecer sobre o Plano de Carreira Docente e Programa de Capacitação Docente;

XII. deliberar, em instância final, sobre normas e instruções para o processo de avaliação institucional;

XIII. decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;

XIV. fixar normas para ingresso, promoção, premiação, suspensão ou dispensa de professor e coordenador de curso;

XV. praticar todos os demais atos de sua competência, como instância de recursos, segundo os dispositivos deste Regimento;

XVI. respeitar e executar as decisões do Conselho Nacional de Educação, na qualidade de instância recursal superior em matéria educacional; e

XVII. exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e neste Regimento.

4.2.5. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão deliberativo de coordenação e assessoramento em matéria didático-científica e administrativa, é constituído pelos seguintes membros:

I. pelo Diretor Geral, seu Presidente nato;

II. pelo Diretor Acadêmico;

III. por um representante (docente ou coordenador) do Instituto Superior de Educação, eleito por seus pares;

IV. por um representante dos coordenadores de cursos, eleito por seus pares;

V. por um representante do Corpo Docente, eleito pelos docentes;

VI. por um representante do Corpo Discente, indicado por seus pares.

Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE):

I. deliberar sobre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Gran Tietê;

II. emitir parecer nos processos sobre a criação de cursos de graduação ou pós-graduação e de fixação das vagas iniciais;

III. regulamentar o funcionamento dos cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação, de extensão e as atividades de pesquisa e de extensão;

IV. aprovar os projetos pedagógicos de curso, programas e matrizes curriculares que lhe forem submetidos pelo Diretor Acadêmico, com parecer da coordenadoria do curso respectivo, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

V. deliberar sobre toda matéria didático-científica, produção artística e atividades de extensão;

VI. estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica;

VII. aprovar medidas para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;

VIII. regulamentar o desenvolvimento de estágios supervisionados, monitorias, atividades práticas e de simulação, trabalhos monográficos de graduação e atividades complementares;

IX. opinar sobre normas ou instruções para avaliação institucional e pedagógica da Faculdade Gran Tietê e de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

X. aprovar o calendário acadêmico;

XI. disciplinar a realização do processo seletivo, para ingresso nos cursos sequenciais, de graduação e de pós-graduação;

XII. fixar normas, complementares a este Regimento, relativas ao ingresso do aluno, ao seu desenvolvimento e diplomação, transferências, trancamento de matrículas, matrícula de graduados, avaliação de desempenho, aproveitamento de estudos e regime especial, além de normas e procedimentos para o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão; e

XIII. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento ou emitir parecer nos assuntos que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral.

4.2.6. Estrutura e Atribuições das Coordenações de Curso

O curso é a unidade básica da Faculdade para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrado pelos professores das disciplinas que compõem o currículo do curso, pelos estudantes nele matriculados, e pelo pessoal técnico-administrativo, nele lotado.

O curso é integrado pelo Conselho de Curso, para as funções deliberativas, e pela Coordenadoria de Curso, para as tarefas executivas.

São atribuições do coordenador de curso:

I. superintender todas as atividades da Coordenadoria;
II. representar a coordenação junto às autoridades e aos órgãos da Faculdade Gran Tietê
III. supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas no âmbito do seu campo, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
IV. convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curso;
V. apresentar, anualmente, à Diretoria Acadêmica, relatório de suas atividades e das de sua Coordenadoria;
VI. sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
VII. encaminhar à Secretaria Acadêmica, nos prazos fixados pelo Diretor Acadêmico, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
VIII. promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e técnico-administrativo nele lotado;
IX. propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos sequenciais, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
X. delegar competência; e
XI. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

4.2.7. Coordenadoria do Curso

A Coordenadoria de Curso é a unidade básica da Faculdade, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrada pelos professores das disciplinas que compõem o currículo pleno do curso, pelos alunos, nelas matriculados, e pelo pessoal técnico-administrativo, nela lotado. A Coordenadoria de Curso é integrada pelo Conselho de Curso, para as funções deliberativas, e pelo Coordenador de Curso, para as tarefas executivas.

O Conselho de Curso é integrado pelos seguintes membros:

I. o Coordenador de Curso, que o preside;
II. cinco representantes do corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, com mandato de dois anos; e
III. um representante do corpo discente, indicado por seus pares, com mandato de um

Compete à Coordenadoria de Curso:

I. distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;
II. deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
III. emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
IV. pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
V. opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
VI. opinar sobre o plano e o calendário acadêmico, elaborado pelo Diretor Acadêmico; e
VII. exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

4.2.8. Integração entre Gestão Administrativa e Órgãos Colegiados

O Regimento da Faculdade Gran Tietê assegura, como forma de aplicação do princípio de gestão democrática, a integração entre a gestão administrativa, os seus

órgãos colegiados e os cursos em suas diversas modalidades. Para tanto, foram instituídos órgãos colegiados deliberativos superiores com a participação de membros de sua comunidade, da comunidade local e da representatividade legal do corpo docente, discente e administrativo.

Neste sentido estabelece, ainda, as responsabilidades e áreas de competência da Mantenedora e da Mantida, o que permite e promove, consequentemente, a democratização do conhecimento, mediante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

4.2.9. Participação da Comunidade Universitária nos Órgãos Superiores Administrativos e Acadêmicos

A integração entre gestão administrativa, órgãos colegiados e cursos está garantida no Regimento da Faculdade Gran Tietê, uma vez que os órgãos colegiados contam com a representatividade dos coordenadores de cursos, docentes, servidores técnico-administrativos e discentes, além da presença de representante da comunidade. Pelos fatos acima expostos, também se evidencia a participação da comunidade universitária nos órgãos superiores administrativos e acadêmicos.

4.2.10. Relações e Parcerias com a Comunidade

A Faculdade Gran Tietê possui parcerias com órgãos públicos e privados de ensino, organizações empresariais, comunitárias e outras entidades, além de prestar serviços de atendimento a demandas específicas das comunidades de sua área de abrangência.

4.3. ADMINISTRAÇÃO

A seguir estão descritos os aspectos relacionados com a administração e a gestão educacional na GRAN TIETÊ e que envolvem os princípios a seguir descritos.

4.3.1. Condições de Gestão da IES

A gestão educacional da Faculdade Gran Tietê parte do princípio de que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as condições de cumprimento das normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade do ensino pelo Poder Público, consubstanciadas na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional e legislação complementar.

O princípio de gestão democrática mencionada, na Lei n.º 9.394, de 1996 estabelece que o ensino deve ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Além disso, considera a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, respeito à liberdade e apreço à tolerância, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, valorização do profissional da educação escolar, gestão democrática do ensino público, conforme a Lei acima, e a legislação dos sistemas de ensino, garantia de padrão de qualidade, valorização da experiência extraescolar, vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Neste sentido, a Instituição valoriza a participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico e na participação dos discentes e docentes nos órgãos colegiados e comissões específicas.

4.4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas da IES, voltadas para o Curso de SERVIÇO SOCIAL, estão descritas a seguir.

4.4.1. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade Gran Tietê foi estruturado tendo presente os objetivos que seguem:

- Definir fundamentos conceituais, aspectos metodológicos e operacionais do projeto, tendo como finalidade o desenvolvimento e crescimento da

Faculdade;

- Comprometer-se para que o Plano não se limite a uma proposta teórica de cunho estratégico, mas que tenha aplicabilidade e objetividade dentro do cenário educacional e empresarial;
- Apresentar-se de forma sistemática para que seja mais bem compreendido desenvolvido e concretizado em condições reais e com efetividade, transpondo o caráter teórico e os elementos norteadores.

O PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional foi elaborado tendo como base a metodologia do Planejamento Estratégico e Situacional, um processo que diz respeito a um conjunto de princípios teóricos e procedimentos metodológicos e técnicos que podem ser aplicados a qualquer tipo de organização social que demanda um objetivo e que persegue uma mudança situacional futura.

O planejamento não trata apenas das decisões sobre o futuro, mas questiona, principalmente, qual é o futuro das decisões a serem tomadas. Busca-se, contudo não se deixar levar pelo ritmo dos acontecimentos do cotidiano, como a força da correnteza de um rio, mas saber aonde se quer chegar e concentrar as forças e potencialidades em uma direção definida.

O planejamento elaborado estrategicamente, não é outra coisa senão a ciência e a arte de atribuir maior governabilidade às pessoas e organizações.

Planejando estrategicamente, a organização criou condições para a revelação de lideranças baseadas na participação e na delegação de autoridade, o que implica em uma postura intelectual e de gestão que compreende que não cabe ao planejador predizer o futuro, mas buscar viabilidade para criá-lo, como uma ferramenta que amplia o arco de possibilidades humanas, ou seja, um instrumento de liberdade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional foi elaborado tendo como sustentação:

- Análise do Presente e sua interferência no Futuro. A Instituição tem consciência que as decisões que toma hoje têm múltiplos efeitos sobre o futuro porque dependem não só da avaliação sobre fatos presentes, mas da evolução futura de processos não controláveis, fatos que ainda não conhece;
- Previsão, Estratégia e Cenários Alternativos. Na produção de fatos

sociais, que envolvem múltiplos atores criativos que também planejam, a capacidade de previsão situacional e suas técnicas substituirão a previsão determinística, normativa e tradicional que observa o futuro como mera consequência do passado. Decorre desta percepção a necessidade de elaborar estratégias e desenhar operações para cenários alternativos e para surpresas, muitas vezes, não imagináveis;

- Capacidade para lidar com surpresas. O futuro sempre será incerto e nebuloso, não existe a hipótese de governabilidade absoluta sobre sistemas sociais, mesmo próximos desta condição, pois há sempre um componente imponderável no planejamento. A IES buscou então, por meio de técnicas de gestão apropriadas, preparar-se para enfrentar surpresas com planos de contingência, com rapidez e eficácia, desenvolvendo habilidades institucionais capazes de diminuir a vulnerabilidade do plano;
- Mediação entre o Passado e o Futuro. O processo de planejamento estratégico se alimenta da experiência prática e do aprendizado institucional relacionado aos erros cometidos. Portanto, serão desenvolvidos meios de gestão capazes de aprender com os erros do passado e colocar este conhecimento a serviço do planejamento;
- Mediação entre o Conhecimento e a Ação. O processo de planejamento pode ser comparado a um grande cálculo que não só deve preceder a ação, mas presidi-la. Este cálculo não é obvio ou simples, é influenciado e dependente das múltiplas explicações e perspectivas sobre a realidade e só acontece, em última instância, quando surge a síntese entre a apropriação do saber técnico acumulado e da *expertise* política. É um cálculo técnico-político, pois nem sempre a decisão puramente técnica é mais racional que a política e vice-versa.

O cálculo estratégico dissociado da ação será completamente supérfluo e formal, por sua vez, se a ação não for precedida e presidida pelo cálculo estratégico. Neste caso a Instituição permanecerá submetida à improvisação e ao ritmo da conjuntura.

O enfoque de planejamento proposto, portanto, não é um rito burocrático ou um conhecimento que possa ser revelado a alguns e não a outros, mas uma

capacidade pessoal e institucional de governar, de fazer política no sentido mais original deste termo. O processo de planejamento não substitui a perícia dos dirigentes, nem o carisma da liderança, ao contrário, aumenta sua eficácia porque coloca estes aspectos a serviço de um projeto político coletivo.

4.4.2. Políticas institucionais

As políticas da IES estão descritas como contemplado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

a) Políticas de ensino

O termo da sua política para o ensino superior a GRAN TIETÊ visa à compreensão do contexto no qual se insere, marcado por transformações geopolíticas, econômicas, sociais e culturais. Isto significa que as relações estabelecidas com a sociedade são abrangentes, complexas e variadas.

Desse entendimento e considerando a política educacional brasileira, a Faculdade apresenta como sua função primeira à formação profissional decorrente das demandas sociais e das necessidades do mercado de trabalho. Desta forma, a estruturação e o desenvolvimento do ensino elegem como eixo curricular a consolidação de uma educação geral e continuada, como base da formação profissional, sendo essencial o equilíbrio entre humanismo e tecnologia.

Assim, no Curso de SERVIÇO SOCIAL e nos Cursos de Pós-graduação da área a serem ofertados deverá voltar-se para:

- O desenvolvimento de competências - valores, conhecimentos, habilidades e atitudes - essenciais à melhoria da qualidade de vida da população e ao desenvolvimento sustentável do Estado e região, levando à formação de profissionais com postura ética, empreendedora e crítica, que tenham incorporadas as perspectivas históricas e epistemológicas de produção do conhecimento, entendendo ainda os impactos exercidos pelas mudanças sobre a sociedade e a cultura;
- A integração e flexibilização de tarefas e funções, a capacidade de solucionar problemas, a autonomia, a iniciativa e a criatividade como

requisitos fundamentais no novo contexto social e de produção, constituindo-se o acesso à informação e o seu tratamento em condições essenciais à vida em sociedade, seja no cotidiano, seja nas situações de trabalho;

- A constituição do ser, nos níveis pessoal, cidadão e profissional, compreendendo o saber conviver com os outros; dominar conhecimentos integrando-os a vivências cidadãs; e dominar e interpretar várias linguagens, estruturando-se como profissional que dialoga com a ciência e a técnica e, ao mesmo tempo, é capaz de manter-se em equilíbrio consigo, com os outros e com o mundo.

b) Políticas de iniciação científica

A GRAN TIETÊ acredita que a iniciação científica é um grande diferencial de desenvolvimento humano e mercadológico. Nas mais diversas áreas do conhecimento, ela abre caminhos que permitem o amadurecimento acadêmico de professores e alunos dedicados a procurar respostas.

A realização da iniciação científica integrada à graduação reflete a busca incessante do homem na solução dos problemas do cotidiano. Assim, a Faculdade desenvolve a iniciação científica, o ensino e a extensão, a fim de produzir e divulgar o conhecimento através da produção científico-acadêmica nos campos técnico, científico e artístico-cultural.

c) Políticas de extensão

A política de extensão da GRAN TIETÊ mantém compromisso com a sociedade e seus movimentos sociais, políticos, econômicos e culturais, contribuindo para o aumento da produtividade de cada cidadão e para o desenvolvimento sustentável do Estado e região.

Para alcançar esse objetivo, a Faculdade vem se relacionando com a sociedade por meio de programas de extensão, a partir dos quais o ensino da instituição é retroalimentado com a realidade social nos diversos aspectos. A discussão dos fatos e das demandas sociais é incorporada ao contexto do ensino,

gerando propostas alternativas que contribuam para a melhor atenção aos problemas das populações, especialmente as mais carentes.

A prática extensionista obedece aos compromissos acadêmico-sociais e às políticas institucionais estabelecidas e estando norteada pela integração entre os cursos, os setores, os serviços e as comunidades envolvidas. Assim, deve-se ter prioridade como extensão as atividades e os trabalhos desenvolvidos por professores e alunos nas diferentes disciplinas e práticas integradas, bem como nas diferentes atividades complementares propostas à formação do aluno.

Neste âmbito da extensão a Faculdade e o Curso de SERVIÇO SOCIAL preocupam-se em conhecer a realidade local regional, implementando suas ações (oferta de serviços e saberes) por meio principalmente dos projetos desenvolvidos nos Programas Institucionais de Extensão, vinculados às ações pedagógicas dos cursos de graduação.

Assim, o programa de extensão articula a teoria à prática, levando o discente a construir o seu próprio conhecimento através das atividades práticas e de prestação de serviços, colocando-o, ao mesmo tempo, a serviço da comunidade.

Além das atividades didático-pedagógicas, o aluno será levado a deparar-se com o mundo real, vivenciando trocas de experiências com a comunidade, ao mesmo tempo em que amplia e fortalece a responsabilidade social da instituição junto à sociedade da região.

4.5. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

Pensar em um Curso de SERVIÇO SOCIAL na cidade de Barra Bonita/SP é pretender ser um marco na educação superior da região. Dentro dessa perspectiva sua concepção foi pensada visando promover a qualidade na educação e na atenção as necessidades regionais.

A Instituição construiu uma proposta curricular que permite formar profissionais mais humanos, críticos, reflexivos, voltados para a comunidade, com competência técnica e científica, capazes de desvelar a suas práxis profissional e de contribuir para transformação na região e no país. Atualmente, observa-se ocorrer rápidas e profundas mudanças na sociedade e na cultura. Desta forma, são exigidas das instituições soluções que garantam uma transformação social justa. Com base

nesse contexto, a GRAN TIETÊ entende que a autorização do Curso de SERVIÇO SOCIAL proposto irá favorecer largamente profissionais e estudantes não só de Barra Bonita como de toda a região, bem como os municípios situados nas regiões limítrofes.

Tendo como fundamento a visão prospectiva do planejamento, foram estabelecidas como estratégias algumas opções que justificam a elaboração desse projeto. Essas ações podem ser identificadas a partir do pressuposto de que a **capacitação humana e profissional da população é que constrói o desenvolvimento**. Essa capacitação é traduzida pelo processo educacional que conduz à qualificação para o exercício profissional e à realização humana.

O desenvolvimento humano e, por consequência, organizacional, caracteriza-se como justificativa ímpar para a criação de novos empreendimentos, projetos e ações coordenadas. Para alcançá-lo, torna-se necessária a ação de profissionais hábeis, competentes e visionários.

Assim sendo, o ensino superior contribui significativamente para que a melhoria na qualidade de vida seja possível e alcançada. Ao traçar uma diretriz estratégica com o intuito de promover a capacitação da população, nota-se a elevação do perfil educacional e o nível de qualificação da população. A ação conjunta dos setores da Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia assegura a inserção das pessoas na sociedade do conhecimento e no mercado de trabalho.

A formação do Assistente Social representa para a região uma das ações estratégicas na melhoria da qualidade da assistência prestada à população, considerando a relevância e a necessidade social do curso.

Publicação da revista veja (edição 2068 – 9/07/12) aponta a existência de 200.000 vagas ociosas por ausência de profissional preparado para ocupá-las, dados estes obtidos através de levantamento do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA). Esta é uma situação típica de nações que, como o Brasil, cresce em ritmo veloz e passam a requerer um grande número de profissionais de bom nível para suprir as novas demandas da economia.

Por outro lado, **O QUANTITATIVO DE PROCESSOS SELETIVOS PARA INGRESSO EM CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL, DEMONSTROU QUE NAS REGIÕES DO ENTORNO DE BARRA BONITA HÁ UMA CARÊNCIA DE CURSOS NESTA ÁREA.**

Com toda essa demanda e, levando em conta o significado do curso, nos tempos atuais, como um formador do profissional perfeitamente integrado às novas concepções culturais da sociedade, com vistas à melhoria das condições de vida do ser humano, verifica-se que existe defasagem ainda em oportunidades para essa formação, uma vez que a região **TOTALIZA MAIS DE 700 MIL HABITANTES.**

4.6. VISÃO

Configurar-se como um centro de referência de Ensino Superior em **SERVIÇO SOCIAL,** na Região e no Estado de São Paulo, na formação do profissional, desenvolvendo a habilidade e a competência para que este ofereça qualidade na educação superior e pratique o exercício da cidadania.

4.7. PRINCÍPIOS E VALORES

A Faculdade Gran Tietê vislumbra o aprofundamento da proposta educativa, a transformação via inclusão social e a satisfação plena de seus colaboradores e parceiros internos e externos. Preconiza ainda a formação do senso crítico entendendo que é preciso saber distinguir entre o que a sociedade apresenta e os valores humanos assumidos enquanto Instituição de Ensino Superior.

4.8. VOCAÇÃO

O curso de SERVIÇO SOCIAL da Faculdade Gran Tietê foi pensado a partir da sua missão, visão, princípios, valores e inserção regional que constituem a vocação do mesmo, de que a mudança provocada pelos avanços tecnológicos e pelo cenário globalizado é a grande certeza.

As organizações - os seus talentos humanos - necessitam estar preparadas para trabalharem com mudanças a cada momento. Entende-se que a economia não é só global, mas, também, instantânea e que não se trata de inovações de produtos ou serviços, mas de inovação estratégica, ou seja, a capacidade de mudar profundamente os modelos de gestão e de negócio atuais, para criar novas formas de servir os clientes, criando riquezas para todos.

Outra característica é a sociedade da informação que está ingressando, a

passos largos, no que pode ser chamado de era da economia do conhecimento. Muita riqueza está e será criada; muita riqueza está e será destruída. A inovação estratégica envolve três aspectos básicos: o desafio às ortodoxias, a descontinuidade e competências-chaves.

O desafio às ortodoxias compreende ações revolucionárias, que possam quebrar tabus e abrir novos caminhos. As ações relativas à descontinuidade devem conduzir a estratégias a serem operacionalizadas em um futuro que se pode fazer acontecer; nada irreal ou falso, mas com os pés no chão. As competências-chaves dizem respeito ao profundo autoconhecimento das potencialidades das organizações; quais os conhecimentos que têm e para onde podem esses conhecimentos conduzir.

Trata-se de profissional com capacidade crítica, ousados, criativos e comprometidos, permitindo a estes à compreensão da questão social, elaboração de propostas, bem como o domínio de um conjunto de métodos e técnicas de ação nesses processos sociais. Esse profissional deverá contribuir para a consolidação de bases mais igualitárias e democráticas das relações sociais, propondo estratégias de expansão de direitos.

4.9. MISSÃO DO CURSO

O curso de SERVIÇO SOCIAL da Faculdade Gran Tietê tem como missão:

"Como missão o curso de Serviço Social prima pela produção e transmissão do saber, baseando-se no respeito aos valores humanos e na ética, visando acima de tudo ao benefício da sociedade. Busca a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, aprimorando cotidianamente a relação ensino-aprendizagem, para a formação de assistentes sociais competentes e habilitados no desempenho de suas funções.

4.10. CONCEPÇÃO

A organização curricular do Curso de Serviço Social da GRAN TIETÊ

privilegia a interdisciplinaridade, representada por um processo coletivo de produção articulada do saber, que busca compreender e transformar a realidade, entendida esta como totalidade concreta (homem e mundo em movimento de autocriação).

A postura interdisciplinar no ensino não pode prescindir do conflito entre posições opostas. A principal regra deste debate é o respeito à divergência e o seu objetivo é a superação das dificuldades ou contradições que se verificam tanto na prática docente quanto na produção de conhecimentos. A disposição em assumir uma postura interdisciplinar, que é coletiva e histórica, no dia-a-dia da atividade docente implica em aceitar o debate, a divergência e o conflito. O único resultado que, de antemão, se pode esperar é a constatação que o êxito, tanto na produção quanto na difusão de conhecimentos, está na diferença e não na semelhança, na dúvida e não na certeza.

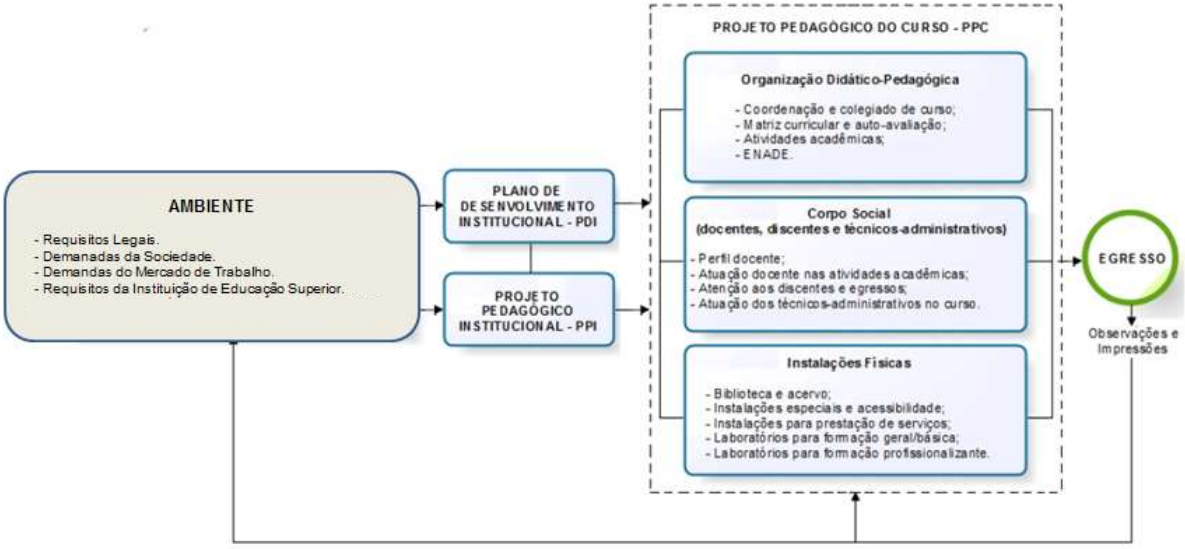


Figura 4. Esquema com a. Relação entre PDI, PPI e PPC.

4.11. OBJETIVOS DO CURSO

O presente projeto, proposto tem por objetivo delinear os aspectos pedagógicos que norteiam a estruturação do Curso de Serviço Social, a fim de formar profissionais criativos e empreendedores, com espírito crítico, reflexivo, capazes de atender as reais necessidades e demandas sociais da população; propiciar os conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos necessários ao desempenho das atribuições profissionais nesta área,

preparando o profissional para investigar, intervir e produzir conhecimentos sobre os diferentes aspectos da realidade social e também poder pensar, elaborar e implementar respostas técnicas às exigências e demandas da sociedade no que tange à organização e no dimensionamento das relações sociais e dos múltiplos aspectos e complexidades da vida humana e do enfrentamento adequado às especificidades da região, bem como, enfrentar as exigências do mercado de trabalho, com uma consciência ética e cidadã de seu papel no contexto do mundo atual.

Para tanto, o projeto foi fundamentado em estratégias metodológicas que enfatizam a construção/produção do conhecimento ao invés da transmissão e da aquisição das informações. Abrindo espaço para diversificações didáticas e pedagógicas que privilegiam a interdisciplinaridade, a pesquisa e a extensão enquanto instrumento de aprendizagem, estimulando a atitude científica e a construção crítica do conhecimento. O processo de ensino-aprendizagem é centrado no estudante, instigando sua autonomia e responsabilidade diante do seu próprio processo de aquisição do saber.

4.11.1. Objetivos Específicos

Refletindo o atual momento histórico e projetando-se para o futuro, sempre primando à abertura para novos conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional, a Faculdade Gran Tietê, traça como objetivos do curso de Serviço Social:

- Formar profissionais capazes de ler, analisar e interpretar a realidade social considerando sempre a velocidade com que as mudanças ocorrem em um mundo em constante evolução primando o conhecimento, como informação que modifica algo ou alguém – seja inspirando ação, seja transformando uma pessoa (ou uma instituição) capaz de agir de maneira diferente e mais eficaz;
- Assegurar elevados padrões de qualidades na formação do assistente social através de permanente construção de conteúdos (teóricos, éticos, políticos e culturais);
- Capacitar o futuro assistente social para a intervenção profissional nos processos sociais zelando sempre pela organização, disciplina e flexibilidade;

- Possibilitar a vivência de experiências acadêmicas no âmbito do Serviço Social que oportunizem uma atuação crítica e criativa em sua vida profissional;
- Assegurar ao aluno a efetivação de uma formação profissional que remeta diretamente um conjunto de conhecimentos indissociáveis que supere a fragmentação do processo ensino-aprendizagem;
- Propiciar atividades complementares em nível extraclasse, sempre considerando o pluralismo cultural, a inter e a transdisciplinaridade.

4.12. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Considerando como objeto do Serviço Social "a questão social" o assistente social é requisitado a desenvolver suas atividades junto às instituições sociais públicas e/ou privadas, e às Organizações Não Governamentais (ONGs), integrando equipes interdisciplinares e multidisciplinares, cuja área de atuação abrange os campos da: Assistência Social (saúde, educação, sistema previdenciário, tribunal de justiça entre outros), Gestão de Pessoas, bem como, prestação de Assessoria e Consultoria na Elaboração de Projetos que visem identificar problemas e indicar diretrizes potenciais em consonância com os objetivos da instituição. Para isso desenvolve as seguintes atividades:

- planeja, coordena e executa planos, programas, projetos e pesquisas sociais;
- presta assessoria e supervisão às entidades, indivíduos, grupos e organizações sociais, em assuntos relativos à área social;
- atua como consultor e assessor social, emite pareceres e realiza diagnóstico social;
- dirige Faculdades, Escolas, Cursos e/ou Departamentos de Serviço Social;
- atua como docente em escolas de Serviço Social e ministra aulas em disciplinas afins em outros cursos em ciências humanas;
- trabalha diretamente com a população promovendo e participando de movimentos sociais, reinterpretando as políticas sociais e retomando as problemáticas sociais não contempladas por essas políticas;
- atua junto às organizações: populares, sindicais e comunitárias, capacitando suas lideranças a participarem das políticas sociais através de expressões e certas reivindicações populares;
- atende a população prestando orientação psicossocial, socioeconômica e sócio-

política.

Nesta linha, o curso de Serviço Social da FACULDADE GRAN TIETÊ pretende formar profissionais críticos, ousados, criativos e comprometidos, permitindo a estes à compreensão da questão social, elaboração de propostas, bem como o domínio de um conjunto de métodos e técnicas de ação nesses processos sociais. Esse profissional deverá contribuir para a consolidação de bases mais igualitárias e democráticas das relações sociais, propondo estratégias de expansão de direitos sociais e cidadania.

Levando em conta tais aspectos e as diretrizes curriculares, o perfil profissional almejado para atender as demandas da profissão no contexto atual exige:

- profissional que atue nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais;
- profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva;
- profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do código de ética do assistente social;
- profissionais envolvidos com a dinâmica social presente no mundo contemporâneo; aptos a aprender a reaprender continuadamente;
- profissionais ousados e que compreendam o significado social de sua prática, tendo diante desta uma postura crítica e investigativa, atentos às tendências contemporâneas da profissão e do mercado atual.

4.12.1. Campo de Atuação

É um profissional que trabalha com a questão social. O campo de atuação do assistente social é bastante diversificado, podendo atuar em Instituições Públicas, Privadas, OGs, ONGs e Movimentos Sociais. Suas atividades podem ser desenvolvidas junto às instituições sociais públicas e/ou privadas, e às Organizações Não Governamentais (ONGs), integrando equipes multidisciplinares, cuja área de atuação abrange os campos da: Assistência Social (saúde, educação, sistema previdenciário, tribunal da justiça e outros), Gestão de Pessoas, bem como,

prestação de Assessoria e Consultoria na Elaboração de Projetos que visem identificar problemas e indicar diretrizes potenciais em consonância com os objetivos da instituição.

4.13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular proposta para o curso em questão é resultado da reflexão sobre a missão, concepção, objetivos e perfil desejado do egresso estabelecidos para o curso. Por outro lado, a multiplicidade de funções desempenhadas pelo bacharel em Serviço Social (Assistente Social) justifica a oferta de um leque maior de opções ao estudante, no que se refere à sua formação, para que ele, já na graduação, possa, simultaneamente a uma formação de caráter geral, investir na carreira para a qual se sente mais vocacionado, demonstrando aptidão específica.

A) FORMAÇÃO DE QUALIDADE TÉCNICO-CIENTÍFICA E SOCIAL: o curso é o lugar institucional para assimilação, socialização e produção do conhecimento humano e técnico-científico. Nesse sentido, os conteúdos devem refletir a realidade sociocultural nacional, perpassada pela realidade internacional, com vistas a uma formação profissional de qualidade e consistente consoante o mundo contemporâneo;

B) FLEXIBILIDADE CURRICULAR: a materialização da flexibilização curricular é observada pela inclusão de disciplinas optativas, que têm por finalidade oferecer ao estudante diferentes alternativas para sua formação. Isso é percebido por meio das atividades curriculares complementares; nas diferentes práticas e programas institucionalizados que levam em consideração os espaços escolares e não escolares; na articulação das diferentes áreas que compõem o currículo do curso;

Materialização da Flexibilidade
Optativa I
Optativa II
Trabalho de Conclusão do Curso I
Trabalho de Conclusão do Curso I
Estágio Supervisionado I
Estágio Supervisionado II
Estágio Supervisionado III
Estágio Supervisionado IV
Atividades Complementares

Quadro 9- Disciplinas e Componentes que materializam a flexibilização curricular.

C) INTERDISCIPLINARIDADE: é entendida como um princípio que integra e dá unidade ao conhecimento e que permite o rompimento da fragmentação das disciplinas que compõem o currículo;

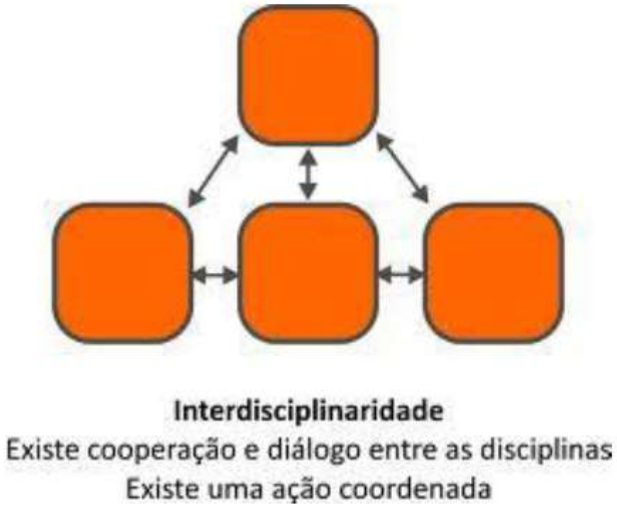


Figura 5. Representação gráfica da interdisciplinaridade.

D) RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA COMO EIXO ARTICULADOR DO CURRÍCULO: é estabelecida nas diferentes práticas de ensino e de laboratório que permeiam as disciplinas de cada curso, desde o seu início. É concretizada, também, nos estágios curriculares, entendidos como atividades teórico-práticas e desenvolvidos por meio de projetos de estágios integrados, com a finalidade de promover a aproximação concreta com o campo de trabalho;

Matriz Curricular	
Materialização da Teoria com a Prática	
	Aulas
	Total
Oficina de Formação Profissional I	40h
Oficina de Formação Profissional II	40h
Oficina de Instrumentalidade em Serviço Social	40h
Estágio Supervisionado I	80h
Estágio Supervisionado II	80h
Estágio Supervisionado III	160h
Estágio Supervisionado IV	160h

Quadro 10- Disciplinas para garantir a materialização da relação teoria com a prática.

Para definir pressupostos epistemológicos da relação da Teoria com a Prática assume-se o **materialismo histórico dialético** como referência fundamental, entende-se que o homem caracteriza-se pelos seguintes atributos essenciais:

- é indivisível em corpo e mente (espírito), sendo estes aspectos de uma totalidade que se realiza em ato.
- constitui-se nas e pelas interações sociais, sobrevivendo e se desenvolvendo, portanto, apenas em grupo.
- sua consciência origina-se na atividade concreta exercida sobre a natureza, na luta pela sobrevivência, sendo essa consciência materializada na linguagem - portanto, mediada por signos.
- diferencia-se de outros animais pela capacidade de produzir seus próprios meios de sobrevivência, transformando a natureza e transformando-se ao fazê-lo.
- ao realizar trabalho, utiliza seu corpo e suas faculdades mentais, de modo que não há trabalho exclusivamente físico nem exclusivamente mental.

Diante de tais pressupostos, é possível definir:

- **Prática** como toda a ação do homem sobre a natureza e sobre outros homens.
- **Teoria** como a organização das representações que o homem constrói sobre objetos ou fenômenos, num sistema conceitual elaborado segundo critérios lógicos (estes, por sua vez, igualmente construídos pelo homem).

- **Reflexão** como o processo de confrontar sistematicamente as representações da realidade com um sistema ou conjunto de sistemas conceituais articulados (teorias). Desse processo podem resultar mudanças nas formas de representar a realidade, nas teorias ou em ambas.

Dadas tais definições, cabe notar que toda a atividade humana envolve, em alguma medida, tanto a ação concreta sobre a realidade quanto à representação dessa realidade. Assim sendo, quando tomamos teoria e prática em sentido amplo, podemos afirmar que não há prática sem teoria, nem teoria sem prática. Isso equivale a dizer, também, que toda a atividade humana envolve algum grau de reflexão.

Não obstante, é preciso considerar que a combinação entre prática, teoria e reflexão pode assumir formas muito diversas, variando de uma prática quase automatizada, com vaga consciência dos conceitos que a embasam, a uma teorização quase sem relação com a realidade concreta. Nesses casos extremos, o que definimos como reflexão ocorre em escala muito reduzida.

Outra variabilidade nas relações entre teoria, prática e reflexão ocorre em função da abrangência das representações que alguém tem sobre a realidade. Pessoas que compreendem apenas os aspectos imediatos de seu ambiente e de suas relações podem refletir muito ao agir, sem, contudo ultrapassar os limites de sua compreensão da realidade.

E) INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: a integração é refletida em diferentes disciplinas que compõem os currículos e na dinâmica da sala de aula, mediada por meio de aprendizagens de pesquisa e extensão desenvolvidas durante o curso. Além disso, é parte integrante do projeto pedagógico a definição das linhas de pesquisa e dos programas de extensão de cada curso, que orientam o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão apoiados pela instituição ou por fontes financiadoras externas;

F) PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: Os projetos pedagógicos incluem, em sua dinâmica curricular, metodologias formativas pelas quais se busca desenvolver a cultura investigativa, proporcionar condições de apropriação crítica do conhecimento e o desenvolvimento

de competências e habilidades científicas;

G) GESTÃO COLEGIADA: envolve representantes de professores e de estudantes.

4.13.1. Coerência dos Conteúdos Curriculares com os Objetivos do Curso

O currículo do curso foi pensado de forma a possibilitar o desenvolvimento de competências indispensáveis para a atuação profissional do egresso a ser formado. Atende aos objetivos gerais e específicos, promovendo disciplinas teóricas e práticas que abordam aspectos fundamentais na formação do Assistente Social.

Os estágios supervisionados oferecem oportunidade ao estudante para desenvolver e exercitar habilidades e competências relacionadas ao exercício profissional, promovendo ações tanto em nível individual quanto coletivo. Em todos os estágios os alunos serão orientados e estimulados para a tomada de decisões baseadas nos princípios éticos que regem a profissão.

O currículo valoriza a clareza da adoção de enfoques pedagógicos e metodológicos e assegura a atuação do estudante como agente ativo do processo de aprendizagem, ou seja, aquele que age, pensa, faz, pesquisa, resolve, aprende, conforme sugere os objetivos do curso.

4.13.2. Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado do Egresso

O Curso oferecerá a seu acadêmico a oportunidade de construir uma formação que lhe permitirá uma ampla visão do SERVIÇO SOCIAL, assim como um vasto campo de atuação, mantendo um perfil generalista, de acordo com as Diretrizes Curriculares. Os conteúdos curriculares contemplam a formação do perfil desejado.

O currículo atende às necessidades da sociedade e incorpora algumas características indispensáveis à formação do cidadão e do profissional de nosso tempo:

- **Perfil para a empregabilidade**, possibilitando a prática profissional do egresso em um ambiente em constante mutação;
- **Relacionamento interpessoal**, pois estabelece que o relacionamento

humano seja primordial para a atuação e a realização profissional;

- **Ética profissional**, reafirmando a necessidade de se rever valores e princípios norteadores das ações humanas, sobretudo na esfera profissional. Entende que o diferencial profissional está calcado na competência, habilidade e, principalmente, na ética;
- **Uso de recursos computacionais e moderna tecnologia**, promovendo a utilização e o contato com recursos inovadores e atualizados, estabelecendo que a correta utilização das tecnologias atuais é que vai definir o sucesso profissional.

4.13.3. Adequação da Metodologia de Ensino à Concepção do Curso

O processo de ensino-aprendizagem, dinâmico por si mesmo, permite a utilização de métodos variados de ensino, seja na modalidade individualizada, coletiva ou em grupo.

No curso de SERVIÇO SOCIAL da Faculdade Gran Tietê há oportunidade para o ensino individualizado, que atende as condições pessoais do aluno, valorizando suas aptidões e motivações. Há, ainda, possibilidade de atuação coletiva dos alunos no processo de ensino aprendizagem, seja através da realização de trabalhos em grupo, seja pela formação de grupos de estudo ou grupos de pesquisa ou, ainda, por meio dos trabalhos em equipe e nos projetos desenvolvidos nas atividades de extensão.

Além disso, as atividades desenvolvidas de forma coletiva dão ênfase à integração dos alunos, que devem interagir em pequenos grupos, seja nas dinâmicas das discussões e dos debates travados em sala de aula ou nas atividades extraclasse.

Trata-se, portanto, de uma metodologia de ensino dinâmica, articulada às diversas necessidades do aluno e que atende tanto a sua necessidade de elaboração individual de conhecimento, quanto à necessidade social de realizar trabalhos e atividades de forma coletiva.

Esse método misto, cuja dinâmica visa abarcar formas variadas de ensinar, aprender e agir busca proporcionar ao aluno a vivência de diversas situações que terá de enfrentar ao longo de sua vida, onde, em determinada situações, terá que agir sozinho, e em outras, deverá agir articulado com outras pessoas ou grupos.

Essa metodologia plural se justifica pela própria pedagogia que orienta este projeto, que é de formação do cidadão participativo, comprometido com as questões sociais de seu tempo, que seja capaz de refletir sobre a sua realidade e agir sobre ela.

A crítica e a reflexão permanente permeiam as atividades docente e discente num compromisso entre professores, instituição e alunos. A sala de aula, por seu turno, não deve ser o lugar onde se transmite conhecimento, onde se profere a “aula conferência”, mas o espaço para o debate, o diálogo, a reflexão e para a própria construção do conhecimento.

Esse método misto, cuja dinâmica visa abarcar formas variadas de ensinar, aprender e agir busca proporcionar ao aluno a vivência de diversas situações que terá de enfrentar ao longo de sua vida, onde, em determinada situações, terá que agir sozinho, e em outras, deverá agir articulado com outras pessoas ou grupos.

Essa metodologia plural se justifica pela própria pedagogia que orienta este projeto, que é de formação do cidadão participativo, comprometido com as questões sociais de seu tempo, que seja capaz de refletir sobre a sua realidade e agir sobre ela.

A crítica e a reflexão permanente permeiam as atividades docente e discente num compromisso entre professores, instituição e alunos. A sala de aula, por seu turno, não deve ser o lugar onde se transmite conhecimento, onde se profere a “aula conferência”, mas o espaço para o debate, o diálogo, a reflexão e para a própria construção do conhecimento.

O professor, por sua vez, não deve ter a postura de sábio, detentor do poder e do conhecimento cristalizado, hermético, alienado de sua realidade social e da realidade de seus alunos.

A metodologia desenvolvida é aquela que respeita o aluno em sua dimensão holística, como ser dotado de inteligência, emoção e vontade. Partindo do princípio de que métodos e técnicas são apenas meios e não fins em si mesmos, o papel do professor é decisivo na busca de formas de ensino que sejam adequadas aos seus alunos e ao conteúdo a ser trabalhado, conforme as diretrizes curriculares propostas.

Salienta-se que não se faz aqui diferenciação substancial entre método e técnica, utilizando-se ambos com o mesmo sentido de meio pelo qual se deverá

buscar maior eficiência na relação ensino/aprendizagem.

Entre uma ampla gama de técnicas utilizadas no processo de ensino, enumeram-se algumas pela possibilidade pedagógica que oferecem. Cabe esclarecer, contudo, que elas não inviabilizam a utilização de outros métodos, uma vez que a dinâmica de ensino deve envolver uma metodologia diversificada e plural.

A) MÉTODO EXPOSITIVO – consiste na apresentação oral de temas logicamente estruturados. A mensagem não deve ser dogmática, mas aberta, permitindo a contestação, a discussão e a participação dos alunos;

B) EXPOSIÇÃO ORAL/ESTUDO DIRIGIDO - esta técnica consiste na exposição oral articulada ao estudo dirigido, em que o professor expõe um tema, indica as fontes de estudo e, em seguida, questões a serem estudadas e discutidas pela classe;

C) MÉTODO DA ARGUIÇÃO – o aluno deve estudar por conta própria conteúdos previamente orientados pelo professor e a verificação da aprendizagem é feita oralmente. A utilização deste método é uma oportunidade do aluno ir se familiarizando com a arguição que possivelmente enfrentará no futuro;

D) MÉTODO DA DUPLA ARGUIÇÃO – consiste na apresentação de um tema pelo professor aos alunos com indicação das fontes e dos textos a serem estudados. Os alunos podem efetuar o estudo em grupo ou individualmente. Após o estudo, os alunos passam a arguir o professor, visando esclarecer dúvidas, e o professor, por sua vez, na aula seguinte, faz a arguição da classe, baseado nos textos ou conteúdo previamente marcado;

E) MÉTODO DA ARGUIÇÃO COM MONITORES - este método envolve a participação de monitores, como um estímulo aos que pretendem seguir a carreira docente.

O método prevê o aproveitamento de alunos como auxiliares do professor, no processo de arguição, o que permite um nível maior de aproveitamento, visto que todos os alunos serão arguidos sobre todo o assunto estudado;

F) MÉTODO DA LEITURA - consiste em indicar textos de estudo sobre um determinado tema. Uma vez estudados os textos, os alunos passam por uma verificação da aprendizagem, por meio de uma prova escrita, cujos resultados fornecem material para se promover uma discussão;

G) MÉTODO DE LEITURA DIRIGIDA – este método é utilizado para se

estudar determinada unidade, por meio de indicação de textos selecionados para este fim. Esta leitura é dirigida tanto para aprofundamento e ampliação da aprendizagem, como para melhor apreensão da unidade em foco;

H) TÉCNICA DE PROBLEMAS - consiste em propor situações-problema aos alunos, para que eles possam solucioná-los. Esta técnica é rica por envolver a necessidade de estudo e revisão de conteúdos não devidamente assimilados, tanto quanto exige que o aluno pesquise o tema e exercite a reflexão para solucionar os problemas propostos.

Esta técnica pode ser desenvolvida por modalidades diversas, seja pela solução individual de problemas, seja pela solução coletiva, com a classe funcionando em um só grupo ou com a classe dividida em vários grupos. Os professores podem propor reuniões com os alunos, nas quais são apresentados e discutidos os casos mais complexos ou menos comuns de cada área, para que se busque de forma coletiva a solução adequada;

I) TÉCNICA DE PROJETOS – esta técnica visa levar o aluno a projetar algo concreto e executá-lo. É uma atividade que se desenvolve em uma situação concreta, real e que busca soluções práticas. Por levar o aluno a passar por uma situação de vivência e experiência, e por estimular a iniciativa, a autoconfiança e o senso de responsabilidade. Esta técnica se apresenta como uma boa oportunidade para o aluno desenvolver projetos de pesquisa em temas de seu interesse, ou elaborar projetos que visem implementar atividades de extensão sob orientação do professor;

J) TÉCNICA DE CASOS - consiste em se propor uma situação real que já tenha sido solucionada, para exame e apreciação pelos alunos. É de certa forma uma variante da técnica de problemas, porém com situações reais e que já tiveram solução;

L) TÉCNICA DE PESQUISA – a pesquisa, de certo modo, está presente em todos os métodos apresentados. Aqui, contudo, ela é a atividade predominante. Ela pode ser bibliográfica, dando ênfase à consulta de livros e revistas que possam contribuir para a devida explicação e compreensão do tema em foco. Pode ser, ainda, de campo, em que o aluno vai buscar dados não em livros, mas junto à comunidade por meio de entrevistas e questionários.

4.13.4. Inter-Relação das Disciplinas na Concepção e Execução do Currículo

As disciplinas do curso estão inter-relacionadas e se integram em função dos objetivos do curso e do perfil do egresso. A interdisciplinaridade vem como resposta à fragmentação do conhecimento. Vista como questão gnosiológica, surgiu no final do século passado, pela necessidade de dar uma resposta à fragmentação causada por uma epistemologia de cunho positivista. As ciências haviam-se dividido em muitos ramos e a interdisciplinaridade restabelecia, pelo menos, um diálogo entre elas, embora não resgatasse ainda a unidade e a totalidade.

A fragmentação representava uma questão essencial para o próprio progresso científico. Tratava-se de entender melhor a relação entre "o todo e as partes". Porém, ao longo do tempo criaram-se lacunas, que dificultavam a visão do todo e sua unidade. Nesse contexto, nasce a necessidade de integração - interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade busca a integração de dois ou mais componentes curriculares para construção do conhecimento. Com o processo de especialização do saber, a interdisciplinaridade mostrou-se como uma das respostas para os problemas provocados pela excessiva compartimentalização do conhecimento. No final do século XX surge a necessidade de mudanças nos métodos de ensino, buscando viabilizar práticas interdisciplinares.

A interdisciplinaridade ocorre na intercomunicação efetiva entre as disciplinas, pela fixação de um objeto comum diante do qual os objetos particulares de cada uma delas constituem-se em sub-objetos e como estratégia para integrar as disciplinas e chegar a uma prática multiprofissional por meio do trabalho sobre temas comuns e em novos cenários.

4.13.5. Aspectos da Estrutura Curricular

O projeto Pedagógico proposto está em plena consonância com a Legislação vigente, atendendo plenamente as Diretrizes Curriculares do Curso de Bacharelado em Serviço Social conforme RESOLUÇÃO CNE/CES 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002. Do mesmo modo, o respectivo projeto possui carga horária total de 3.200, integralizados em no mínimo 4 anos, sendo que o estágio e as atividades

teórico-práticas somam 18,75%, atendendo a RESOLUÇÃO CES/CNE Nº 4, DE 18 DE JUNHO DE 2007.

Observa-se que os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas.

Os estágios supervisionados visam a assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que suas atividades sejam distribuídas ao longo do curso.

A instituição poderá reconhecer e aproveitar atividades realizadas pelo aluno em instituições, desde que contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

A estrutura curricular do Curso de SERVIÇO SOCIAL da GRAN TIETÊ possui uma carga horária total de 3.200 horas, distribuídas em atividades acadêmicas obrigatórias, com matrícula semestral, da seguinte forma:

- Horas/Aulas, totalizando 2400 horas (75%);
- Trabalho de Conclusão de Curso, totalizando 80 horas (2,50%);
- Estágio Curricular Supervisionado, totalizando 480 horas (15,00%);
- Atividades Complementares, totalizando 120 horas (3,75%)
- Oficinas de Campos do Fazer Profissional, totalizando 120 horas (3,75%).

Esta distribuição de carga horária permite uma prática pedagógica que contempla a inter e transdisciplinaridade, além de uma interação com o mercado de trabalho.

A estrutura curricular encontra-se organizada numa sequência lógica e contínua, de modo semestral. O currículo do curso está em pleno acordo com os objetivos apresentados e com o perfil do profissional que se pretende alcançar. Os conteúdos não são desenvolvidos de forma hierarquizada, mas articulados.

O curso, também, não contempla em sua estrutura curricular pré-requisitos, o que colabora para minimizar a rigidez dos currículos, as disciplinas encadeadas, contribuindo para **FLEXIBILIZAR** o currículo e o fluxo contínuo do mesmo, ou seja, a organização do curso busca, paulatinamente, basear-se no princípio da flexibilização.

Nesse sentido, o curso vem procurando outras formas de atingir a flexibilidade, tais como: contabilizar no histórico do aluno atividades desenvolvidas por ele durante sua permanência na Instituição, as chamadas atividades complementares. Assim como essas atividades, as disciplinas, também, procuram refletir a flexibilização uma vez que a aprendizagem não se limita ao ensino de determinado conteúdo na sala de aula, os alunos fazem visitas técnicas, de modo a articular teoria e prática.

De modo, para aumentar a flexibilidade no percurso acadêmico, e satisfazer o Decreto nº. 5.626/2005, o NDE – Núcleo Docente Estruturante do curso propôs a inclusão de um elenco de disciplinas optativas que serão oferecidas no 7º e 8º semestres/período do Curso.

A inscrição dos alunos na disciplina optativa acontecerá no período regular de matrícula. Enfim, os conteúdos curriculares virão atender ao perfil profissional do egresso e às demandas do mundo do trabalho em constante atualização tecnológica, sem descumprir o disposto nos requisitos legais.

4.14. ESTRUTURA CURRICULAR E DIMENSIONAMENTO DA CARGA HORÁRIA POR PERÍODO LETIVO

A seguir está apresentada a matriz curricular idealizada para o Curso de SERVIÇO SOCIAL da Faculdade Gran Tietê. Observa-se que cada Termo equivale a um Período ou Semestre.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL			
1º Termo	**C/H**	**2º Termo**	**C/H**
Introdução ao Serviço Social	80	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	80
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	80	Questão Social e Serviço Social I	80
Sociologia	80	Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil II	80
Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil I	80	Filosofia	80
Metodologia da Pesquisa	40	Comunicação e Expressão II	40
Comunicação e Expressão I	40	Informática	40
Total	**400**	**Total**	**400**
3º Termo	**C/H**	**4º Termo**	**C/H**
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	80	Psicologia Social	80

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL			
Antropologia	80	Processo de Trabalho e Serviço Social I	80
Questão Social e Serviço Social II	80	Ética Profissional	80
Economia Política	80	Direito e Legislação Social	80
Psicologia Geral	40	Estatística	40
Ciência Política	40	Economia Brasileira	40
Total	**400**	**Total**	**400**
5º Termo	**C/H**	**6º Termo**	**C/H**
Processo de Trabalho e Serviço Social II	80	Pesquisa em Serviço Social II	80
Pesquisa em Serviço Social I	80	Política Social II	80
Política Social I	80	Oficina de Instrumentalidade em Serviço Social	40
Estágio Supervisionado I	80	Administração e Planejamento em Serviço Social	80
Movimentos Sociais e Serviço Social	80	Estágio Supervisionado II	80
		Interação Social e Comunitária	40
Total	**400**	**Total**	**400**
7º Termo	**C/H**	**8º Termo**	**C/H**
Estágio Supervisionado III	160	Estágio Supervisionado IV	160
Trabalho de Conclusão de Curso I	40	Gestão Social	80
Oficina de Formação Profissional I	40	Oficina de Formação Profissional II	40
Elaboração de Projetos Sociais	40	Trabalho de Conclusão do Curso II	40
Optativa I	40	Optativa II	40
Total	**320**	**Total**	**360**
Optativas	**C/H**	**Optativas**	**C/H**
Trabalho e Sociabilidade	40	Financiamento e Controle Social	40
Família e Geração	40	Avaliação de Políticas Sociais	40
SUAS – Sistema Único de Assistência Social	40	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	40
Gênero e Etnia	40		

Quadro 11- Matriz Curricular do Curso de SERVIÇO SOCIAL.

4.14.1. Organização Curricular e Campo de Formação

No quadro a seguir está apresentada a organização curricular e como ela atende a RESOLUÇÃO CES/CNE Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002, no que se refere aos campos de formação.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR Distribuição de Acordo com a Resolução CNE/CES n.º 15/2002 de 13/03/2002	
I. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social	
Introdução ao Serviço Social	80
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III	240
Sociologia	80
Filosofia	80

Psicologia Geral	120
Antropologia	80
Ética Profissional	80
TOTAL	**760**
II. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	
Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil I e II	160
Economia Política	80
Economia Brasileira	40
Ciência Política	40
Processo de Trabalho e Serviço Social I e II	160
Política Social I e II	160
TOTAL	**640**
III. Núcleos de fundamentos do trabalho profissional	
Questão Social e Serviço Social I e II	160
Pesquisa em Serviço Social I e II	160
Movimentos Sociais e Serviço Social	80
Oficina de Instrumentalidade em Serviço Social	40
Administração e Planejamento em Serviço Social	80
Interação Social e Comunitária	40
Oficina de Formação Profissional I e II	80
Elaboração de Projetos Sociais	40
Gestão Social	80
Estágio Supervisionado I, II, III e IV	480
Trabalho de Conclusão de Curso I e II	80
Atividades Complementares	120
TOTAL	**1440**
IV. Núcleo de complementação curricular e optativas	
Comunicação e Expressão I e II	80
Metodologia da Pesquisa	40
Informática	40
Direito e Legislação Social	80
Estatística	40
Optativa I e II	80
TOTAL	**360**

**Duas disciplinas serão cursadas como optativas – totalizando 80 horas.*

Quadro 12- Organização Curricular e Campo de Formação.

4.14.2. Resumo da Matriz Curricular e Dimensionamento da Carga Horária

O resumo que apresenta a consolidação e a distribuição da carga horária do Curso de SERVIÇO SOCIAL é o seguinte.

RESUMO DA MATRIZ CURRICULAR		
Campos de Formação	**C/H**	**%**
Total de Horas/Aulas	2400	75,00
Estágio Supervisionado	480	15,00
Atividades Complementares	120	3,75
Oficinas de Campos do Fazer Profissional	120	3,75
Trabalho de Conclusão de Curso	80	2,50
Total Geral do Curso	**3200**	**100,00**

Quadro 13- Resumo da Distribuição da Carga Horária do Curso.

4.14.3. Organização Curricular e a Legislação

O projeto Pedagógico proposto está em plena consonância com a Legislação vigente, atendendo plenamente as Diretrizes Curriculares do Curso de Bacharelado em SERVIÇO SOCIAL conforme a RESOLUÇÃO CES/CNE Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002.

Do mesmo modo, o respectivo projeto possui carga horária total de 3.200, integralizados em **no mínimo 4 anos**, sendo que o estágio e as atividades complementares somam **18,75%,** atendendo plenamente a **RESOLUÇÃO CES/CNE Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007.**

4.15. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

4.15.1. Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas

As ementas e os programas estão atualizados e adequados às disciplinas e à concepção do curso.

4.15.2. Adequação, atualização e relevância da bibliografia

As bibliografias básicas e complementares são atualizadas e adequadas às respectivas disciplinas. Conforme previsto no novo instrumento de avaliação (INEP), na bibliografia complementar foram utilizadas algumas referências com acervo virtual[5]. Todas com acesso universal via internet e com os **DIREITOS AUTORAIS PRESERVADOS.**

[5] Acervo virtual é o conteúdo de uma coleção privada ou pública, podendo ser de caráter bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico, documental ou misto e com acesso universal via internet.

4.15.3. Descrição do ementário e bibliografia do curso

A seguir estão apresentadas as disciplinas, agrupadas por Termo, com o respectivo ementário e bibliografia básica e complementar correspondentes.

1º TERMO

INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

O curso de Serviço Social e a Universidade. O que é o Serviço Social. A natureza do Serviço Social. Breve contextualização de seus antecedentes históricos e tendências do Serviço Social. A compreensão do significado da profissão atualmente. O projeto ético profissional contemporâneo. Elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social. A Lei que regulamenta a profissão. As perspectivas e demandas contemporâneas para o trabalho do assistente social na consolidação e ampliação de direitos sociais. Os campos de intervenção da prática profissional – mercado de trabalho do assistente social. Os órgãos de representação da categoria profissional.

Bibliografia Básica:

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social ética e saúde**. São Paulo: Cortez, 2013. (12 exemplares)

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (12 exemplares)

COSTA, Gilmasia M. **O Social em Perspectiva: politicas, trabalho, serviço social.** Maceio: EDUFAL, 2013. (06 exemplares)

Bibliografia Complementar:

MARTINELLI, M L. **Serviço social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 2008. (06 exemplares)

VIEIRA, Balbina Attoni. **Introdução a modelos genéricos do serviço social.** Rio de Janeiro: Agir, 1989. (06 exemplares)

CASTRO, M. H. **História do serviço social na América latina**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (06 exemplares)

CFESS – **Código de Ética do Assistente Social: lei 8662/93.** Brasília: CFESS, 2012.

Acesso Link.

http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

RENATA, Nunes. **A prática profissional do assistente social no enfrentamento da violência.** Florianópolis: UFSC, 2011.

Acesso Link.

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95619/288925.pdf?sequence=1

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I

A assistência realizada no mundo enfocando o papel da família, igreja e Estado. Criação das escolas de Serviço Social e profissionalização da assistência. Campos de atuação, métodos e teorias dos primeiros Assistentes Sociais. A questão social nas décadas de 1920 e 1930 e a emergência do profissional de Serviço Social no Brasil: mercado de trabalho, dimensões teórico-metodológicas e técnico operativas no referido período histórico. A influencia da teoria neotomista no Serviço Social.

Bibliografia Básica:

CASTRO, M. H. **História do serviço social na América latina**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (06 exemplares)

FRAGA, Cristina Kologeski. **Temas contemporânios em serviço social.** Jundiai - SP: Paco, 2015. (06 exemplares)

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 2008. (06 exemplares)

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em serviço social.** São Paulo: Veras, 2013. (12 exemplares)

VIEIRA, Balbina Attoni. **Introdução a modelos genéricos do serviço social.** Rio de Janeiro: Agir, 1989. (06 exemplares)

COSTA, Cássia Celina Paulo M. da. **A função socioeconômica da propriedade.** Rio de Janeiro: America Juridica, 2006. (06 exemplares)

Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social: direito social e competências profissionais.** São Paulo: CFESS, 2009.

Acesso Link.

file:///C:/Users/BibLivre/Downloads/LIVRO%20COMPLETO%20-%20%20CFESS%20-%20Servico%20Social%20-Direitos%20Sociais%20e%20Competencias%20Profissionais%20%20-2009.pdf

RENATA, Nunes. **A prática profissional do assistente social no enfrentamento da violência.** Florianópolis: UFSC, 2011.

Acesso Link.
https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95619/288925.pdf?sequence=1

SOCIOLOGIA

A construção da sociedade burguesa e do ser social. A constituição do pensamento sociológico como campo científico. As vertentes teóricas clássicas da sociologia: Marx, Durkheim e Weber. Compreender a dinâmica sociológica e a estratificação social. Entender os processos relacionais entre os indivíduos e a organização. Compreender os principais processos de organização do trabalho.

Bibliografia Básica:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Sociologia geral.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. (26 exemplares)

MEKSENAS, P. **Sociologia.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. (26 exemplares)

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Ática, 2011. (26 exemplares)

Bibliografia Complementar:

COSTA, CASSIACELINA PAULO M. **A função socioeconômica da propriedade**. 2º Edição. Ed. América jurídica. Rio de Janeiro. 2006. (06 exemplares)

KOENIG, S. **Elementos de sociologia.** 5º Ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976. (02 exemplares)

WEBER, M. **Ensaios de sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. (02 exemplares)

CARNEIRO, E. **Antologia do negro brasileiro.** Rio de Janeiro: Agir, 2005.
Acesso Link.
http://books.google.com.br/books?id=xpt1927ApUwC&printsec=frontcover&dq=negro&hl=ptBR&sa=X&ei=20KQT8mGOaHW0QHBkIn6BA&ved=0CFEQ6AEwBg#v=onepage&q=negro&f=false

MAUS, M. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2007.
Acesso Link.
http://books.google.com.br/books?id=3dIPBgpKkHUC&printsec=frontcover&dq=sociologia&hl=ptBR&sa=X&ei=3kCQT4TNBqgy0QHembWPBQ&ved=0CEoQ6AEwAw#v=onepage&q=sociologia&f=false

FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E POLÍTICA DO BRASIL I

Conceito de formação sócio - econômico e política do Brasil e fundamentações : modos de produção, relações de produção e forças produtivas: pré-capitalistas e capitalistas. Estruturação do capitalismo no Brasil do período colonial a 1970 e sua inserção na dinâmica internacional. A construção dos sujeitos políticos e da luta de classes ao longo do referido período histórico, trabalhar mecanismos de organização e aplicação de políticas públicas na formação da cidadania da sociedade brasileira.

Bibliografia Básica:

MESQUITA, André Campos. (orgs) **Soluções Positivas da Política Brasileira.** São Paulo: Scala, 2007. (50 exemplares)

FIGUEIREDO, Ney.(orgs). **Política ao entardecer** . São Paulo: Cultur, 2007. (50 exemplares)

RAMOS, Alcides Freire. **Olhares sobre a História.** São Paulo: Hucitec, 2010. (20 exemplares)

Bibliografia Complementar:

ZVIRBLIS, Alberto Antonio. **Democracia participativa e opinião pública**. São Paulo: RCS, 2006. (06 exemplares)

ASH, Timothy Garton. **Nós o Povo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (06 exemplares)

ARAUJO, Cicero. **Teoria política Latino-Americana.** São Paulo: Hucitec. 2009. (06 exemplares)

CRUZ, Jose Vieira da. **Formação Sócio-Histórica do Brasil**. Aracaju, UNIT, 2010. Acesso link.
http://ava.unit.br/dokeos/courses/ESP2101DFSHB/document/Livro/Forma%E7%E3o_S%F3cio-Hist%F3rica_do_Brasil.pdf?cidReq=ESP2101DFSHB

FURTADO, Celso. **Formação Economica do Brasil**. São Paulo, CEN, 2005. Acesso link.
https://cei1011.files.wordpress.com/2010/05/feb_celsofurtado.pdf

METODOLOGIA DA PESQUISA

O papel da ciência. Tipos de conhecimento. Métodos e técnicas de pesquisa. O processo de leitura. Citações bibliográficas. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. Relatório de pesquisa. Estilo de redação. Referências bibliográficas. Apresentação gráfica. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica:

CERVO, A. L.; BERVIAN, A. P. SILVA, R. **Metodologia científica.** 6º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. (26 exemplares)

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórica prática.** 17ª ed. Campinas: Papirus, 2011. (25 exemplares)

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. (26 exemplares)

Bibliografia Complementar:

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. (04 exemplares)

LAKATO, E. M. MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 7º ed. São Paulo: Atlas, 2010. (06 exemplares)

ANDRADE, Eduardo Leopoldino de. **Introdução a Pesquisa Operacional.** 4º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. (02 exemplares)

KAHLMEYER-MERTENS et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**: linguagem e método. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Acesso link.

http://books.google.com.br/books?id=O-kzGOOzh70C&pg=PA24&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=bDmQT5i_Nu7K0AGFvd2kBQ&ved=0CGkQ6AEwBw#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia**: do planejamento a execução. São Paulo: Pioneira, 2000.

Acesso Link.

http://books.google.com.br/books?id=OdyvUxpmYEUC&printsec=frontcover&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=QDiQT4zDNcOT0QGzx4iWBQ&ved=0CEMQ6AEwAQ#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO I

Noções sobre o texto. Métodos de leitura analítica, interpretação e análise de textos. Tópicos de gramática pertinentes à produção textual. Estrutura, organização e produção de textos técnicos e dissertativos. A pesquisa científica. Pareceres e laudos técnicos: conceituação e normas para elaboração. Relatórios, memorandos, ordem de serviço, avisos.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, M. M.; MEDEIROS, J. B. **Comunicação em Língua Portuguesa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. (26 exemplares)

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática de português contemporâneo.** 5º Ed. Rio de Janeiro: LEXIKON, 2008. (26 exemplares)

MEDEIROS, J. B. **Novo acordo da língua portuguesa.** São Paulo: Atlas, 2009. (26 exemplares)

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, M.M; HENRIQUES A. **Língua Portuguesa – Noções básicas para cursos superiores.** 9°ed. São Paulo: Atlas, 2010. (02 exemplares)

GERALDI, J. M. (organizador) **O Texto na sala de aula.** 4°ed. São Paulo: Ática, 2006. (05 exemplares)

FARACO, C. E; MOURA F.M; MARUXO Jr J. H. **Nova Gramática.** São Paulo: Ática, 2010. (02 exemplares)

MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Português**. 4ª ed. São Paulo: ATLAS, 2011. (02 exemplares)

CUNHA, E. **Os sertões.** Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro.

Acesso link.

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2163

2º TERMO

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II

Constitui-se numa disciplina específica do curso de Serviço Social que se propõe ao aprofundamento e análise da trajetória histórica, teórica e metodológica da profissão entre as décadas de 40 a 60 bem como ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social que contextualizados constroem o conjunto de conhecimentos básicos a formação e qualificação do Assistente Social. Emergência do paradigma de acumulação flexível e as particularidades do caso brasileiro. A transição democrática e o neoliberalismo. O processo de globalização e as formas de inserção no Brasil. A influencia e as tendências do pensamento social positivista e fenomenológico.

Bibliografia Básica:

CASTRO, M. H. **História do serviço social na América Latina**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (06 exemplares)

IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. (12 exemplares)

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 2008. (06 exemplares)

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em serviço social.** São Paulo: Veras, 2013. (12 exemplares)

VIEIRA, Balbina Attoni. **Introdução a modelos genéricos do serviço social.** Rio de Janeiro: Agir, 1989. (06 exemplares)

COSTA, Cássia Celina Paulo M. da. **A função socioeconômica da propriedade.** Rio de Janeiro: America Juridica, 2006. (06 exemplares)

Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social: direito social e competências profissionais.** São Paulo: CFESS, 2009.

Acesso Link.

file:///C:/Users/BibLivre/Downloads/LIVRO%20COMPLETO%20-%20%20CFESS%20-%20Servico%20Social%20-Direitos%20Sociais%20e%20Competencias%20Profissionais%20%20-2009.pdf

RENATA, Nunes. **A prática profissional do assistente social no enfrentamento da violência.** Florianópolis: UFSC, 2011.

Acesso Link.

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95619/288925.pdf?sequence=

1

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL I

A sociedade capitalista industrial, produção de desigualdade e a gênese da Questão Social. As distintas interpretações teóricas sobre a Questão Social. O significado contemporâneo da Questão Social. Desemprego e precarização das relações de trabalho. Exclusão social e pobreza. A Questão Social como matéria prima do exercício profissional do assistente social.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporâneidade: trabalho e formação profissional**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (12 exemplares)

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social ética e saúde**. São Paulo: Cortez, 2013. (12 exemplares)

REZENDE, Ilma. **Serviço Social e Política Social.** 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (12 exemplares)

Bibliografia Complementar:

CASTRO, M. H. **História do serviço social na América latina**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (06 exemplares)

COSTA, Gilmasia M. **O Social em Perspectiva: politicas, trabalho, serviço social.** Maceio: EDUFAL, 2013. (06 exemplares)

SALLES, M.A. RUIZ, J.L.S. (orgs) **Mídia, questão social e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2009. (06 exemplares)

FRAGA, Cristina Kologeski. **Temas contemporânios em serviço social.** Jundiai - SP: Paco, 2015. (06 exemplares)

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** São Paulo: Cortez, 2012.

Acesso Link.

http://www.cortezeditora.com.br/newsite/primeiraspaginas/servico_social_em_tempo.pdf

FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E POLÍTICA DO BRASIL II

Relacionar o golpe de 64 com o contexto de Guerra Fria. Entender a modernização conservadora e seu colapso em fins da década de setenta. Compreender o processo

de transição e mudança democrática no inicio dos anos oitenta. Analisar e entender as novas correntes partidárias e suas relações com as transformações e reformas que proporcionaram condições de incorporar o Brasil no contexto mundial neoliberalismo. Identificar nos governos atuais a relação de medidas assistencialistas que levam ao populismo hoje.

Bibliografia Básica:

CASTRO, M. H. **História do serviço social na América Latina**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (06 exemplares)

IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. (12 exemplares)

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 2008. (06 exemplares)

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em serviço soacial.** São Paulo: Veras, 2013. (12 exemplares)

VIEIRA, Balbina Attoni. **Introdução a modelos genéricos do serviço social.** Rio de Janeiro: Agir, 1989. (06 exemplares)

COSTA, Cássia Celina Paulo M. da. **A função socioeconômica da propriedade.** Rio de Janeiro: America Juridica, 2006. (06 exemplares)

Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social: direito social e competências profissionais.** São Paulo: CFESS, 2009.

Acesso Link.

file:///C:/Users/BibLivre/Downloads/LIVRO%20COMPLETO%20-%20%20CFESS%20-%20Servico%20Social%20-Direitos%20Sociais%20e%20Competencias%20Profissionais%20%20-2009.pdf

RENATA, Nunes. **A prática profissional do assistente social no enfrentamento da violência.** Florianópolis: UFSC, 2011.

Acesso Link.

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95619/288925.pdf?sequence=1

FILOSOFIA

Homem um ser no mundo; o homem como ser bio-psico-social; Concepção do que é Filosofia; Mito e Ciência; Mito X razão. Filosofia na linha do tempo, Clássica, Medieval, Moderna e Contemporânea. Principais Correntes Filosóficas do Século XX que, historicamente influenciaram as direções sociais da profissão: Destacando o Marxismo, Neotomismo, Neopositivismo, a Fenomenologia e a Dialética. Filosofia e a sua influência na sociedade.

Bibliografia Básica:

CHAUI, Marilena.. **Filosófico**: Série Brasil. São Paulo: Ática, 2005. (21 exemplares)

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosófico**. São Paulo: Saraiva, 2006. (21 exemplares)

ARANHA, Maria L. de Arruda. **Filosofando**: Introdução à Filosofia. 4. Ed. Ver.. São Paulo : Moderna, 2009. (24 exemplares)

Bibliografia Complementar:

GALLO, Sílvio. **Ética e Cidadania**: Caminho da Filosofia. – 20. Ed. . Campinas : SP : Papiros, 2011. (05 exemplares)

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Filosofia**. São Paulo : Cortez, 1994. (12 exemplares)

CHAU, Marilena. **Convite a Filosofando.** São Paulo : Ática, 2009. (02 exemplares)

NOBRE. M. **Ensinar filosofia: uma conversa sobre aprender e aprender**. Campinas, Papirus, 2007.

Acesso link.

http://books.google.com.br/books?id=6zowR_0V-U8C&pg=PA73&dq=fundamentos+da+filosofia&hl=pt-BR&sa=X&ei=-YFBT4SiH4T00gHu5by4Bw&ved=0CFgQ6AEwBzg8#v=onepage&q=fundamentos%20da%20filosofia&f=false

SILVERIO, R. V. **Educação como prática da diferença**. Campinas: Autores Associados, 2006.

Acesso link.

http://books.google.com.br/books?id=sRUOlZKSNFQC&pg=PA62&dq=pesquisa+e+pratica+na+educa%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&sa=X&ei=L4VBT-KPLqTi0QGioMixBw&ved=0CDMQ6AEwADgo#v=onepage&q=pesquisa%20e%20pratica%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o&f=false

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO II

Pontuação. Crase. Regência Verbal e Nominal. Concordância Verbal e Nominal. Colocação de Pronomes. Redação. Técnicas de composição. A organização do pensamento: objetividade e clareza de idéias. Interpretação de textos. Resumo, resenha.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, M. M.; MEDEIROS, J. B. **Comunicação em Língua Portuguesa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. (26 exemplares)

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática de português contemporâneo.** 5º Ed. Rio de Janeiro: LEXIKON, 2008. (26 exemplares)

MEDEIROS, J. B. **Novo acordo da língua portuguesa.** São Paulo: Atlas, 2009. (26 exemplares)

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, M.M; HENRIQUES A. **Língua Portuguesa – Noções básicas para cursos superiores.** 9°ed. São Paulo: Atlas, 2010. (02 exemplares)

CUNHA, E. **Os sertões.** Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro.

Acesso link.

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2163

GERALDI, J. M. (organizador) **O Texto na sala de aula.** 4°ed. São Paulo: Ática, 2006. (05 exemplares)

FARACO, C. E; MOURA F.M; MARUXO Jr J. H. **Nova Gramática.** São Paulo: Ática, 2010. (02 exemplares)

MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Português**. 4ª ed. São Paulo: ATLAS, 2011. (02 exemplares)

INFORMÁTICA

Conhecimento da Informática como técnica de coleta e análise de dados com práticas sistemáticas de laboratório, incluindo neste processo, as redes de pesquisa de banco de dados, os hardware e software necessários ao tratamento quantitativos e

qualitativos na área social. A construção de banco de dados.

Bibliografia Básica:

SANTOS, A. de A. **Informática na empresa.** 5º ed. São Paulo: Atlas, 2009. (21 exemplares)

SAITO, JOSÉ HIROKI... **Introdução à arquitetura e à organização de computadores**. 2º Edição. Ed. Edufscar. São Carlos. 2010. (25 exemplares)

VELLOSO, F. C. **Informática conceitos básicos.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. (22 exemplares)

Bibliografia Complementar:

SILVA, M. G. **Informática, términologia básica: Ms Windows XP, Word, Excell, Access....** 5º Ed. São Paulo: Érica: 2011. (10 exemplares)

ÁQUILA R. **Informática para concursos (com provas e questões comentadas).** Rio de Janeiro: Roma Victor, 2007. (02 exemplares)

BERTOLA D; ARLE M. **Guia Prático de Informática**. Leme: Cronus, 2008. (02 exemplares)

CASTILHO A. L. **Questões comentadas de informática.** São Paulo: Premier Máxima, 2006. (02 exemplares)

FONSECA FILHO, C. **A história da computação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
Acesso Link.
http://books.google.com.br/books?id=_YRy1lKnniEC&pg=PA23&dq=computa%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&ei=9iebT7-GAobN6QHFk8n9Dg&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=7&ved=0CG8Q6wEwBg#v=onepage&q=computa%C3%A7%C3%A3o&f=false

SAWAYA, M. R. **Dicionário de informática & internet.** Inglês/português. São Paulo: Nobel, 2005.
Acesso Link.
http://books.google.com.br/books?id=pJAnIST_RY0C&pg=PA5&dq=inform%C3%A1tica&hl=pt-BR&sa=X&ei=hT2QT5TJJ6L50gHS9ez8BA&ved=0CGsQ6AEwBw#v=onepage&q=inform%C3%A1tica&f=false

3º TERMO

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III

Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social a partir da década de 70 e as influencias das matrizes do pensamento social crítico. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais nos diferentes contextos históricos.

Bibliografia Básica:

CASTRO, M. H. **História do serviço social na América Latina**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (06 exemplares)

IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. (12 exemplares)

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 2008. (06 exemplares)

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em serviço soacial.** São Paulo: Veras, 2013. (12 exemplares)

VIEIRA, Balbina Attoni. **Introdução a modelos genéricos do serviço social.** Rio de Janeiro: Agir, 1989. (06 exemplares)

COSTA, Cássia Celina Paulo M. da. **A função socioeconômica da propriedade.** Rio de Janeiro: America Juridica, 2006. (06 exemplares)

Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social: direito social e competências profissionais.** São Paulo: CFESS, 2009.

Acesso Link.

file:///C:/Users/BibLivre/Downloads/LIVRO%20COMPLETO%20-%20%20CFESS%20-%20Servico%20Social%20-Direitos%20Sociais%20e%20Competencias%20Profissionais%20%20-2009.pdf

RENATA, Nunes. **A prática profissional do assistente social no enfrentamento da violência.** Florianópolis: UFSC, 2011.

Acesso Link.

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95619/288925.pdf?sequence=

1

ANTROPOLOGIA

Concepção de Antropologia e seu objeto. A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos segmentos com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

Bibliografia Básica:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A., **Sociologia geral**. 7ª ed. São Paulo: Atlas,2010. (26 exemplares)

MEKSENAS, P. **Sociologia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. (26 exemplares)

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2011. (26 exemplares)

Bibliografia Complementar:

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**. 6ª ed. São Paulo: Contexto,2015. (12 exemplares)

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (05 exemplares)

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zhar Ed., 2010. (05 exemplares)

MAUS. M. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003. Acesso link. http://books.google.com.br/books?id=3dIPBqpKkHUC&printsec=frontcover&dq=antropologia&hl=pt-BR&sa=X&ei=_k6QT7PsMqXX0QGYxKXEBQ&ved=0CEYQ6AEwBA#v=onepage&q=antropologia&f=false

MELLO, Luiz Gonzaga de . **Antropologia Cultural.** Petropolis: Vozes, 2002. Acesso link. https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2010/03/gonzagademello_2002_antropologia-cultural-e28093-iniciacao-teoria-e-temas_vozes.pdf

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL II

A gênese da questão social no Brasil. As principais configurações da Questão Social na Sociedade Brasileira contemporânea bem como na região sudoeste do

país, enfocando a região do município de Barra Bonita/SP.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (12 exemplares)

REZENDE, Ilma. **Serviço Social e Política Social.** 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (12 exemplares)

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social ética e saúde**. São Paulo: Cortez, 2013. (12 exemplares)

Bibliografia Complementar:

CASTRO, M. H. **História do serviço social na América Latina**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (06 exemplares)

COSTA, Gilmasia M. **O Social em Perspectiva: politicas, trabalho, serviço social.** Maceio: EDUFAL, 2013. (06 exemplares)

SALLES, M.A. RUIZ, J.L.S. (orgs) **Mídia, questão social e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2009. (06 exemplares)

FRAGA, Cristina Kologeski. **Temas contemporanios em serviço social.** Jundiai - SP: Paco, 2015. (06 exemplares)

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** São Paulo: Cortez, 2012.

Acesso Link.

http://www.cortezeditora.com.br/newsite/primeiraspaginas/servico_social_em_tempo.pdf

ECONOMIA POLÍTICA

A história do pensamento econômico e a constituição da Economia Política como ciência. O modo de produção capitalista: gênese, desenvolvimento e características. Liberalismo e a crítica Marxista. Keynesianismo, globalização e o neoliberalismo. A relação capital-trabalho. Participação do Estado na Economia. Políticas públicas. Características e tendências do capitalismo contemporâneo. A economia política e o Serviço Social: relações, implicações e relevância.

Bibliografia Básica:

GUIMARÃES, B; GONÇALVES, C. E. **Introdução à economia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. (21 exemplares)

SOUZA, N. de J. **Economia Básica.** São Paulo: Atlas, 2012. (14 exemplares)

WESSELS, W. J. **Economia** 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2010. (26 exemplares)

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO C. R. V. **História do Pensamento Econômico** - Uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 2010. (02 exemplares)

JORGE F. T; MOREIRA J. O. C. **Economia** – notas introdutórias. São Paulo: Atlas,1989. (02 exemplares)

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller,1985. (02 exemplares)

BATISTA JR., P. N. **Vulnerabilidade externa da economia brasileira**. São Paulo: Estud. av. 2002.

Acesso link.

http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a11.pdf

MARCELINO, G. **Economia brasileira**. Curitiba: Rev. adm. contemp. 2003.

Acesso link.

http://www.scielo.br/pdf/rac/v7n3/v7n3a13.pdf

PSICOLOGIA GERAL

A constituição da psicologia como campo científico. As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo e sociedade. A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social. Trabalho em equipe multidisciplinar, a abordagem família/equipe multidisciplinar.

Bibliografia Básica:

BRAGHIROLLI, Elaine Maria. **Psicologia Geral**. Pétropolis, RJ: Vozes, 2010. (21 exemplares)

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Pontos de Psicologia Geral**. São Paulo: ABDR, 2010 (21 exemplares)

VERONESE, Marilia V.. **Psicologia & Social Economia Solidária**. Aparecida; SP: Ideias & Letras, 2008. (12 exemplares)

Bibliografia Complementar:

VIGOTSKI, L. S.. **Pensamento e Linguagem.** São Pulo: Martins Fontes, 2008. (02

exemplares)

VICTORA, Cesar G.. **Epidemiologia da Desigualdade.** São Paulo : Hucitec, 2006. (06 exemplares)

HAANEL, Charles F.. **Psicologia Nova**. São Paulo: CEVC, 2009. (12 exemplares)

CABRAL, A; NICK, E. **Dicionário Técnico da psicologia.** São Paulo: Cultrix, 2006. Acesso Link. http://books.google.com.br/books?id=lfFpKryM8VMC&printsec=frontcover&dq=PSICOLOGIA&hl=pt-BR&ei=I82QT7DQLOz06AHf08i3BA&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=3&ved=0CFgQ6wEwAg#v=onepage&q=PSICOLOGIA&f=false

SPERLING, A. P. **Introdução à psicologia.** São Paulo: Pioneira, 2003. Acesso Link. http://books.google.com.br/books?id=65JPKfwP2UwC&printsec=frontcover&dq=PSICOLOGIA&hl=pt-BR&sa=X&ei=Lc6QT-KWFa-26QGmpJC5BA&ved=0CF0Q6AEwBDgK#v=onepage&q=PSICOLOGIA&f=false

CIÊNCIA POLÍTICA

A constituição da Ciência Política como campo científico e a formação do Estado Moderno e da Sociedade Civil. As contribuições da Ciência Política para a análise do Estado Brasileiro. Formas de Estado, Regime e sistema de governo. Sistema eleitoral e partidos políticos. A Constituição Federal. Divisão espacial e orgânica do poder. Organização econômica. Princípios fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos, dos direitos sociais. A relação entre o público e o privado.

Bibliografia Básica:

TOPIK, Steven. **A Presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeir: Record, 1987. (50 exemplares)

BERNARDI, Jorge. **A organização municipal e a política urbana.** Curitiba: Ibpex, 2009. (50 exemplares)

FIGUEIREDO, Ney.(orgs). **Política ao entardecer** . São Paulo: Cultur, 2007. (50 exemplares)

Bibliografia Complementar:

ZVIRBLIS, Alberto Antonio. **Democracia participativa e opinião pública**. São Paulo: RCS, 2006. (06 exemplares)

ASH, Timothy Garton. **Nós o Povo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (06 exemplares)

ARAUJO, Cicero. **Teoria política Latino-Americana.** São Paulo: Hucitec. 2009. (06 exemplares)

ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social.** São Paulo: RT, 2014. (12 exemplares)

NOVAES, Adauto.(orgs). **O Esquecimento da Política** . Rio de Janeiro: Agir, 2007. (06 exemplares)

4º TERMO

PSICOLOGIA SOCIAL

A psicologia como ciência. A definição e o contexto histórico-social das categorias fundamentais da psicologia social: subjetividade, consciência, atividade, linguagem, comunicação, representações sociais, alienação, ideologia e identidade. A psicologia social comunitária. construção do mundo interno a partir das relações sociais vividas pelo homem. Processo de investigação para o planejamento e intervenção nas questões sociais.

Bibliografia Básica:

BRAGHIROLLI, Elaine Maria. **Psicologia Geral**. Pétropolis, RJ: Vozes, 2010. (21 exemplares)

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Pontos de Psicologia Geral**. São Paulo: ABDR, 2010 (21 exemplares)

VERONESE, Marilia V.. **Psicologia & Social Economia Solidária**. Aparecida; SP: Ideias & Letras, 2008. (12 exemplares)

Bibliografia Complementar:

VIGOTSKI, L. S.. **Pensamento e Linguagem.** São Pulo: Martins Fontes, 2008. (02 exemplares)

VICTORA, Cesar G.. **Epidemiologia da Desigualdade.** São Paulo : Hucitec, 2006. (06 exemplares)

HAANEL, Charles F.. **Psicologia Nova**. São Paulo: CEVC, 2009. (12 exemplares)

CABRAL, A; NICK, E. **Dicionário Técnico da psicologia.** São Paulo: Cultrix, 2006. Acesso Link.

http://books.google.com.br/books?id=lfFpKryM8VMC&printsec=frontcover&dq=PSIC

OLOGIA&hl=pt-BR&ei=I82QT7DQLOz06AHf08i3BA&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=3&ved=0CFgQ6wEwAg#v=onepage&q=PSICOLOGIA&f=false

SPERLING, A. P. **Introdução à psicologia.** São Paulo: Pioneira, 2003.

Acesso Link.

http://books.google.com.br/books?id=65JPKfwP2UwC&printsec=frontcover&dq=PSICOLOGIA&hl=pt-BR&sa=X&ei=Lc6QT-KWFa-26QGmpJC5BA&ved=0CF0Q6AEwBDgK#v=onepage&q=PSICOLOGIA&f=false

PROCESSO DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL I

Concepção de processo de trabalho. O trabalho como elemento fundante do ser social. Especificidade do trabalho na sociedade burguesa e a inserção do serviço social como especialização do trabalho coletivo. O trabalho profissional face às mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social. Elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social considerando: a análise dos fenômenos e das políticas sociais; o estudo da dinâmica institucional, os elementos teórico-metodológicos; ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional.

Bibliografia Básica:

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014. (24 exemplares)

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em serviço soacial.** São Paulo: Veras, 2013. (12 exemplares)

TOPIK, Steven. **A Presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeir: Record, 1987. (50 exemplares)

Bibliografia complementar:

VERONESE, Marília Verissimo. **Psicologia e social economia solidaária.** Aparecida: IDEIAS, 2008. (12 exemplares)

PINSKY, Jaime. **Práticas de Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004. (02 exemplares)

VICTORA, Cesar G.. **Epidemiologia da desigualdade.** São Paulo: HUCITEC, 2006**.** (06 exemplares)

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de . **Mediação de conflitos e praticas de restauração.** São Paulo: Metodo, 2008.
Acesso link.
http://gajop.org.br/justicacidada/wp-content/uploads/Mediacao-de-Conflitos-e-Praticas-Restaurativas.-Modelos-Processos-Etica-e-Aplicacoes-Carlos-Eduardo-Vasconcelos.pdf

CFESS. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional.** Brasilia: CFESS, 2011.
Acesso link.
http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS(2009).pdf

ÉTICA PROFISSIONAL

Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um *ethos* profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os códigos de ética profissional na história do Serviço Social brasileiro.

Bibliografia Básica:

CAMARGO, M. **Fundamentos de Ética Geral e Profissional.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. (26 exemplares)

NALINI, J. R. **Ética geral e profissional.** 8º Ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 2011. (26 exemplares)

VAZQUEZ. A. S. **Ética**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (24 exemplares)

Bibliografia Complementar:

ASHLEY, P. **Ética e responsabilidade social nos negócios.** 2°edição São Paulo: Saraiva, 2005. (02 exemplares)

SA, A. L. de. **Ética profissional**. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (02 exemplares)

SUNG J. M; SILVA J. C. **Conversando sobre Ética e Sociedade.** 16°edição Petrópolis: Vozes, 2009. (05 exemplares)

SROUR, R. H. **Ética profissional.** 3º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. (02 exemplares)

CHIAVACCI, E. **Ética social.** São Paulo: Loyola, 2001.

Acesso Link.
http://books.google.com.br/books?id=kOnpFILtZWMC&printsec=frontcover&dq=%C3%A9tica&hl=pt-BR&ei=_1mQT8aiKIbL0QHW3JWKBQ&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=8&ved=0CFwQ6wEwBw#v=onepage&q=%C3%A9tica&f=false

CORTINA, A.; MARTINEZ, E. **Ética.** São Paulo: Loyola, 2005.
Acesso link.
http://books.google.com.br/books?id=JpW1QzJwaYsC&printsec=frontcover&dq=%C3%A9tica&hl=pt-BR&ei=b9KQT9SdCbS26QHisLGBBA&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=2&ved=0CD0Q6wEwAQ#v=onepage&q=%C3%A9tica&f=false

DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL

Construção das Instituições de Direito no Brasil, bem como das formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado, dos poderes e da ordem social. Análise das fontes do direito enquanto meios pelos quais se formam as regras jurídicas e constitucionais. Estudo do Direito não apenas como produto, mas também como enredador das relações sociais, "elaborando" a organização familiar enquanto Instituição Jurídica, base do direito da família. Relações jurídicas no marco da integração supranacional (MERCOSUL e ALCA).

Bibliografia Básica:

MINHOTO, Antonio Celso Baeta. **Constituição Minorias e inclusão social**. São Paulo: Riddel, 2009. (22 exemplares)

CARRION, V. **Introdução à organização Burocrática.** 2°edição São Paulo: Pioneira, 2004. (50 exemplares)

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da seguridade social**. 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. (08 exemplares)

Bibliografia Complementar:

CHIARIONI, M. F. V. F. B. **Resumo Jurídico de Direito do Trabalho**, 5°edição vol. 13. São Paulo: Quartier Latin, 2007. (02 exemplares)

JORGE NETO, F. F. **Curso de direito do trabalho.** 2º Ed. São Paulo: Atlas, 2011. (05 exemplares)

NADER, PAULO. **Introdução ao Estudo do Direito**. 33º Edição. Ed. GEN., Rio de Janeiro. 2011. (02 exemplares)

SANTOS, R. Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Uninet, 1998. Acesso link. http://books.google.com.br/books?id=PG1MbmZq_TwC&pg=PA116&dq=politica+e+legisla%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&sa=X&ei=W8iOT_u0KOLf0gGu8Z3GDw&ved=0CDIQ6AEwADgKv=onepage&q=politica%20e%20legisla%C3%A7%C3%A3o&f=false

SAVIANI. D. Política e Educação no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2008. Acesso link. http://books.google.com.br/books?id=ZDKQ_9s5MukC&printsec=frontcover&dq=politica+e+legisla%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&sa=X&ei=EMeOT-GBJoXk0QGdpbWrDw&ved=0CGYQ6AEwCQv=onepage&q=politica%20e%20legisla%C3%A7%C3%A3o&f=false

ESTATÍSTICA

Estudo da estatística e sua aplicação no Serviço Social. Elaboração de tabelas e gráficos. Estudos de população. Análise de dados, tabelas e gráficos estatísticos. Testes e medidas complementares. Banco de dados. Exercícios de aplicação dos conhecimentos estatísticos a realidade profissional.

Bibliografia Básica:

BUSSADO, W. O, MORETIN, P. A. **Estatística básica.** 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. (26 exemplares)

DOWING, D.; CLARK, J. **Estatística aplicada.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. (26 exemplares)

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. **Noções de Probabilidade e Estatística**. São Paulo: EDUSP, 2011. (15 exemplares)

Bibliografia Complementar:

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais.** 7º Ed. Florianopolis: Ed. UFSC, 2011. (02 exemplares)

LAPPONI, J. C. **Estatística usando Excel.** 7 º Ed. São Paulo: Campus, 2005. (02 exemplares)

STEVENSON, WILLIAM J. **Estatística Aplicada à Administração**. 1º Edição. Ed.

Harbra. São Paulo. 1981. (02 exemplares)

BIONDI, R. L.; FELÍCIO, F. **Atributos escolares e o desempenho dos estudantes**: uma análise em painel dos dados do Saeb. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

Acesso link.

http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BDCC60045-0DD5-443F-9EFD-D8337D94D36E%7D_Texto_para_discussão_28.pdf

BRASIL. **O desafio de uma educação de qualidade para todos**: educação no Brasil – 1990-2000. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: Inep, 2004.

Acesso link.

http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B6597741C-393D-42B0-9265-49BDF99FDCB8%7D_desafio_educacao_qualidade_348.pdf

ECONOMIA BRASILEIRA

Formação econômica do Brasil. Ciclos econômicos. O processo de industrialização. Economia na atualidade. Globalização, neoliberalismo e a economia brasileira. Indicadores de crescimento e desenvolvimento. Mercado de trabalho. Blocos econômicos. Reformas, políticas e estratégias de crescimento e desenvolvimento e perspectivas econômicas para o Brasil.

Bibliografia Básica:

GUIMARÃES, B; GONÇALVES, C. E. **Introdução à economia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. (21 exemplares)

SOUZA, N. de J. **Economia Básica.** São Paulo: Atlas, 2008. (14 exemplares)

WESSELS, W. J. **Economia** 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2010. (26 exemplares)

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, Carlos Roberto Vieira. **História do Pensamento economico.** São Paulo: Atlas, 2010. (02 exemplares)

ROSSETI, J. P. **Introdução à economia.** São Paulo: Atlas, 2005. (04 exemplares)

CRUZ, Maria Célia Meirelles Toledo. **Economia.** São Paulo: Meta, 1993. (02 exemplares)

MARCELINO, G. **Economia brasileira**. Curitiba: Rev. adm. contemp. 2003.

Acesso link.

http://www.scielo.br/pdf/rac/v7n3/v7n3a13.pdf

PAES, N. L.; BUGARIN, N, S. **Parâmetros tributários da economia brasileira**. São Paulo: Estud. Econ, 2006.

Acesso link.

http://www.scielo.br/pdf/ee/v36n4/a02v36n4.pdf

5º TERMO

PROCESSO DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL II

Constitui-se em uma forma de abordagem para a aplicação do próprio Serviço Social cujo conteúdo baseia-se na compreensão, entendimento e uso dos elementos teórico-metodológico, ético políticos e técnico-operativos do trabalho do Assistente Social, análise de fenômenos, políticas sociais e formulação de projetos de intervenção social tanto na abordagem individual como coletiva.

Bibliografia Básica:

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2005.

SÁ, J. L. M. **Serviço social e Interdisciplinaridade:** São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M.V. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação.** São Paulo: Veras, 2007.

ENGLER, H. B. R. **Um estudo sobre a categoria do homem, trabalho nos curso de Serviço Social do Estado de São Paulo.** Franca: Unesp, 2006.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional.** São Paulo: Cortez, 2008.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo:** Cortez, 1995.

CANÔAS, J.W. (org.) **Mundo do trabalho e politicas públicas.** Franca: Unesp, 2007.

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I

O conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. A pesquisa científica e o ato de pesquisar. Formas de classificação das pesquisas científicas. Pesquisa em Ciências Sociais. Pesquisa Quantitativa. Pesquisa Qualitativa. Planejamento da pesquisa: da preparação ao projeto de pesquisa.

Bibliografia Básica:

BARROS, A. J. P. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: EPU, 1980.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 3º ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

Bibliografia Complementar:

GIL. A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3º ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MINAYO, M. C. S. (org) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 6º ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social, métodos e técnicas.** Atlas, 2008.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

POLÍTICA SOCIAL I

Principais abordagens teóricas explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. Funções, natureza e desenvolvimento das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público. O papel dos sujeitos na formulação das políticas sociais.

Bibliografia Básica:

BEHRING, E. R. **Política Social no capitalismo tardio.** São Paulo: Cortez, 2002.

RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2009.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

BRAVO, M. I. S**. Política social e democracia.** São Paulo: Cortez; 2008.

SADER, E. **Pós-neoliberalismo: as políticas e o estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, E. R. **Política social**: **fundamentos e história.** São Paulo: Cortez,2006.

LAURELL, A.(org). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, A E. **Cultura da crise e seguridade social – um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** São Paulo: Cortez, 2008.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Preparação do aluno para introdução no Estágio Supervisionado. Interpretação do Regulamento do Estágio curricular em Serviço Social (concepções e objetivos do Estágio). Inserção do aluno no espaço sócio-institucional. Processo e etapas de estágio e supervisão. Papeis direitos e deveres dos supervisores e estagiários. Delimitação do objeto de observação/intervenção profissional. Conhecimento dos Campos de Estágio. Relatos de experiência de estágio. Relatório e avaliação final de estágio.

Bibliografia Básica:

BURIOLLA, M. F. **O Estágio supervisionado.** São Paulo: Cortez, 2009.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em serviço social.** São Paulo: Cortez, 2010.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para formação e o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis.** São Paulo: Cortez, 2009.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.

SÁ, J. L. M. (org). **Serviço social e interdisciplinaridade.** São Paulo: Cortez, 2010.

MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

Teorias clássicas sobre os movimentos sociais. Classes sociais e sujeitos coletivos.

Sociedade Brasileira: estrutura de classe e condições de vida e trabalho das classes subalternas bem como suas manifestações ideológicas, políticas e culturais. Dinâmica interna e normas de sociabilidade dos movimentos sociais. Relação com os partidos políticos sindicados e igrejas, ONGs e outras organizações. Lutas de classes e o papel na formulação de políticas sociais.

Bibliografia Básica:

WARREN, I.S. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2009.

JEZINE, E**.** (ogs) . **Educação e movimentos sociais novos olhares.** São Paulo, Editora Alínea, 2007.

GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar:

GOHN, M.G. Movimentos sociais e redes de mobilizações...Rio de Janeiro:Vozes, 2010

GOHN, M.G. Novas teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 2009.

GOHN, M G. **História do movimento e lutas sociais.** São Paulo: Loyola, 2002.

VIANA, M. R. **Lutas sociais e redes de movimentos sociais no final do século XX.** Serviço Social & Sociedade, n. 64 p. 34-56 nov. 2000.

DUBET, F. **As desigualdades sociais multiplicadas.** Ijuí: Unijui, 2003.

6º TERMO

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II

Coleta de dados. Técnicas para coleta de dados: observação, questionário, formulário, entrevista, historia de vida, estudo de caso e grupo focal. Elaboração dos dados: seleção, codificação e tabulação. Análise e interpretação dos dados. Relatório final da pesquisa. Ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Indicadores sociais.

Bibliografia Básica:

BARROS, A. J. P. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.** Campinas: Alínea, 2009.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999.

Bibliografia Complementar:

KERLINGER, F N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: EPU, 1980.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

JOSÉ FILHO, M. (org). **Desafios da pesquisa social**. São Paulo: UNESP, 2006.

LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

POLÍTICA SOCIAL II

Políticas sociais setoriais e a legislação social por segmentos: família, criança e adolescente, educação, trabalho, pessoas portadoras de deficiência, idoso, agrária, habitação. Análise comparada das políticas sociais. Estudos dos problemas habitacionais atuais e as formas de solução encontradas pela população: cortiços, favelas, loteamentos clandestinos, moradores de rua, enquanto campos de atuação e construção de alternativas profissionais pluralistas. Políticas sociais setoriais e a legislação social por segmentos.

Bibliografia Básica:

LAURELL, A. (org) **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. **Política Social no capitalismo tardio.** São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, P. A **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais uma questão em debate.** São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, E. R. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.

AFFONSO, R. B. A. **Descentralização e políticas sociais.** São Paulo: Fundap, 1996.

MARTINS, S. P. **Direito de seguridade social.** São Paulo: Atlas, 2009.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

OFICINA DE INSTRUMENTALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL

Os elementos técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional; as demandas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas públicas e privadas e as respostas profissionais a estas demandas. Valendo-se de vivências que permitam o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes, utilizando-se de diferentes formas de linguagem.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação.** São Paulo: Veras, 2007.

RODRIGUES, M. L. (orgs) **Ações e interlocuções: estudo sobre a prática profissional do assistente social**. São Paulo: Veras, 1999.

SÁ, J. L. M. (org). **Serviço social e interdisciplinaridade.** São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

CANÔAS, J. W. **Planejamento e implantação do serviço social em empresas: limites e possibilidades.** Franca: UNESP, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org**.). Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: construção ao debate no judiciário, penitenciárias e na previdência social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GUERRA, Y. **A instrumentabilidade do serviço social.** São Paulo: Cortez, 1995.

MAGALHÃES, S. M. **Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. São Paulo: Veras, 2006.

TORRES, Z. **Grupo: instrumento para serviço social.** Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

Teoria geral da administração e sua aplicação no Serviço Social. Administração estratégica. Administração participativa. A nova era da administração e a revolução invisível. Administração sem fins lucrativos. Gestão da mudança. Gestão organizacional frente aos novos paradigmas. Programas e projetos institucionais: elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço

Social. Temas da atualidade.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação.** São Paulo: Veras, 2007.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração.** 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo.** São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

ACOSTA, A R. **Família, redes, laços e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2008.

BAPTISTA, M. V. **A investigação em serviço social.** São Paulo: Veras, 2006.

CARVALHO, N. V. **Autogestão o nascimento das ONGs.** São Paulo: Vozes, 1995.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KISIL, R**. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil.** São Paulo: Instituto Fonte, 2000.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

O estágio é uma atividade curricular obrigatória, concomitante ao período escolar, que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. O conhecimento crítico do contexto social e institucional do campo de estágio, bem como as expressões da questão social atendidas. O desenvolvimento e adaptação do aluno através de Plano de Estágio e Relatório de Atividades Semestral. Estreitar os vínculos entre supervisor de campo e supervisor acadêmico.

Bibliografia Básica:

BURIOLLA, M. A. F. **O Estágio supervisionado.** São Paulo: Cortez, 2009.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em serviço social.** São Paulo: Cortez, 2010.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para formação e o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis.** São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital feitiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2010.

Manual de Estágio do Curso de Serviço Social da FSP, 2009.

RODRIGUES, M. L. **Ações e interlocuções: estudo sobre a prática profissional do assistente social.** São Paulo: Veras, 1999.

INTERAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA

Aprimorar o conhecimento e a relação ensino-aprendizagem através das necessidades da comunidade acerca das questões sociais que as afetam, tornando-a um elemento interventor da sua mudança e relacionando particularmente com características populacionais da comunidade, interagindo diretamente com as desigualdades econômica, política, cultural, das classes sociais, disparidades nas relações de gênero, características ético-raciais, dificultando o acesso aos bens socialmente produzidos pelos segmentos mais desprotegidos da sociedade. Processo de territorializar como qualquer território desconhecido. Identificação das expressões da questão social do território. Estrutura e funcionamento do sistema local de Assistência Social e as possibilidades de atendimento das demandas sociais. Atividades conjuntas com a comunidade, estimulando a organização desta para o exercício do controle social. A abordagem da família em sua moradia em conjunto com uma equipe multiprofissional. Estabelecer vínculos com as famílias com base em uma comunicação clara, ética e respeitosa. Utilização de Instrumentais técnico operativos do Serviço Social no cadastramento das famílias. Sistematizar, registrar e tabular dados, de forma a expressar com clareza informações relevantes sobre as condições sociais da população. Construção de um cartograma identificando microáreas vulneráveis, após o diagnóstico social de cada área.

Bibliografia Básica:

TORRES, Z. **A ação social dos grupos.** Petrópolis: Vozes, 1983.

BEGER, P. L. **A construção social da realidade:** Petrópolis: Vozes, 2005.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

Bibliografia Complementar:

DIAZ, B. J. E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

IAMAMOTO, M. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2005.

MORAES, A. **Direitos humanos fundamentais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SÁ, J. L. M. **Serviço social e a interdisciplinaridade.** São Paulo: Cortez, 2010.

ESTEVÃO, A M.R.. **O que é serviço social.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

7º TERMO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

O estágio é uma atividade curricular obrigatória, concomitante ao período escolar, que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. O conhecimento da ação do assistente social e de seu instrumental técnico-operativo para intervenção nas expressões da questão social, bem como o desenvolvimento e adaptação do aluno através de plano de estágio e relatório de atividades. Estreitar os vínculos entre supervisor de campo e supervisor acadêmico.

Bibliografia Básica:

BURIOLLA, M. F. O **Estágio supervisionado.** São Paulo: Cortez, 2009.

GANDIN. D. **A prática do planejamento participativo.** Petrópolis: Vozes, 2010.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para formação e o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis.** São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2005.

Manual de Estágio do Curso de Serviço Social da FSP, 2009.

RODRIGUES, M. L. (org). **Ações e interlocuções: estudo sobre a prática profissional do assistente social.** São Paulo: Veras, 1999.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Elaboração de um trabalho científico escrito, pautado na ABNT, abordando um assunto específico de serviço social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio em Serviço Social ocorrido no decorrer do curso. Este processo de sistematização deve ser resultante da experiência de estágio e apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos. Apresenta a primeira parte do trabalho desenvolvido durante o semestre, a teorização dentro do campo de estágio. A pré monografia científica deve ser elaborada sob a orientação de um professor da área

Bibliografia Básica:

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórica prática.** 4. ed Campinas: Papirus, 1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 20º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

Bibliografia Complementar:

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

REA. L.M. **Metodologia de pesquisa do planejamento à execução.** São Paulo: Thonsom Pioneira, 2002.

OFICINA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL I

Proporcionar aos alunos conhecimentos de áreas ou temas necessários à sua formação profissional de acordo com a realidade regional nos diversos campos de atuação em serviço social. Estudo Importante como aprendizagem prática das estratégias de ação profissional comum aos campos fundamentais de atuação do assistente social.- Prática Social e prática profissional, a prática na formação profissional: Desenvolvimento do papel profissional; O Serviço Social como profissão e a prestação de serviços nos campos de atuação; Componentes básicos à prática

profissional; Orientação quanto à utilização do Instrumental metodológico.

Bibliografia Básica:

SILVA, A A D. **A gestão da seguridade social brasileira : entre a política e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAGA, L; CABRAL, M. S. R. (ORGS). **Serviço social na previdência - trajetória projetos profissionais e saberes**. São Paulo: Cortez**,** 2008.

MOTA, A E. **Cultura da crise e seguridade social – um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90** São Paulo: Cortez**,** 2008.

Bibliografia Complementar:

BEHRING, E. R.; Almeida, M. H. T. (orgs.). **Trabalho e seguridade social - Percursos e dilemas**, São Paulo: Cortez, 2008.

REVISTA Serviço Social & Sociedade nº 65 - **Seguridade social e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

SPOSATI, A. O. (org.). **A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras.** São Paulo: Cortez, 2008.

SCHONS, S. M. **Assistência Social entre a ordem e a desordem sociais brasileiras.** São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade: o trabalho e a formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2005.

ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS

Elaboração de projeto social e avaliação de resultados. As Transformações da Sociedade Contemporânea e a Gestão Social. A construção de projetos sociais: conceitos, ciclo (identificação, concepção, execução, monitoramento e avaliação) e respectiva documentação. Noções de captação de recursos para projetos sociais - observatório de editais.

Bibliografia Básica:

ARMANI, D. **Como elaborar projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Editorial Ferreira, 2008.

MENEZES, L. C. M. **Gestão de projetos**. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA e SILVA M. O (org)**. Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática.** São Paulo: Veras, 2001.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

CONTADOR, C. R. **Projetos sociais, avaliação e prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

BERRENBACH, M. I. R. S. **Política e planejamento social:** São Paulo: Cortez, 1982.

MORAES, A. **Direitos humanos fundamentais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

TENÓRIO, F. G. **Avaliação de projetos comunitários: abordagem prática.** São Paulo: Loyola, 2003.

8º TERMO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Estágio no mundo do trabalho, estágio em serviço social, discussões sobre as questões ética e práticas no cotidiano da prática profissional. Desenvolvimento de trabalho em equipe.

Bibliografia Básica:

BURIOLLA, M. F. **O Estágio supervisionado.** São Paulo: Cortez, 2009.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

MAGALHÃES, S. M. **Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres.** São Paulo: Veras, 2006.

Bibliografia Complementar:

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis.** São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2005.

MANUAL de Estágio do Curso de Serviço Social da FSP, 2009.

Revista Serviço Social & Sociedade. N. 45. ano XV. São Paulo: Cortez, 1994.

RODRIGUES, M. L.(orgs) **Ações e interlocuções: estudo sobre a prática profissional do assistente social.** São Paulo: Veras, 1999.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC) sob orientação de um

professor específico do curso, seguindo os princípios metodológicos que regem a elaboração de um trabalho científico. O tema do estudo deve ser a continuidade do projeto de pesquisa desenvolvido na Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, o qual subentende a discussão de sua prática profissional no campo de estágio. Os resultados desse estudo deverão ser apresentados na forma oral e escrita a uma banca determinada pela coordenação do curso.

Bibliografia Básica:

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórica prática.** 4. ed Campinas: Papirus, 1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 20º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Normatização do trabalho de conclusão do curso de serviço social. Faculdade Sudoeste Paulista, 2009.

Bibliografia Complementar:

CERVO, A. L. **Metodologia científica.** 4. Ed. São Paulo: Makron books, 1996.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GESTÃO SOCIAL

Contexto histórico e contemporâneo da gestão social. Constitui-se em uma forma de abordagem dos módulos entre o processo de formulação e implementação de políticas, o papel dos gestores bem como a inserção do Assistente Social nos processos de gestão nas esferas pública, privada e no Terceiro Setor. A reforma do Estado e as novas tendências da Gestão e outras entidades da sociedade civil no desenvolvimento de ações sociais na conjuntura atual.

Bibliografia Básica:

TENÓRIO, F. G. (coord). **Gestão social: metodologia, casos e práticas.** Rio de Janeiro: FVG, 2007.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em serviço social.** São Paulo: Cortez. 2010.

PEREIRA, J. M. **Manual de gestão pública contemporânea.** São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez. 2007.

NASCIMENTO, E. R. **Gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHO, N. V. **Autogestão nascimento das ONGs.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

NASCIMENTO, E. R. **Gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRAGA, D. G. **Conflitos eficiência e democracia na gestão pública.** Rio de Janeiro, 1998.

OFICINA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL II

Enfatiza a prática do assistente social nas áreas específicas e na relação maior com a seguridade. Reforçar no aluno a capacidade de utilizar o referencial teórico e o procedimento metodológico, capacitando-o a manipular o instrumental de análise e de intervenção, bem como propor alternativas nos setores de ação profissional; Levar o aluno à síntese integrada da teoria prática e reforçar a capacidade de sistematização da prática realimentadora de teoria; Estuda as questões relativas às áreas da seguridade social: saúde, assistência e previdência, sua integração, articulação, suas leis e desdobramentos políticos.

Bibliografia Básica:

BRAGA, L. **Serviço social na previdência - trajetória projetos profissionais e saberes.** São Paulo: Cortez, 2008.

RODRIGUES, M.L.(orgs) **Ações e Interlocuções: estudo sobre a prática profissional do assistente social.** São Paulo: Ed. Veras, 1999.

SÁ, J. L. M. (orgs) **Serviço social e interdisciplinaridade.** São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

BEHRING, E. R. **Trabalho e seguridade social**: percursos e dilemas**.** São Paulo: Cortez, 2008.

Revista Serviço Social & Sociedade nº 65 - **Seguridade Social e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHONS, S.M. **Assistência Social entre a ordem e a desordem sociais brasileiras.** São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, A.O. (orgs) **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. São Paulo: Cortez, 2008

VASCONCELOS, A.M. **A Prática do serviço social: cotidiano formação.** São Paulo: Cortez, 2009.

OPTATIVAS

TRABALHO E SOCIABILIDADE

A relação homem x natureza. Concepção de trabalho em Hegel, marx. O processo evolutivo do trabalho. Os modos de produção constituídos na sociedade: escravismo, feudalismo e capitalismo. Trabalho alienado e processo de trabalho. Trabalho e relações sociais na sociedade contemporânea. Teleologia. Divisão social do trabalho e sua crise na sociedade capitalista. Produção social e valor. Trabalho e cooperação: o trabalho coletivo. O significado do serviço social na divisão socio-técnica do trabalho. O serviço social diante das transformações no mundo do trabalho. O serviço social como trabalho.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e individuo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo: Cortez, 2008.

GENTILLI, R. M. L. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social.** São Paulo: Veras, 2006.

SHONS, S. M. **Assistência social entre a ordem e a desordem sociais brasileiras.** São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

WAGNER, E. S. **Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

RAMOS, G. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho.** Brasília: Editora Ferreiral, 2009.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844.** Lisboa: Martin Claret, 2006.

MARX, K. **O capital**. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LAZARATTO, M. **Trabalhado imaterial, formas de vida e produção de subjetividade.** Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Utilização instrumental da Língua Brasileira de sinais (Libras). Aspectos lingüísticos da Língua Brasileira de Sinais - fonologia, morfologia e sintaxe. Uso da língua em contextos reais de comunicação.

Bibliografia Básica:

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira.** Editora: ARTMED, 2004.

ALMEIDA, E. C. **Atividades Ilustradas em Sinais da Libras.** Editora: REVINTER , 2004.

QUADROS, R. M, **Educação de Surdos, aquisição de linguagem.** São Paulo: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar:

HONORA, M. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais.** São Paulo: Ferreira, 2009.

COPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, V. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngüe de língua de sinais brasileira**. Vol. I e II. São Paulo: Editora da USP, 2001.

CASTRO, A R. **Comunicação por línguas brasileiras de sinais.** Editora Ferreira, 2000.

SÃO PAULO (ESTADO) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Leitura, escrita e surdez.** São Paulo: FDE, 2006.

CADERNO CEDES. **Educação, surdez e inclusão social.** Campinas: Cortez, 2006.

FAMÍLIA E GERAÇÃO

No atual contexto social a família tem sido compreendida como base estratégica para a condução das políticas públicas principalmente aquelas voltadas para a garantia de direitos. É necessário reconhecer a família enquanto espaço vital, as mudanças ocorridas nas estruturas familiares. Família e políticas sociais. O debate teórico sobre família. Novos arranjos da família na contemporaneidade. Famílias, grupos de convívio e proteção social. A formação de redes sociais e estratégias de

sobrevivência. Cultura e reprodução. Redes de sociabilidade, política e cidadania. Serviço social e família: debate teórico e perspectivas de intervenção profissional.

Bibliografia Básica:

KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família brasileira: a base de tudo.** São Paulo: Cortez. 2010.

ACOSTA, A R. **Família, redes, laços e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2008.

SALES, M. A; MATOS, M. C. (orgs). **Política Social, família e juventude.** São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

SOARES, E. **Fenomenologia do diálogo familiar.** Franca: Unesp, 2006.

BARATA, C. E. A. **Dicionário das famílias brasileiras.** São Paulo: Saraiva, 2001.

WEIL, P. **Relações humanas na família e no trabalho .** Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SILVA, M. O (orgs). **O Bolsa família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí.** São Paulo: Cortez, 2008.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

Concepção da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) à construção do SUAS: conceitos, princípios e diretrizes. Implantação e implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) nos municípios, a divisão dos serviços, programas e projetos na proteção social básica (PSB) e proteção social especial (PSE); o CRAS e o CREAS, a relação entre ambos. O papel do CRAS no território, na política de assistência social local e municipal, no planejamento das ações, no trabalho intersetorial e transversal, na rede de serviços públicos e comunitários e no trabalho com a família. As funções privativas do assistente social.

Bibliografia Básica:

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BATTINI, O**. SUAS sistema único de assistência social em debate.** São Paulo: Veras, 2007.

MOTTA, A. E. (orgs) **O mito da Assistência Social: ensaios sobre o estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

Revista Serviço Social & Sociedade nº 87 - **Edição Especial - SUAS e SUS especial 2006**. São Paulo: Cortez

SPOSATI, A. O. (org.). **A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras.** São Paulo: Cortez, 2008.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS.** Brasília/DF, 2007.

SIMÕES, C. **Curso de direito do serviço social.** São Paulo: Cortez, 2009.

Revista Serviço Social & Sociedade nº 87 – **SUAS E SUS**. São Paulo: Cortez, 2006.

GÊNERO E ETNIA

A relação de gênero formada por homens e mulheres norteada pelas diferenças biológicas, transformadas em desigualdades que tornam o ser mulher vulnerável à exclusão social. A exclusão que atinge a mulher se dá, às vezes, simultaneamente, pelas vias do trabalho, da classe, da cultura, da etnia, da idade, da raça, e, assim sendo, torna-se difícil atribuí-la a um aspecto específico desse fenômeno, em vista de ela combina vários dos elementos da exclusão social. Desse modo, mais que qualquer outro assunto ligado ao feminino que se deseja analisar, dificilmente se poderá compreender a exclusão particular da mulher sem antes conhecer o fenômeno da exclusão e suas formas de manifestação. Diante de tal premissa serão expostas algumas informações sobre a exclusão social, que em seguida será relacionada com a questão do feminino.

Bibliografia Básica:

SINA, A. **Mulher e trabalho: o desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade.** São Paulo: Saraiva, 2005.

BORGES, A **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais.** São Paulo: Paulinas, 2007.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: **uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 2009.

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, M. F. **Gênero e violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

BRABO, T. S. A. M. (org.) **Gênero, educação trabalho e mídia.** São Paulo: Ícone, 2010.

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder.** São Paulo: Cortez, 2002.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

RIDENTI, M. **Classes sociais e representações.** São Paulo: Cortez, 2001.

FINANCIAMENTO E CONTROLE SOCIAL

Fontes de financiamento e o destino dos recursos especificamente da Política de Assistência Social, ou seja, verificar quais benefícios e/ou políticas são privilegiadas na distribuição dos recursos, bem como verificar qual a natureza e as propriedades do financiamento que definem a própria concepção da política social.

Bibliografia Básica:

SILVA, M. O (orgs). **O bolsa família no enfrentamento à pobreza no Maranhão:** São Paulo: Cortez, 2008.

BARBOSA, R. N. C. **Economia solidária como política pública.** São Paulo Cortez, 2007.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

AGUILAR, F. H. **Controle social de serviços públicos**. São Paulo: Max Limonada, 2009.

MACHADO, M. R. B. **Entidades beneficentes de assistência social: contabilidade, assessorias e principais.** São Paulo, Juruá, 2009.

BARBOSA, R. N. C. et al. **A categoria processo de trabalho e o trabalho do assistente social.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 58, p. 109-130, 1998.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, A. **Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução na consciência da cidadania.** Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez nº55, Nov/1997, pág. 09-38

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

A avaliação de políticas públicas constitui hoje um imperativo nas sociedades contemporâneas, quer pelo conhecimento que produz ao nível da compreensão dos fatores que interferem na produção dos fenômenos sociais, como da qualificação das respostas (técnicas, organizacionais e políticas) aos problemas sociais. No entendimento da avaliação como processo de construção de conhecimentos e campo de saberes e de métodos científicos, pretende-se nesta sub-linha de investigação aprofundar o referencial teórico-metodológico da avaliação das políticas públicas em articulação com o desenvolvimento de avaliações de processos de implementação e gestão de políticas públicas sociais particularmente em domínios como a organização e prestação de serviços sociais, formação profissional, inserção socioprofissional e inclusão.

Bibliografia Básica:

RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: Uma questão em debate.** São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA e SILVA M. O. (org)**. Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática.** São Paulo: Veras, 2001.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade do Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009**.**

Bibliografia Complementar:

AFFONSO, R. B. A. **Descentralização e políticas sociais.** São Paulo: Fundap, 1996.

ACOSTA, A R. **Família, redes, laços e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2008.

VIEIRA, B. **Serviço social: política e administração**. São Paulo: Agir, 1979.

BELLONI, I. Et al. **Metodologia de avaliação em políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. O (orgs). **O bolsa família no enfrentamento à pobreza no Maranhão:** São Paulo: Cortez, 2008.

HORA-AULA

A seguir estão apresentados o aspecto legal e a ação institucional com respeito a duração da hora-aula na Faculdade Gran Tietê.

4.15.4. Aspecto Legal

A Resolução do CNE/CES Nº 3, DE 2 de julho de 2007, dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e estabelece:

> […]
> Art. 1º A hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior.
>
> § 1º Além do que determina o *caput,* a hora-aula está referênciada às questões de natureza trabalhista.
>
> § 2º **A definição quantitativa em minutos do que consiste a hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior**, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.
>
> Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o **mínimo dos duzentos (200) dias letivos** de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:
> I – preleções e aulas expositivas;
> II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.
>
> Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em **horas (60 minutos)**, de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.
>
> Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 261/2006 e desta Resolução, conjugado com os termos do Parecer CNE/CES nº 8/2007 e Resolução CNE/CES nº 2/2007, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa nº 1/2007.
>
> Art. 5º O atendimento do disposto nesta resolução referente às normas de hora-aula e às respectivas normas de carga horária mínima, aplica-se a todas as modalidades de cursos – Bacharelados, Licenciaturas, Tecnologia e Sequenciais.
>
> Parágrafo único. Os cursos de graduação, bacharelados, cujas cargas horárias mínimas não estão fixadas no Parecer CNE/CES nº 8/2007 e Resolução CNE/CES nº 2/2007, devem, da mesma forma, atender ao que dispõe o Parecer CNE/CES nº 261/2006 e esta Resolução.

> Art. 6º As disposições desta Resolução devem ser seguidas pelos órgãos do MEC nas suas funções de avaliação, verificação, regulação e supervisão, no que for pertinente à matéria desta Resolução.
> […] (Resolução CNE/CES Nº 3, DE 2 de julho de 2007).

4.15.5. Ação Institucional

Segundo LDB a no seu Art. 47, na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Considerando, como exemplo, que a legislação estabelece um mínimo 200 dias letivos (100 por semestre) e a instituição estabelece 6000 hora-aula de 50 minutos tem-se uma diferença de 1.000 minutos ou 20 hora-aula (50 minutos).

Tabela 4. COMPARATIVO – HORA-AULA.

Letivos dias	Hora-aula minutos	Hora-aula Total	Diferença minutos	Hora-aula diferença
100	60	6.000		
100	50	5.000	1000	**20**

Para clarificar, em cada disciplina tem-se que aumentar 20% das aulas para cumprir a carga horária prevista para cada disciplina.

	Carga Horária	Hora-aula minutos	Carga Horária Total	Diferença minutos	Hora-aula suplementares	Aulas Semestrais *
Disciplina A	40	60	2.400			
	40	50	2.000	400	8	**48***
Disciplina B	80	60	4.800			
	80	50	4.000	800	16	**96***

Tabela 5. CARGA HORÁRIA EFETIVA PARA DISCIPLINAS DE 40 E 80 HORAS-AULA.

* Aulas efetivas e registradas no plano de aula e nos diários de classe de cada disciplina (com 20% de acréscimo nas aulas).

Dessa forma, a carga horária mínima do curso é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. Serão 4 aulas por

período (dia) (matutino, vespertino ou noturno – conforme o curso) de segunda a sexta-feira, **DEVENDO UTILIZAR OS SÁBADOS.**

Em conformidade com o regimento interno a instituição estabelece o horário das aulas distribuído da seguinte forma:

Horário das aulas para os cursos de graduação da Instituição				
Horários das Aulas		**Matutino**	**Vespertino**	**Noturno***
1ª Aula	Início	08h20min	14h00min	19h00min
	Término	09h10min	14h50min	19h50min
2ª Aula	Início	09h10min	14h50min	19h50min
	Término	10h00min	15h40min	20h40min
Intervalo	Início	10h00min	15h40min	20h40min
	Término	10h20min	16h00min	21h00min
3ª Aula	Início	10h20min	16h00min	21h00min
	Término	11h10min	16h50min	21h50min
4ª Aula	Início	11h10min	16h50min	21h50min
	Término	12h00min	17h40min	22h40min

Quadro 14- Horário das aulas dos cursos da Instituição.

4.16. INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

Informações acadêmicas em conformidade com Portaria Normativa N° 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010.

Após a autorização do curso, a instituição compromete-se a observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização, as quais serão verificadas por ocasião do reconhecimento e das renovações de reconhecimento.

1. **A instituição deverá afixar em local visível junto à Secretaria Acadêmica, as condições de oferta do curso, informando especificamente o seguinte:**
   I - ato autorizativo expedido pelo MEC, com a data de publicação no Diário Oficial da União;
   II - dirigentes da instituição e coordenador de curso efetivamente em exercício;
   III - relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho;
   IV- matriz curricular do curso;
   V - resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC,

quando houver;

VI - valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos, incluindo mensalidades, taxas de matrícula e respectivos reajustes e todos os ônus incidentes sobre a atividade educacional.

2. A instituição manterá em página eletrônica própria (site institucional), e também na biblioteca, para consulta dos alunos ou interessados, registro oficial devidamente atualizado das informações referidas no item 1, além dos seguintes elementos:

I - projeto pedagógico do curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação;

II - conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o Estatuto ou Regimento que instruíram os pedidos de ato autorizativo junto ao MEC;

III - descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;

IV - descrição da infra-estrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infra-estrutura de informática e redes de informação.

3. O edital de abertura do vestibular ou processo seletivo do curso, a ser publicado no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da seleção, deverá conter pelo menos as seguintes informações:

I - denominação de cada curso abrangido pelo processo seletivo;

II - ato autorizativo de cada curso, informando a data de publicação no Diário Oficial da União, observado o regime da autonomia, quando for o caso;

III - número de vagas autorizadas, por turno de funcionamento, de cada curso;

IV - número de alunos por turma;

V - local de funcionamento de cada curso;

VI - normas de acesso;

VII - prazo de validade do processo seletivo.

4. A expedição do diploma e histórico escolar final considera-se incluída nos serviços educacionais prestados pela instituição, não ensejando a cobrança de qualquer valor, ressalvada a hipótese de apresentação decorativa, com a utilização de papel ou tratamento gráfico especiais, por opção do aluno.

[…] (Extraído da Portaria Normativa N° 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010).

FACULDADE GRAN TIETÊ

PORTARIA DG Nº 30, de 18 de fevereiro de 2015

RESOLVE:

FACULDADE GRAN TIETÊ

Figura 6. Print da Portaria DG n° 30, de 18 de fevereiro de 2015, que garante informações acadêmicas.

4.17. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA (RESOLUÇÃO CNE/CP N° 01 DE 17 DE JUNHO DE 2004)

A Lei 10639, o Parecer do CNE 03/2004 e a Resolução 01/2004 são instrumentos legais que orientam ampla e claramente as instituições educacionais quanto a suas atribuições. No entanto, considerando que sua adoção ainda não se universalizou nos sistemas de ensino, há o entendimento de que é necessário fortalecer e institucionalizar essas orientações.

Nesse sentido a instituição elaborou um "**Plano de Implementação da Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana".** Este documento foi construído em consonância com a Lei 10.639 e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana que estabelece o ensino da História da África e da Cultura afro-brasileira nos sistemas de ensino.

FACULDADE GRAN TIETÊ

PORTARIA DG Nº 27, de 10 de fevereiro de 2015

RESOLVE:

Figura 7. Print da Portaria DG n° 27, de 10 de feveirero de 2015, que implanta o Plano de Implementação – Educação das Relações Etnicorraciais de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Além disso, o conteúdo referente à Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana é abordado na disciplina de Sociologia, conforme mostrado na ementa a seguir.

SOCIOLOGIA

Ementa: A construção da sociedade burguesa e do ser social. A constituição do pensamento sociológico como campo científico. As vertentes teóricas clássicas da sociologia: Marx, Durkheim e Weber. Compreender a dinâmica sociológica e a estratificação social. Entender os processos relacionais entre os indivíduos e a organização. Compreender os principais processos de organização do trabalho.

4.18. DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Conforme consta no PARECER CNE/CP Nº:8/2012, ao considerar a Educação em Direitos Humanos, como um paradigma construído com base nas diversidades e na inclusão de todos(as) os(as) estudantes, deve perpassar, de modo

transversal, currículos, relações cotidianas, gestos, “rituais pedagógicos”, modelos de gestão. Sendo assim, um dos meios de sua efetivação no ambiente educacional também poderá ocorrer por meio da (re)produção de conhecimentos voltados para a defesa e promoção dos Direitos Humanos. A Educação em Direitos Humanos envolve também valores e práticas considerados como campos de atuação que dão sentido e materialidade aos conhecimentos e informações.

Para o estabelecimento de uma cultura dos Direitos Humanos é necessário que os sujeitos os signifiquem, construam-nos como valores e atuem na sua defesa e promoção. A Educação em Direitos Humanos tem por escopo principal uma formação Ética, crítica e política. A primeira se refere à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas, servindo de parâmetro ético-político para a reflexão dos modos de ser e agir individual, coletivo e institucional. A formação crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos.

Segundo o Regimento Geral da Instituição, as finalidades da IES, constantes, inclui o respeito e a difusão princípios universais dos direitos humanos:

> […]
> Integrada por uma comunidade de professores, alunos e de pessoal técnico e de apoio administrativo, para a concretização de sua missão, tem por objetivos:
> I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
> II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
> III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
> IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
> V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
> VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
> VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

No desenvolvimento de seus objetivos institucionais, em conformidade com os princípios da Entidade Mantenedora, respeitará e difundirá os princípios universais dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente. A Faculdade Gran Tietê garantiu na forma de Portaria da Direção Geral a inclusão da Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); do Regimentos Interno; do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

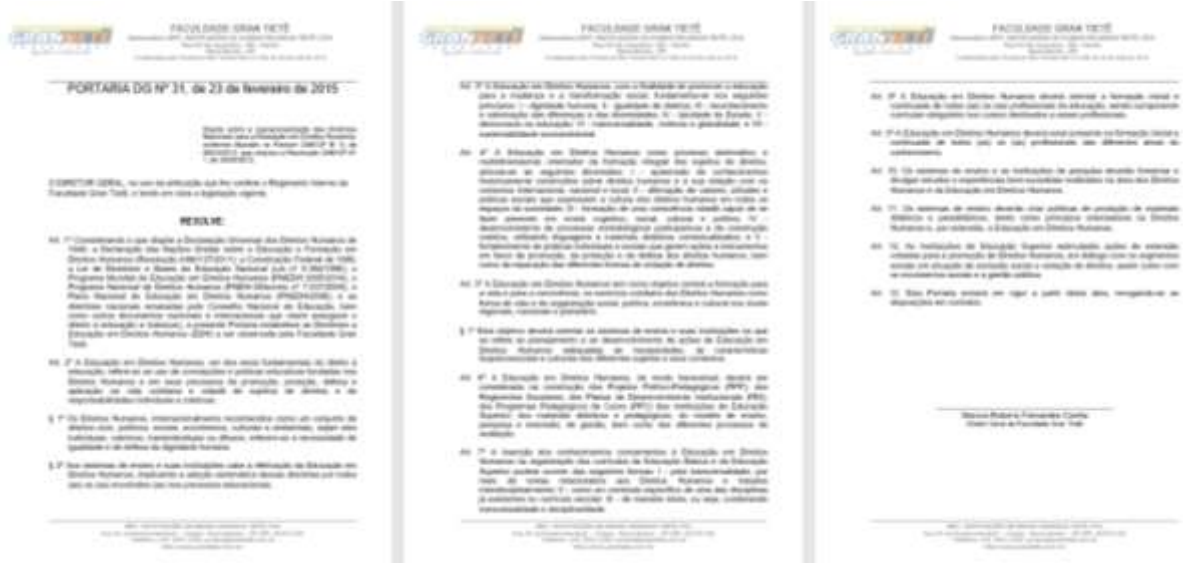

PORTARIA DG Nº 31, de 23 de fevereiro de 2015

Figura 8. Print da Portaria DG nº 31, de 23 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a operacionalização das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.

Além disso, a IES optou na inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização currícular como um conteúdo específico da disciplina de Direito e Legislação Social (4º Termo).

DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL

Construção das Instituições de Direito no Brasil, bem como das formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado, dos poderes e da ordem social. Análise das fontes do direito enquanto meios pelos quais se formam as regras jurídicas e constitucionais. Estudo do Direito não apenas como produto, mas também como enredador das relações sociais, “elaborando” a organização familiar enquanto Instituição Jurídica, base do direito da família. Relações jurídicas no marco da integração supranacional (MERCOSUL e

ALCA).

4.19. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental (E. A.) é um ramo da educação cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, a fim de ajudar à sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos. É um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros, conforme a UNESCO.

Não há dúvidas de que o ser humano vem sistematicamente, ao longo dos séculos, consumindo os recursos naturais do planeta sem se preocupar com as futuras gerações. Entretanto, nos últimos 50 anos, com a explosão demográfica que assolou o planeta, o consumo dos recursos naturais disponíveis na natureza vem crescendo de forma avassaladora e o seu impacto no meio ambiente, é cada vez mais evidente e contumaz. A dicotomia entre consumo e sustentabilidade é, sem dúvida, um dos principais desafios do século XXI. Trazer ao consumismo um nível de racionalidade que o torne sustentável e capaz de frear o seu déficit ecológico e que vem causando, sorrateiramente, a escassez dos recursos naturais, é sem dúvida, tarefa árdua imposta a cada operador de Educação Ambiental.

4.19.1. Princípios da Educação Ambiental

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

A instituição estabelece como princípios básicos da sua proposta de educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

4.19.2. Objetivos da educação ambiental

São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

4.19.3. Ações previstas para implantação na IES da educação ambiental

As ações previstas pelas IES devem seguir os seguintes propósitos:

a) A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

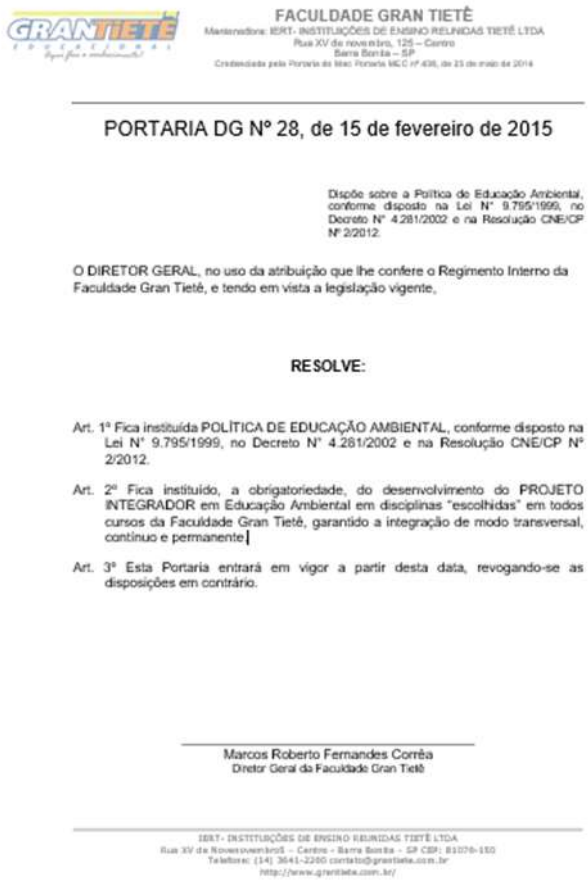
b) A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

c) Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

d) A integração da educação ambiental às disciplinas deve se realizar de modo transversal, contínuo e permanente.

e) A adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Para garantir a completa integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente a instituição construiu sua **“Política de Educação Ambiental”.**



FACULDADE GRAN TIETÊ
Mantenedora: IERT- INSTITUIÇÕES DE ENSINO REUNIDAS TIETÊ LTDA
Rua XV de novembro, 125 – Centro
Barra Bonita – SP
Credenciada pela Portaria do Mec Portaria MEC nº 436, de 23 de maio de 2014

PORTARIA DG Nº 28, de 15 de fevereiro de 2015

Dispõe sobre a Política de Educação Ambiental, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP Nº 2/2012.

O DIRETOR GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o Regimento Interno da Faculdade Gran Tietê, e tendo em vista a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP Nº 2/2012.

Art. 2º Fica instituído, a obrigatoriedade, do desenvolvimento do PROJETO INTEGRADOR em Educação Ambiental em disciplinas "escolhidas" em todos cursos da Faculdade Gran Tietê, garantido a integração de modo transversal, contínuo e permanente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Marcos Roberto Fernandes Corrêa
Diretor Geral da Faculdade Gran Tietê

IERT- INSTITUIÇÕES DE ENSINO REUNIDAS TIETÊ LTDA
Rua XV de Novembro5 – Centro - Barra Bonita - SP CEP: 81070-150
Telefone: (14) 3641-2280 contato@grantiete.com.br
http://www.grantiete.com.br/

Figura 9. Print da Portaria DG nº 28, de 15 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a Política de Educação Ambiental, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP Nº 2/2012.

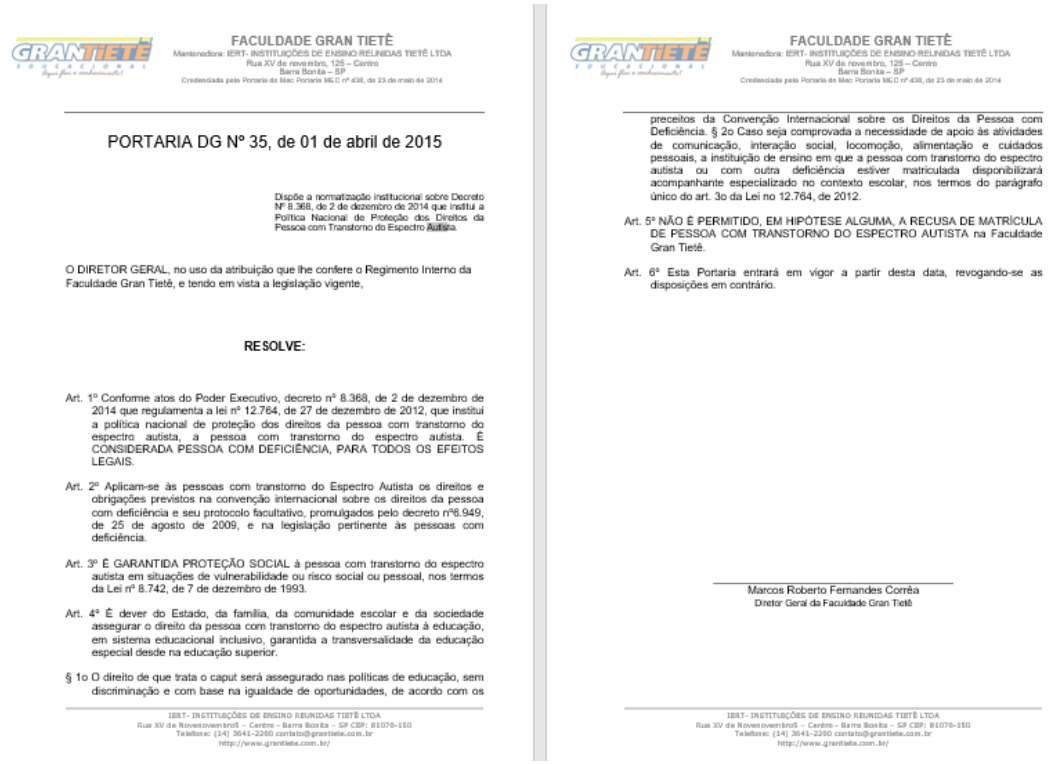
Além das ações previstas pela IES na "Política de Educação Ambiental", o conteúdo referente à Educação Ambiental é abordado na disciplina de Gestão Social conforme mostrado na ementa a seguir.

GESTÃO SOCIAL

Ementa: Contexto histórico e contemporâneo da gestão social. Constitui-se em uma forma de abordagem dos módulos entre o processo de formulação e implementação de políticas, o papel dos gestores bem como a inserção do Assistente Social nos processos de gestão nas esferas pública, privada e no Terceiro Setor. A reforma do Estado e as novas tendências da Gestão e outras entidades da sociedade civil no desenvolvimento de ações sociais na conjuntura atual.

4.20. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Para o atendimento aos aspectos pertinentes, relacionados com a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e que alterou o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a IES, por meio de PORTARIA da Direção Geral, estabeleceu as políticas institucionais referentes ao assunto.



FACULDADE GRAN TIETÊ
Mantenedora: IERT- INSTITUIÇÕES DE ENSINO REUNIDAS TIETÊ LTDA
Rua XV de novembro, 125 – Centro
Barra Bonita – SP
Credenciada pela Portaria do Mec Portaria MEC nº 438, de 23 de maio de 2014

PORTARIA DG Nº 35, de 01 de abril de 2015

Dispõe a normatização institucional sobre Decreto Nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

O DIRETOR GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o Regimento Interno da Faculdade Gran Tietê, e tendo em vista a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Conforme atos do Poder Executivo, decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014 que regulamenta a lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, a pessoa com transtorno do espectro autista. É CONSIDERADA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS.

Art. 2º Aplicam-se às pessoas com transtorno do Espectro Autista os direitos e obrigações previstos na convenção internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência e seu protocolo facultativo, promulgados pelo decreto nº6.949, de 25 de agosto de 2009, e na legislação pertinente às pessoas com deficiência.

Art. 3º É GARANTIDA PROTEÇÃO SOCIAL à pessoa com transtorno do espectro autista em situações de vulnerabilidade ou risco social ou pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 4º É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde na educação superior.

§ 1o O direito de que trata o caput será assegurado nas políticas de educação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, de acordo com os

IERT- INSTITUIÇÕES DE ENSINO REUNIDAS TIETÊ LTDA
Rua XV de Novembro125 – Centro – Barra Bonita – SP CEP: 81070-150
Telefone: (14) 3641-2280 contato@grantiete.com.br
http://www.grantiete.com.br/

FACULDADE GRAN TIETÊ
Mantenedora: IERT- INSTITUIÇÕES DE ENSINO REUNIDAS TIETÊ LTDA
Rua XV de novembro, 125 – Centro
Barra Bonita – SP
Credenciada pela Portaria do Mec Portaria MEC nº 438, de 23 de maio de 2014

preceitos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. § 2o Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar, nos termos do parágrafo único do art. 3o da Lei no 12.764, de 2012.

Art. 5º NÃO É PERMITIDO, EM HIPÓTESE ALGUMA, A RECUSA DE MATRÍCULA DE PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA na Faculdade Gran Tietê.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Marcos Roberto Fernandes Corrêa
Diretor Geral da Faculdade Gran Tietê

IERT- INSTITUIÇÕES DE ENSINO REUNIDAS TIETÊ LTDA
Rua XV de Novembro125 – Centro – Barra Bonita – SP CEP: 81070-150
Telefone: (14) 3641-2280 contato@grantiete.com.br
http://www.grantiete.com.br/

Figura 10. Print da Portaria DG nº 35, de 1 de abril de 2015, que dispõe a normatização institucional sobre Decreto Nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

No curso, a questão da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é tratada na disciplina Psicologia Geral, cuja ementa é mostrada a seguir.

PSICOLOGIA GERAL A constituição da psicologia como campo científico. As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo e sociedade. A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social. Trabalho em equipe multidisciplinar, a abordagem família/equipe multidisciplinar.

4.21. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Na Faculdade Gran Tietê, o Curso de SERVIÇO SOCIAL recebe atenção especial na realização de atividades complementares. Embora a existência curricular destas atividades seja um saudável estímulo para que o aluno complemente sua formação profissional em outros locais, que não o espaço estritamente acadêmico, a GRAN TIETÊ oferece oportunidades múltiplas para que o aluno integralize sua carga de atividades complementares na própria Faculdade, promovendo eventos, programas e projetos que estabelecem pontes entre Academia, Círculo Profissional e Comunidade, democratizando e enriquecendo de experiências a vida acadêmica do estudante.

A compreensão de que as atividades complementares traçam um espaço conceitual bastante amplo, mas que está limitado pela sua qualidade e relevância para a formação profissional do aluno permite ainda que a Coordenação de Atividades Complementares estabeleça regras e limites para seu aproveitamento, expressas em Regulamento específico.

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

As Atividades Complementares visam articular a relação teoria-prática e promover a interdisciplinaridade e a transversalidade. Para concretizar sua finalidade o Conselho de Curso juntamente com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) regulamentaram as Atividades Complementares, determinando formas de controle das atividades que deverão possuir como norte: monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projetos e cursos de extensão, publicação de produção científica, participação em seminários, congressos, simpósios, entre outras atividades definidas no plano acadêmico do curso e de acordo com as Diretrizes Curriculares.

4.21.1. Regulamento das Atividades Complementares

Na sequência está apresentado o Regulamento das Atividades Complementares.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º O presente regulamento integra os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Faculdade Gran Tietê, na condição de anexo, e têm por finalidade normalizar as Atividades Complementares que o compõem, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a colação de grau.

Art. 2º As Atividades Complementares dos Cursos de Graduação da Faculdade Gran Tietê envolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão e têm como objetivos:

- Buscar a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade pela efetiva integração entre os conteúdos de ensino que compõem os currículos dos cursos;
- Integrar teoria/prática, por meio de vivência e/ou observação de situações reais;
- Propiciar a contemporaneidade do currículo, ensejando o desenvolvimento de temas emergentes da área, decorrentes das

transformações da sociedade e de seus avanços;

- Articular o trinômio: ensino, pesquisa e extensão;
- Promover a contextualização do currículo a partir do desenvolvimento de temas regionais e locais, julgados significativos para a formação profissional pretendida;
- Adequar o currículo aos interesses individuais dos alunos;

- Ampliar a dimensão do Currículo Pleno pela pluralidade e diversificação das atividades que podem ser vivenciadas pelo aluno;
- Possibilitar aos alunos exercitarem o seu livre arbítrio e a sua cidadania, atuando como sujeitos ativos, agentes do seu próprio processo histórico, capazes de selecionar os conhecimentos mais relevantes para os seus processos de desenvolvimento.

II – DA COMPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º Compõem o currículo pleno dos cursos de graduação da GRAN TIETÊ, em um máximo de dez por cento da carga horária curricular.

Art. 4º A carga horária mínima destinada as Atividades Complementares a ser desenvolvida ao longo do Curso será indicada no Projeto Pedagógico de cada Curso, não podendo ser preenchida com menos de três tipos de atividades, sendo que o seu cumprimento integral deverá ocorrer até o último período do curso, em qualquer época e constitui condição indispensável para a colação de grau.

§ 1º As Atividades Complementares poderão ser realizadas na própria Instituição ou fora dela, podendo ser à distância ou presencial.

§ 2º Nenhuma atividade poderá ultrapassar quarenta por cento (40%) do total da carga horária de Atividades Complementares.

§ 3º No anexo deste regulamento encontra-se a tabela com a distribuição da carga horária por tipo de atividade.

Art. 5º Todas as Atividades Complementares deverão ser aprovadas pelos Conselhos dos respectivos Cursos.

Art. 6º São consideradas atividades que podem integrar as Atividades Complementares:

- Monitorias em disciplinas que compõem o currículo pleno do curso;
- Estágios extracurriculares desenvolvidos com base em convênios firmados pela Faculdade;
- Participação em projetos de pesquisas e/ou de iniciação científica

orientados por docente da Faculdade;

- Atividades de extensão;
- Participação em cursos de línguas estrangeiras, informática, etc.;
- Disciplinas cursadas em outros Cursos de graduação ou pós-graduação;
- Disciplinas pertencentes a cursos superiores de outras instituições de ensino superior, independentemente de área, desde que cursadas regularmente pelo aluno, conforme comprovação oficial da respectiva Instituição;
- Eventos diversos (participação em jornadas, simpósios, congressos, seminários, encontros, conferências, fóruns, debates, cujos temas sejam relacionados ao curso, realizados nas Faculdades ou fora dela);
- Eventos culturais e sociais;
- Representação e administração em entidades estudantis, atividades de representação e participação em Conselhos;
- Trabalhos comunitários e voluntários;
- Publicação de artigos coordenados por docente da Faculdade;
- Visitas técnicas ou viagem de estudo que não componham o programa de Estágio Supervisionado ou de disciplinas do Curso;
- Participação em empresas juniores, agência, escritórios, laboratórios, etc., desde que não componham o programa de Estágio Supervisionado ou de disciplinas do Curso;
- Participação em grupo de estudos;
- Monografia, desde que não seja componente curricular do Projeto Pedagógico;

III – DA ATRIBUIÇÃO DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 7º Cada Curso terá um professor com carga horária semanal definida de acordo com o número de turmas a serem atendidas para atuar como professor orientador de Atividades Complementares.

Art. 8º Funções do professor orientador de Atividades Complementares:

- Identificar e divulgar eventos da área do Curso em conformidade com o

Art. 6º deste regulamento;

- Organizar, quando for o caso, a participação de alunos em eventos;
- Analisar documentos apresentados pelos alunos para comprovar a realização de cada Atividade Complementar e, se considerar suficiente, rubricar indicando a validade do documento para o cômputo geral;
- Orientar, acompanhar e controlar por aluno o desenvolvimento das Atividades Complementares;
- Intervir junto a alunos que se encontram em atraso no desenvolvimento de Atividades Complementares;
- Elaborar a programação de Atividades Complementares a serem ofertadas pelo curso no semestre seguinte;
- Elaborar relatório das Atividades Complementares realizadas pelo curso ao final de cada semestre letivo.

IV – DOS REGISTROS

Art. 9º Todas as atividades objeto deste Regulamento serão comprovadas pelo próprio aluno, ao professor orientador de Atividades Complementares por meio de formulário próprio, relatórios e comprovação documental própria.

Art. 10. À vista da documentação comprobatória própria, compete a cada Coordenação de Curso, supervisionada pelo Coordenador de Atividades Complementares, caso houver, ou por meio do professor orientador de Atividades Complementares, encaminhar no final do semestre à Secretaria da Faculdade, o relatório final indicando a situação de cada aluno e especificando a carga horária total para os devidos registros.

§ 1º A Secretaria procede ao registro no histórico escolar do aluno indicando o número de horas já desenvolvidas e se está concluída ou em curso.

§ 2º A carga horária total cumprida pelo aluno em Atividades Complementares, será quantificada em campo próprio de seu histórico escolar.

§ 3º Só serão computadas as atividades realizadas durante o período em que o aluno estiver matriculado no curso e frequentando regularmente. Excetua-se da condição de frequência somente os casos de Exercício Domiciliar.

§ 4º O registro do rendimento acadêmico em Atividades Complementares se fará por meio da indicação de carga horária, não sendo passível de nota numérica.

V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as lacunas constatadas durante a sua aplicação, pela expedição das normas complementares necessárias.

§ 1º O presente Regulamento só pode ser alterado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da GRAN TIETÊ.

§ 2º Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Diretoria Acadêmica da Faculdade, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 12. Este Regulamento entra em vigor após o parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovação da Diretoria Geral.

4.21.2. Mecanismos efetivos de acompanhamento e cumprimento das atividades

O Curso de SERVIÇO SOCIAL dispõe de coordenação para atividades complementares, que compreende seu planejamento, execução e acompanhamento, dispondo de estrutura administrativa própria. Os mecanismos de acompanhamento disponíveis são o regulamento específico, com previsão e equivalência em horas das atividades, a abertura de procedimentos administrativos para aproveitamento de atividades realizadas fora da IES, para integralização de carga-horária obrigatória em atividades complementares. Dispõe também de supervisão, por parte da coordenação de atividades complementares, da frequência e condições de participação nas atividades promovidas pela IES (relatórios), com determinação de carga-horária e sua comunicação oficial para o controle acadêmico.

4.21.3. Oferta regular de atividades pela IES

A carga horária das atividades complementares a ser integralizada no curso de SERVIÇO SOCIAL é de 120 h, correspondentes a 3,75% do currículo. É um componente curricular obrigatório e obedece ao Regulamento das Atividades Complementares da GRAN TIETÊ.

O incentivo à realização de atividades fora da própria IES consiste basicamente de previsão específica em regulamento para aproveitamento integral ou parcial de carga horária pelo exercício de variadas modalidades de atividades, nos níveis de ensino, pesquisa e extensão.

Além dessa diretriz fundamental, busca-se, ainda, informalmente ou mediante convênio, incentivar a realização de atividades fora da IES, seja mediante benefício financeiro para tanto, ou mesmo, reconhecendo e divulgando eventos, projetos e programas no espaço acadêmico.

4.22. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A aprendizagem baseada na prática é priorizada no projeto de SERVIÇO SOCIAL da Faculdade Gran Tietê, reservando-se períodos para desenvolvimento dos estágios básicos e profissionalizantes supervisionados, distribuídos ao longo de seis semestres letivos. A inserção precoce dos estudantes na realidade é fator decisivo para que o olhar de cada estudante detenha-se no exame do contexto que o circunda.

Assim, são apresentadas múltiplas oportunidades de interação na, com e para a comunidade, centrando a atenção de cada estudante para uma área de abrangência dos serviços ao longo dos anos de graduação, permitindo a criação de um vínculo que legitima a atuação do acadêmico em um local de referência.

Na concepção do curso, a matriz curricular refere-se ao conjunto de disciplinas obrigatórias e optativas e o estágio a um conjunto de atividades supervisionadas, de cunho profissionalizante, que legalmente o aluno deve cumprir para completar seu currículo acadêmico.

O estágio, como necessária qualificação para o discente, deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, a ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com o currículo, constituindo-se em

instrumento de integração e de aperfeiçoamento humano e técnico-científico do aluno.

4.22.1. Carga Horária de Estágio

A carga horária do Estágio a ser integralizada no curso de SERVIÇO SOCIAL é de **480 horas**, correspondentes a **15% do currículo**. É um componente curricular obrigatório e obedece ao Regulamento de Estágio da Faculdade Gran Tietê e as normas fixadas pelo Colegiado do Curso de SERVIÇO SOCIAL juntamente com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

As atividades de estágio são obrigatórias e preponderantemente práticas e devem proporcionar ao aluno a participação em situações reais de vida e trabalho, nas profissões da área dos cursos que integram, além das práticas simuladas.

Os estágios curriculares supervisionados de ensino se desenvolverão da seguinte forma:

- Estágio Supervisionado I - 80 horas – 5º Termo
- Estágio Supervisionado II – 80 horas – 6º Termo
- Estágio Supervisionado III – 160 horas – 7º Termo
- Estágio Supervisionado IV – 160 horas – 8º Termo

Os Estágios são, necessariamente, supervisionados por professores do curso e técnicos das instituições conveniadas. O aluno do curso conta com o apoio do Núcleo de supervisão de Estágios, que tem por finalidade, orientá-lo em suas necessidades de estágios, bem como manter uma ligação entre aluno e a organização.

Outra finalidade do setor do Núcleo de Supervisão de Estágios é a de fornecer informações e documentos necessários, tanto para as empresas e organizações como para os alunos, visando à celebração de estágios entre ambos.

As atividades de estágio serão documentadas por meio de relatórios de atividades (parciais e finais) que identificarão a natureza e as características da unidade concedente de estágio, a estrutura organizacional, as rotinas de trabalho e, de maneira mais específica, as atividades desenvolvidas pelo estagiário.

Os relatórios de atividades, bem como a ficha de frequência serão apresentados ao professor orientador, obedecendo aos critérios, datas e

metodologia de expressão escrita previamente estabelecidas para que seja desenvolvida a orientação e avaliação.

Além da atuação do professor orientador, o aluno tem ainda o acompanhamento do supervisor de campo (profissional da área de abrangência do curso ou em áreas correlatas).

4.22.2. Sistema de acompanhamento e avaliação de Estágio

O acompanhamento do estágio em toda sua abrangência será realizado diretamente pelas seguintes instâncias: Supervisor Local, quando houver, e o professor-orientador de estágio por domínio de atuação. Em todo local de estágio deverá existir o registro da frequência do estagiário, esta informação deverá também estar disponível para acompanhamento do professor-orientador de estágio.

4.22.3. Sistema de Avaliação do Estágio

A avaliação é feita pelo professor-orientador de estágio, pelo Coordenador Técnico e, no caso de estágio realizado em outra instituição além da Faculdade, a avaliação é feita em conjunto com o Supervisor Local.

Os critérios de avaliação são: interesse, participação e desempenho do aluno no estágio, assiduidade e trocas de conhecimento na supervisão semanal, organização no preenchimento de prontuários e apresentação de relatórios.

O estagiário será acompanhado permanentemente e avaliado formalmente ao final de cada bimestre do período. Durante a realização do estágio o aluno deverá organizar o Diário de Campo registrando todas as suas atividades, seu desempenho e dificuldades encontradas.

O Diário de Campo é um instrumento de avaliação do estágio a ser apresentado formalmente, ao final de cada bimestre, aos avaliadores. Os professores-orientadores e Supervisor Local receberão do Coordenador de cada área de estágio o formulário para realização da avaliação do estagiário ao final de cada bimestre.

O estagiário receberá o formulário para realizar a autoavaliação ao final dos bimestres do período acadêmico. A nota obtida pelo estagiário em cada bimestre

corresponde à média obtida entre três instâncias, de acordo com critérios a serem estabelecidos.

O estagiário que for afastado do local de estágio, por iniciativa da instituição e encaminhado à instituição formadora, estará automaticamente reprovado no período em curso, devendo cumprir novamente o estágio em outro semestre.

4.22.4. Relatórios de Atividades de Estágio

As atividades de estágio serão documentadas por meio de relatórios de atividades (parciais e finais) que identificarão a natureza e as características da unidade concedente de estágio, a estrutura organizacional, as rotinas de trabalho e de maneira mais específica as atividades desenvolvidas pelo estagiário.

Os relatórios de atividades, bem como a ficha de frequência, serão apresentados ao professor-orientador mensalmente, obedecendo aos critérios, datas, metodologia de expressão escrita estipulada, objetivando a orientação e avaliação.

4.22.5. Participação em atividades reais conveniadas

O Estágio Supervisionado será formalizado a partir da realização de convênios, entre a unidade concedente de estágio e a Faculdade, observando os dispositivos legais que definem a prática de estágio. Para tanto, serão mantidos contatos com as organizações da região.

O aluno, ao definir o campo de estágio, firmará um termo de compromisso com a unidade concedente que estipulará entre outros itens, prazos, carga horária, sistema de bolsas e atividades a serem desenvolvidas.

4.23. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, ou Trabalho de Curso (TC), disciplina obrigatória, é um processo pedagógico de elaboração acadêmica individual, é previsto na matriz curricular do Curso de SERVIÇO SOCIAL nas disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I (com 40 hs no 7º Termo) e Trabalho

de Conclusão de Curso II (com 40 hs no 8º Termo).

O TCC (ou TC) aborda temáticas pertinentes a sua graduação com orientação de docente de ensino superior e será supervisionado por um docente, de modo que envolva todos os procedimentos de uma investigação técnico-científica, a serem desenvolvidos pelo acadêmico ao longo da realização do último ano do curso..

O TCC visa o aprofundamento dos estudos acadêmicos, com estímulo à produção científica, para o aprimoramento das competências de análise, de redação e de crítica científica e de apresentação e divulgação de resultados de estudos superiores. Implica em elaboração textual, monográfica de ensaio ou artigo.

Todo o processo contará com professor regente, responsável pelos TCC. O trabalho final será defendido, e deverá ser aprovado, perante banca composta por três professores universitários, em seminário de TCC.

O Trabalho de Conclusão de Curso I, com 40 hs de duração ocorrerá no sétimo semestre letivo do Curso de SERVIÇO SOCIAL. O Trabalho de Conclusão de Curso II, com duração de 40 horas, ocorrerá no oitavo semestre letivo do referido curso. O TCC dispõe de regulamentação específica, o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A carga horária das atividades de conclusão de curso a ser integralizada no curso de SERVIÇO SOCIAL é de 80 horas, correspondentes a 2,5% do currículo.

4.24. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM

Na sequência estão apresentados os aspectos que envolvem a avaliação do ensino-aprendizagem na Faculdade Gran Tietê e no Curso de SERVIÇO SOCIAL.

4.24.1. Formas de Avaliação do Ensino Aprendizagem

A Faculdade Gran Tietê assume a posição teórica segundo a qual a avaliação é uma operação descritiva e informativa nos meios que emprega. Formativa na intenção que lhe preside e independente face à classificação, em âmbito mais vasto e conteúdo mais rico, demonstrando assim que a avaliação constitui uma operação indispensável em qualquer sistema escolar.

Há sempre, no processo de ensino-aprendizagem, um caminho a seguir entre um ponto de partida e um ponto de chegada. Naturalmente, é necessário verificar se o aluno está caminhando em direção à meta, se alguns pararam por não saber o caminho ou por terem enveredado por um desvio errado. É essa informação, sobre o progresso de grupos e de cada um dos seus membros, que a avaliação tenta recolher e que é necessária a professores e alunos.

A avaliação é um procedimento que descreve quais conhecimentos, atitudes ou aptidões os alunos adquiriram, ou seja, que objetivos do ensino já atingiram num determinado ponto do percurso e que dificuldades apresentam em relação a outros.

Esta informação é necessária ao professor para procurar meios e estratégias que possam ajudar os alunos a resolverem essas dificuldades e é necessária aos alunos para se aperceberem delas (não podem os alunos identificar claramente as suas próprias dificuldades num campo que desconhecem) e tentarem ultrapassá-las com a ajuda do professor e com o próprio esforço. Por isso, a avaliação tem uma intenção formativa.

A avaliação proporciona também o apoio a um processo, contribuindo para a obtenção de produtos ou resultados de aprendizagem. A avaliação aqui apresentada enquadra-se em três grandes categorias: avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Um sistema de avaliação como qualquer outro sistema, se assenta em determinados pressupostos que, por um lado, o justificam e, por outro, o tornam exequível.

No contexto de ensino-aprendizagem, não tem sentido falar de avaliação de resultados se não se assumir um planejamento de todo o processo. Por intermédio dessa operação de planejamento, identifica-se o que se pretende atingir (os objetivos de aprendizagem), concebe-se o processo de chegar até lá (os métodos, meios e materiais) e, finalmente, a maneira de saber se conseguiu, ou não, o pretendido (tipos e instrumentos de avaliação).

Neste contexto, a definição de objetivos adquire uma grande importância na avaliação. Assim, além de formular objetivos, convém que o professor os classifique, isto é, que decida em que domínio de comportamento humano se inscreve e em que nível de atuação se situa. É neste ponto que o professor tem de estabelecer prioridades para efeitos de avaliação de aprendizagem, salientando certos comportamentos e conteúdos e planejando cuidadosamente, assim, a avaliação dos

objetivos selecionados.

A avaliação de um segmento – maior ou menor – de aprendizagem não pode ser deixada à inspiração de momento ou improviso quando chega à ocasião de proceder à "avaliação dos alunos". Na verdade, não são os alunos em si mesmos os objetos da avaliação – embora sejam os visados – mas sim os resultados da aprendizagem que, se manifestando por meio deles, não deixam de representar em grande parte o produto do trabalho do professor.

Desta forma, na avaliação de resultados, é difícil dizer se quem está mais em foco é o professor ou são os alunos, sendo certo que, sejam os resultados bons ou maus, se refletem tanto sobre um como sobre os outros.

Assim, o sistema de avaliação adotado pela Instituição e seus docentes atende aos seguintes pressupostos gerais:

- Contribuir para uma aprendizagem mais rica, na quantidade de aptidões adquiridas e no grau de proficiência com que cada uma é denominada;
- Fornecer indicadores que levem a um ensino de maior qualidade e eficácia;
- Proporcionar informações que, em conjunto com outras, possam construir uma base para a apreciação do trabalho do aluno, para a atribuição de classificações quando tal é necessário e para a tomada de decisões relativas à promoção para a etapa seguinte.

Na explicitação das práticas referentes à avaliação da aprendizagem, a orientação é dada, ainda, pelas disposições contidas no Regimento da Faculdade. Tem-se presente que os resultados da avaliação dos alunos têm uma função importante que é a de fornecer elementos para orientação do processo educativo.

4.24.2. Coerência do sistema de avaliação

A avaliação vem assumindo importância crescente em todos os domínios, e, ao mesmo tempo, apresenta-se como um desafio ao tentar romper modelos tradicionais tecnicistas, que utilizam a avaliação única e exclusivamente para obter medição, em termos de rendimento.

A tendência é a de que a avaliação amplie seus domínios para além do seu âmbito tradicional, ou seja, da avaliação da aprendizagem, estendendo-se agora, de modo cada vez mais consciente, sistemático e fundamentado Científicamente, às

políticas educacionais, às reformas e inovações do sistema educacional, dos projetos pedagógicos, dos currículos e dos programas.

O desafio que a avaliação representa para o docente é que, apesar de ser vista como um comportamento comum aos seres humanos, porque estes estão constantemente se avaliando, não é tão óbvia quanto aparenta.

O conceito de avaliação recebe conotações mais ou menos particulares, de acordo com o seu contexto, mas em sua essência avaliar é julgar algo ou alguém quanto a seu valor. A avaliação é, sem dúvida, um julgamento, valoração, pois ela não tem significado fora da relação com um fim, e de um contexto em que o avaliador se pronuncia sobre o objeto avaliado quanto ao seu sucesso ou fracasso.

A participação do acadêmico na avaliação se dá pela auto-avaliação que deve se realizar de forma crítica e reflexiva. Ela revela conhecimentos, habilidades e valores, encoraja a reflexão do aluno, atende as diversidades de interesses e facilita o diálogo entre alunos e professores.

A avaliação do desempenho escolar deve ser entendida como um diagnóstico do desenvolvimento do aluno em relação ao processo ensino-aprendizagem na perspectiva de seu aprimoramento, tendo por objetivos:

- diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno para estabelecer objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
- verificar os avanços e dificuldades do aluno no processo de apropriação, de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
- fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o planejamento constante;
- possibilitar ao aluno tomar consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem;
- embasar a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos alunos.

A avaliação do desempenho escolar far-se-á por meio de elementos que comprovem eficiência nos estudos, trabalhos escolares e pesquisas. É realizada por disciplina, conjunto de disciplinas ou área de conhecimento, conforme as atividades curriculares, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento, sendo considerado reprovado o aluno que não cumprir o mínimo estabelecido pela legislação vigente.

4.24.3. Avaliação do processo ensino-aprendizagem

A avaliação é concebida como um momento da aprendizagem, feita a partir de um acompanhamento sistemático, visando à verificação e o monitoramento dos objetivos pretendidos, permitindo diagnosticar e configurar o real aproveitamento discente durante o curso. Porém, na medida em que a avaliação é um instrumento dotado de reversibilidade (isto é: avalia o próprio avaliador), serve também de meio para o aprimoramento do ensino.

Trata-se, portanto, de um precioso instrumento de mão dupla: permite diagnosticar o nível de aproveitamento dos alunos e corrigir as falhas existentes no método de ensino.

No que se refere aos procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem, as normas regimentais da Faculdade Gran Tietê determinam que o aproveitamento escolar seja avaliado mediante verificações parciais, durante o período letivo, e eventual exame final, expressando-se, o resultado de cada avaliação, em notas de zero a dez, permitindo-se apenas uma casa decimal.

São atividades curriculares as preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, excursões, estágios, provas escritas e orais previstos nos respectivos planos de ensino, aprovados pela coordenadoria de curso. O professor deverá aplicar duas avaliações parciais por escrito, por semestre, sendo esta impreterivelmente realizada na Semana de Prova, conforme o calendário acadêmico.

O professor, a seu critério ou a critério da respectiva coordenadoria, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que podem ser computados nas notas ou conceitos das verificações parciais, nos limites definidos pelo Conselho de Curso.

A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade do controle de frequência dos alunos.

É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições

de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade. A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau de zero a dez.

É atribuída nota zero ao aluno que deixar de se submeter à verificação prevista na data fixada. O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento, nas datas fixadas, pode requerer uma prova substitutiva para cada disciplina, de acordo com o calendário acadêmico, cabendo a decisão ao Diretor Acadêmico.

O aluno poderá, também, requerer ao Diretor Acadêmico uma prova substitutiva para substituir a menor nota em uma das avaliações parciais do bimestre. Pode ser concedida revisão de nota, por meio de requerimento, dirigido ao Diretor Acadêmico, no prazo de cinco dias úteis, após a divulgação do resultado. O professor responsável pela revisão da nota pode mantê-la ou alterá-la, devendo, sempre, fundamentar sua decisão.

Poderá o aluno, desde que justifique em requerimento próprio, solicitar ao Diretor Acadêmico que submeta seu pedido de revisão à apreciação de outros professores do mesmo Curso. Na revisão da nota, se os professores concordarem em alterar, esta decisão é a que prevalece; não havendo unanimidade, prevalece a nota atribuída pelo professor da disciplina que avaliou a prova.

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) às aulas e demais atividades escolares programadas, o aluno é aprovado:

I - Independente de exame final, quando obtiver nota de aproveitamento não inferior a sete (7,0), correspondente à média aritmética das notas parciais realizadas durante o período letivo; e

II - mediante exame final, quando tenha obtido nota de aproveitamento inferior a sete (7,0) e igual ou superior a quatro (4,0) e obtiver média final não inferior a cinco (5,0), correspondente à média aritmética entre a nota de aproveitamento e a nota de exame final.

Conforme pevisto no regimento, as médias são expressas em números inteiros ou em números inteiros mais uma casa decimal, não havendo arredondamento.

É considerado reprovado o aluno que:

I - não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das aulas e demais atividades programadas, em cada disciplina;

II - não obtiver, na disciplina, média final igual ou superior a cinco (5,0); e

III - obtiver média parcial inferior a quatro (4). Neste caso, não poderá, inclusive, realizar exame final.

O aluno, reprovado por não ter alcançado frequência ou a média mínima exigida, deve repetir a disciplina em Regime de Dependência ou poderá requerer o Regime Especial de Recuperação (RER).

O aluno reprovado na disciplina e, com frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) e nota não inferior a dois (2,0), poderá requerer o Regime Especial de Recuperação (RER). O regime de que trata o artigo correspondente da norma, será concedido quando atendidas as seguintes condições:

I - desde que seja cursada no semestre subsequente;

II - uma única vez na mesma disciplina e em apenas duas, em cada semestre, reservado ao aluno o direito de escolha quando ocorrerem reprovações em mais de duas disciplinas.

Os programas de atividades e de orientação bem como as formas de avaliação relativas ao Regime Especial de Recuperação (RER), deverão ser elaborados pelo professor responsável pela disciplina e encaminhados à Coordenadoria de Curso para manifestação.

O professor responsável deverá acompanhar o aluno no processo de RER, tanto nos casos de disciplinas teóricas quanto nas disciplinas práticas, orientando-o para as provas, trabalhos e/ou outros instrumentos de avaliação a que será submetido.

O aluno que, reprovado, não cursar a disciplina em Regime Especial de Recuperação (RER) e desde que obedecidas às normas aplicáveis, somente poderá repetir a disciplina em Regime de Dependência. É promovido, ao período letivo seguinte, o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência.

O aluno, promovido em Regime de Dependência, deve matricular-se em período seguinte e nas disciplinas de que depende, observando-se a compatibilidade de horário e aplicando-se, a todas as disciplinas, as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidas nos artigos anteriores.

Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina, em horário ou período especial, a critério da coordenadoria de cada curso.

O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, disciplinados pelo CONSEPE, aplicados por banca examinadora especial, pode ter abreviada a duração do seu curso, de acordo com a legislação e normas vigentes.

TODOS OS CRITÉRIOS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ENSINO-APREDIZAGEM ESTÃO DEFINIDOS NO REGIMENTO INTERNO DA FACULDADE GRAN TIETÊ.

4.24.4. Sistema de Autoavaliação do Curso

O fim último da avaliação é atingir a Qualidade em Educação. Falar de Qualidade em Educação é uma tarefa não muito fácil, no entanto, é imprescindível, dado que representa um conceito eminentemente desgastado pela vulgaridade de uso, e que ainda não foi adequadamente atingido em sua essência.

Sabe-se que qualidade é o objeto e o objetivo de todo processo avaliativo. Aquilatar, apreciar criticamente, fazer recomendações e potencializar as condições para desenvolver Qualidade, é tudo o que queremos quando se trata de Avaliação.

Definir qualidade é fundamental para a garantia de um processo de interpretação avaliativa pertinente, coerente e relevante, que não incorra, nem no viés, nem no reducionismo, nem na repetição cíclica e permanente.

A qualidade é o fiel da excelência acadêmica, da pertinência e da relevância social universitária. Este é o seu alicerce, e seus critérios são construídos em bases sociais, históricas, culturais, políticas, filosóficas, éticas, epistemológicas e de comunicação, sendo, portanto, educativas. Essa qualidade refere-se à sociedade que queremos e produz-se de acordo com o sistema de valores dos grupos humanos.

Qualidade de ensino só se obtém por meio de gestões que se orientam por planejamentos globais e competentes que ousam articular o compromisso com os índices de produtividade, com a escolha produtiva e ética dos melhores caminhos ou atalhos a serem seguidos para, simultaneamente, responder ao mercado e à sociedade a quem prioritariamente se deve prestar contas. Essa parece ser a

condição básica para entender e superar os mitos e dilemas contidos no uso da avaliação como instrumento decisivo na busca da qualidade.

Nesta perspectiva, compreende-se que a finalidade última da avaliação não se esgota no âmbito da instituição, mas pode se constituir em uma estratégia para construir uma ponte efetiva entre está e a realidade social, uma ponte que concretize o compromisso com a reconstrução do espaço social pelo cumprimento de sua missão institucional.

A avaliação é um instrumento de mudança da cultura das instituições de ensino superior. É uma intervenção política, ética e pedagógica que supõe uma apurada análise da realidade das escolas dedicadas ao ensino superior. É um processo de reflexão sistemática, metódica, organizada, intencional, teleológica. É um voltar-se para si mesmo, com um olhar também para fora e para longe, vislumbrando o efeito, a consequência do quanto, do quando, do que, do como, do por que, do para quê se está fazendo este tipo de ensino.

Em outras palavras, a avaliação é um momento de autoeducação: um pensar a própria instituição, sobre o que se tem feito ou deixado de fazer. É um perguntar-se constante e consciente. É um pensar livre, porém crítico. É um acompanhar do processo de construção. É uma comparação entre o que se pretendeu e os resultados obtidos. É a atribuição de um juízo de valor. A avaliação é o processo que a instituição empreende na direção da autorreflexão sobre suas finalidades, seus processos e seus resultados.

A avaliação é o caminho, a estratégia e o horizonte para averiguar, conservar e aprimorar a qualidade do projeto de ação pedagógica da instituição. Este paradigma de avaliação acena para o compromisso de envolvimento, de legitimidade e de globalidade do diagnóstico a ser realizado gradualmente, percorrendo todas as dimensões e atores envolvidos no processo de construção da qualidade da instituição.

Como se percebe, nesse modelo, a comunidade interna se apropria dos resultados da avaliação e deles se vale para o aprimoramento da proposta educacional que juntos constroem e refazem solidariamente.

A avaliação abrange as diferentes dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão da Instituição. Constitui-se em processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão da

instituição e de prestação de contas à sociedade. A autoavaliação do curso está inserida no processo de avaliação da Faculdade Gran Tietê.

4.25. AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS DECORRENTES DAS AUTO-AVALIAÇÕES E DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Conforme previsto no PDI e no **Projeto da Auto-avaliação institucional**, anualmente, todos os coordenadores de curso deverão apresentar para a CPA as ações acadêmico-administrativas decorrentes das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras). Inclusive com um **PLANO DE MELHORIAS** aprovado pelo Colegiado de Curso. Essas ações serão analisadas e balizadas pela CPA.

Nesse sentido, a instituição busca a melhoria contínua dos seus cursos. Assumindo a busca pela melhoria da qualidade de ensino como um processo multivariado, complexo e dinâmico. E, entendendo que a melhoria contínua de cada curso pode ser definida como um processo envolvendo toda a organização. Seus pequenos passos, alta frequência e pequenos ciclos de mudanças vistos separadamente têm pequenos impactos, mas somados podem trazer uma contribuição significativa para o desempenho dos cursos da instituição.

São observadas, em muitas instituições, atividades denominadas de "combate a incêndios", que visam o restabelecimento do desempenho ao nível crônico anterior, caracterizando apenas um caráter de controle de processo em um nível reativo.

Contudo, as atividades de melhoramento não se restringem apenas ao controle do processo, muito pelo contrário, são ações que visam à criação organizada de mudanças benéficas; a obtenção de níveis inéditos de desempenho.

Para vencer a cultura de "apagar incêndios", a organização deve desenvolver uma cultura interna que promova a aprendizagem por meio de ações que visem à melhoria contínua dos processos. Assim, busca-se um nível proativo de ações e com objetivo claro pela busca da **excelência de ensino.**

4.26. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

A coordenação acadêmica do curso é realizada pelo coordenador do curso

conforme descrito a seguir.

4.27. ATUAÇÃO DO COORDENADOR

A Coordenação acadêmica do curso de **SERVIÇO SOCIAL** é feita mediante contratação de profissionais específicos para cada área pelo regime de trabalho da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – em regime de tempo integral ou parcial.

A Faculdade tem como norma que os coordenadores sejam aqueles de maior titulação, em regime de tempo integral, portadores de experiência profissional e acadêmica e não acadêmica adequadas. Avalia ainda o potencial interdisciplinar dos docentes dando preferência àqueles de maior adequação neste quesito para ocuparem a função de coordenação.

São atribuições do Coordenador de Curso:

I. superintender todas as atividades da Coordenadoria;
II. representar a coordenação junto às autoridades e aos órgãos da Faculdade Gran Tietê;
III. supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas no âmbito do seu campo, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
IV. convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curso;
V. apresentar, semestralmente à Diretoria Acadêmica, relatório de suas atividades e das de sua Coordenadoria;
VI. sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
VII. encaminhar à Secretaria Acadêmica, nos prazos fixados pelo Diretor Acadêmico, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
VIII. promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e técnico-administrativo nele lotado;
IX. propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos sequenciais, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;

X. delegar competência; e

XI. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

4.28. COLEGIADO DE CURSO

O Regimento Interno define que a Coordenadoria de Curso é a unidade básica da Faculdade, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrada pelos professores e pelos alunos. A Coordenadoria de Curso é exercida por um Coordenador, aprovado em processo seletivo e homologado pelo Diretor Geral, para o exercício de um mandato de dois (2) anos, permitida a sua recondução.

A Coordenadoria de Curso é integrada pelo Conselho de Curso, para as funções deliberativas, e pelo Coordenador de Curso, para as tarefas executivas. O Conselho de Curso é integrado pelos seguintes membros:

I. o Coordenador de Curso, que o preside;

II. cinco representantes do corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, com mandato de dois anos; e

III. um representante do corpo discente, indicado por seus pares, com mandato de um ano, sem direito a recondução.

Compete à Coordenadoria de Curso:

I. distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;

II. deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;

III. emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);

IV. pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;

V. opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;

VI. opinar sobre o plano e o calendário acadêmico, elaborado pelo Diretor Acadêmico; e

VII. exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

AS REUNIÕES DO COLEGIADO DEVERÃO SER REGISTRADAS EM ATAS E SUAS DECISÕES IMEDIATAMENTE ENCAMINHADAS AOS ÓRGÃOS COMPETENTES. ESTAS REUNIÕES DEVERÃO SER REALIZADAS **MENSALMENTE.**

4.29. REGULAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 1º. O Colegiado de Curso é a instância básica dos cursos de graduação, responsável pela estruturação administrativa, incluindo a execução das políticas voltadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, decididas pelo NDE com vistas a sua efetiva integração no âmbito comunitário e do desempenho de cada um deles, no cumprimento de suas obrigações, tendo como finalidade assessorar a implementação do projeto pedagógico discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso. Da Constituição do Colegiado.

Art. 2º. O Conselho de Curso é integrado pelos seguintes membros:

I. O Coordenador de Curso, que o preside;

II. Cinco representantes do corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, com mandato de dois anos; e

III. Um representante do corpo discente, indicado por seus pares, com mandato de um.

Art. 3º. Compete ao Conselho de Curso:

I. Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;

II. Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;

III. Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);

IV. Pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;

V. Opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;

VI. Opinar sobre o plano e o calendário acadêmico, elaborado pelo Diretor Acadêmico; e

VII. Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

Art. 4º. São atribuições do Presidente, além de outras expressas neste Regulamento, ou que decorram da natureza de suas funções:

I. Coordenar a elaboração da proposta da estrutura e organização administrativa e pedagógica do respectivo curso e sua implantação, de acordo com o regimento acadêmico, e atualizá-la quando necessário;

II. Promover, ao início de cada semestre, o planejamento das atividades acadêmicas, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão e prevendo as necessidades e os meio, dentre os parâmetros definidos pela faculdade;

III. Representar como coordenador o curso em todas as instâncias da instituição e fora dela;

IV. Convocar e presidir as sessões;

V. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento;

VI. Submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da sessão anterior;

VII. Decidir as questões de ordem;

VIII. Submeter à discussão e, definidos os critérios, à votação a matéria em pauta e anunciar o resultado da votação;

IX. Organizar, sob a sua responsabilidade e direção, a pauta da sessão seguinte e anunciá-la, se for o caso, ao término dos trabalhos;

X. Convocar sessões extraordinárias.

Art. 5º. O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, uma vez por mês durante o semestre letivo, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros. O colegiado do curso, quando julgado conveniente pelo coordenador do curso, realizará as reuniões conjuntas com o Núcleo Docente Estruturante.

§ 1º - O Colegiado do Curso, salvo quórum estabelecido por lei ou por este Regimento, funciona e delibera, normalmente, com a presença da maioria absoluta

de seus membros;
§ 2º O Presidente, além do seu voto, tem, também, direito ao voto de qualidade, em caso de empate independentemente do previsto no parágrafo anterior;

Art. 6º. É obrigatório, prevalecendo a qualquer outra atividade acadêmica, o comparecimento dos membros às sessões do Colegiado de Curso.

Art. 7º. As reuniões do Colegiado de Curso são secretariadas por um de seus membros, designado pelo Presidente.

Art. 8º. De cada sessão do Colegiado de Curso, lavra-se a ata, que, após lida e aprovada, é assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos presentes.
§ 1.º As atas do Colegiado, após sua aprovação, são publicadas e arquivadas na Coordenação do curso, com livre acesso aos membros do Colegiado.

Art. 9º. Todo membro do Colegiado de Curso tem direito à voz e ao voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 10 - Este regulamento poderá sofrer modificações quando se fizerem necessárias, mediante proposta de qualquer membro do colegiado, que após aprovada será submetida à apreciação e aprovação do CONSEPE.

Art. 11 - O presente Regulamento entra em vigor na data de publicação do ato normativo da IES.

4.30. APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO AOS DOCENTES

A Faculdade Gran Tietê, que procura oferecer um ensino de alto padrão, tem como prioridade dar apoio e suporte a todos os seus professores para que, desta forma, possibilitem aos seus alunos uma excelente aprendizagem. O presente curso se adéqua a esse objetivo.

A instituição contratará professores altamente qualificados em cada área, que,

além de excelentes no domínio do conteúdo das disciplinas, são também bons didatas. Tendo presente este objetivo, a Faculdade mantém em sua estrutura um serviço de apoio à atuação do professor na sala de aula.

Isto implica um trabalho direcionado para os cursos e para os professores, prioritariamente. Entretanto, são também endereçadas atividades para melhorar o desempenho dos funcionários, bem como atividades para desenvolver valores, habilidades, comportamentos e atitudes dos mesmos.

4.31. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A seguir está descrita a oragnização acadêmico-administrativa eu atende ao curso.

4.31.1. Organização do controle acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas estabelecidas e todo sistema de matrícula, trancamento, frequência, notas, aprovação e reprovação, bem como os demais procedimentos de secretaria contam com pessoal qualificado e com um sistema de informação apropriado.

O sistema de controle acadêmico prima pela organização das informações referentes ao conteúdo curricular oferecido aos alunos, bem como a sistematização dos dados referentes ao horário e cronograma de atividades, incluindo a elaboração de toda a documentação pertinente à vida acadêmica, tendo presente à legislação educacional em vigor.

A Faculdade Gran Tietê adota o regime seriado semestral de matrícula por disciplina. A cada semestre o aluno renova sua matrícula em disciplinas do currículo do seu curso, conforme horário de aulas preparado para aquele semestre. Durante o semestre, sempre que interessar, o aluno pode solicitar histórico escolar contendo resultados das disciplinas cursadas em semestres anteriores. A documentação de alunos e os registros acadêmicos são administrados pela Secretaria Geral.

Documentos e informações são fornecidos continuamente pela Secretaria, atendendo solicitação de toda comunidade acadêmica. Os requerimentos de solicitação desses documentos são protocolados na própria Secretaria.

4.31.2. Pessoal técnico e administrativo

A Gestão do pessoal técnico administrativo está a cargo dos dirigentes da Faculdade, auxiliados pelos coordenadores de cursos, bibliotecária, secretário(a) acadêmico(a) e tesouraria.

4.32. ATENÇÃO AOS DISCENTES

Os discentes da Faculdade Gran Tietê são apoiados constantemente em várias situações. A todos os alunos será disponibilizado um apoio pedagógico dos professores, em função de alguns possuírem horário de atendimento ao aluno. Todos os cursos possuem uma coordenação a quem cabe orientar os alunos com relação aos problemas que enfrentarão no dia-a-dia do curso.

A Faculdade Gran Tietê possuirá um Núcleo de Apoio Pedagógico que orienta os professores no que diz respeito às questões pedagógicas e didáticas assim como atende os alunos quando professores e coordenação de curso não conseguirem solucionar os problemas.

O aluno tem acesso a todas as informações acadêmicas relevantes no *site* da Instituição na Internet. Além disto, no primeiro dia de aula o acadêmico recebe o Manual do Aluno com todas as informações relevantes a respeito da sua futura vida acadêmica, além do próprio Coordenador do curso proferir uma palestra sobre o assunto a cada início de semestre letivo.

Existe uma política que dá suporte ao estágio e que compõe o currículo de todos os cursos de graduação. Todas as empresas da região, instituições com potencial de absorção do profissional formado serão contatadas para contribuir na constituição do curso e estabelecerem convênios pelos quais são oferecidas vagas para estágio.

A Faculdade Gran Tietê manterá, ainda, sistema de acompanhamento psicopedagógico ao alunado, com o intuito de auxiliar o estudante nas dificuldades naturais encontradas no processo de aprendizagem e de sua adaptação às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Está estrutura um acompanhamento do desempenho do aluno, de forma a possibilitar o oferecimento de medidas alternativas que favoreçam a aprendizagem adequada.

4.32.1. Apoio pedagógico

A Faculdade Gran Tietê implementará um sistema de acompanhamento ao alunado, com o intuito de auxiliar nas dificuldades naturais encontradas no processo de aprendizagem e de sua adaptação às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Está estruturado para o acompanhamento do desempenho do aluno, de forma a possibilitar o oferecimento de medidas alternativas que favoreçam a aprendizagem adequada.

4.32.2. Acompanhamento psicopedagógico

A Faculdade disponibilizará um profissional qualificado com formação necessária a este tipo de apoio, objetivando auxiliar sua comunidade acadêmica para um melhor desempenho em suas atividades, sejam relacionadas ao processo de aprendizado como também fatores psicopedagógicos que influenciam o desenvolvimento emocional do indivíduo.

4.32.3. Mecanismos de nivelamento

O Processo Seletivo é o primeiro ato pedagógico da Instituição e, por isso, é visto como um momento de análise diagnóstica do perfil do recém-ingressante. Da mesma forma, a avaliação em sala de aula é vista como um instrumento diagnóstico que aponta e corrige os rumos do processo de ensino e aprendizagem. A partir disso, será planejado o nivelamento dos alunos.

A Faculdade busca identificar e vencer os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional com o auxílio dos colegiados de cursos, propiciando ao corpo discente atendimento de apoio, ou suplementar, às atividades de sala de aula. Busca tal modalidade para desenvolver trabalho de nivelamento dos acadêmicos ingressantes com a oferta de Cursos Básicos de Matemática, Português e Informática.

Outros mecanismos de nivelamento são acionados, como:

- criação do Grupo de Trabalho de Orientação Didática, constituído por

professores das disciplinas básicas, supervisionado e orientado pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico;

- atividades didáticas preventivas e terapêuticas presenciais ou não, coordenadas por professores e executadas por alunos monitores ou estagiários;
- oferta de cursos de extensão em Língua Portuguesa, Matemática básica e outros que tratem de habilidades específicas, como raciocínio lógico;
- estímulo aos alunos do primeiro período, recém-ingressantes na Faculdade, a participarem de eventos promovidos pela Instituição que vislumbrem a sua integração e seu desenvolvimento;
- outros, para o âmbito institucional, recomendados pelos colegiados de cursos.

Após a conclusão das atividades propostas, verifica-se melhor adequação e aproveitamento para o aluno das aulas programadas para integração das disciplinas.

4.32.4. Programas de Apoio Financeiro

O Programa de Apoio Financeiro da Faculdade Gran Tietê está descrito a seguir.

4.32.4.1. Programa Motivacional

O regulamento do Programa Motivacional da Faculdade Gran Tietê tem por objetivo geral estabelecer um programa de motivação que atinja todos os alunos de maneira equitativa, valorizando os aspectos meritocráticos do corpo discente. São objetivos específicos desse programa:

a) comunicar com clareza ao corpo discente e toda comunidade universitária e regional a política de concessão de Bolsas da Faculdade Gran Tietê;
b) incentivar com instrumentos objetivos o melhor desempenho acadêmico;
c) reduzir o índice de absenteísmo, rotatividade e inadimplência do corpo discente;
d) fortalecer o pensamento grupal, direcionando e utilizando-o como instrumento de auxílio e busca de qualidade de ensino e apoio para o

melhor rendimento individual e coletivo dos discentes.

As bolsas são concedidas semestralmente, sendo válidas por cinco meses, nos seguintes períodos:

a) no primeiro semestre, de primeiro de fevereiro até trinta de junho; e,

b) no segundo semestre, de primeiro de agosto até trinta e um de dezembro.

As bolsas são distribuídas no semestre subsequente ao semestre avaliado e são cumulativas. Caso o aluno já possua algum convênio, será aplicado primeiro o desconto do convênio e sobre o valor obtido, o desconto da bolsa. Não serão concedidas bolsas nos períodos de rematrículas.

Os alunos contemplados com bolsas, que estão inseridos no FIES - Financiamento Estudantil têm que ser calculado sobre o valor inteiro da mensalidade e subtraída do valor pago pelo aluno à Instituição.

As bolsas possuem caráter de desconto de pontualidade, assim, no caso de impontualidade no pagamento, o aluno a perderá no respectivo mês. Nos casos dos descontos acumulados ultrapassarem a cem por cento, não será devido qualquer valor, em devolução ao aluno.

As bolsas serão concedidas para todos os alunos, nas seguintes condições:

a) aos alunos que obtiverem no semestre referido a média e a frequência estabelecida pela Instituição para a contemplação das bolsas;
b) aos alunos que forem aprovados no semestre, não tendo ficado em dependência;
c) aos alunos que não tenham sofrido durante o semestre referido advertência escrita ou suspensão por motivos disciplinares, aplicados pela direção.

As quotas das bolsas de estudos são:

a) dez por cento de desconto: quando obtiver média aritmética simples das disciplinas cursadas igual ou superior a nove e frequência superior a oitenta e cinco por cento em cada disciplina;
b) cinco por cento de desconto: quando obtiver média aritmética simples das disciplinas cursadas igual ou superior a oito e frequência superior a oitenta e cinco por cento em cada disciplina.

A bolsa contemplada com seu respectivo percentual de desconto será referente à mensalidade vigente no período de contemplação, no valor estabelecido

com o desconto da mensalidade paga em dia, e terá caráter de desconto de pontualidade. Se o aluno estiver inadimplente por trinta dias, a contar da data de vencimento, perderá o direito a bolsa nos meses subsequentes.

Ao término de cada semestre será reavaliado o programa, com os respectivos tópicos:

a) alcance de seus objetivos;

b) mensuração e evolução dos resultados;

c) redução no índice de absenteísmo e de inadimplência;

d) aumento no grau de satisfação do corpo discente;

e) diagnóstico e proposta de mudanças de adaptação do programa.

Para os alunos do quinto ao oitavo termo, o programa motivacional concede ainda Bolsas de Estudo àqueles de cada turma que se destacam na avaliação ensino-aprendizagem que é realizada duas vezes em cada semestre. Nesta avaliação é abrangido todo o conteúdo interdisciplinar de cada bimestre, sendo possível acompanhar o desempenho discente, assim como suprir algumas deficiências que por ventura venham a ocorrer em determinada disciplina.

4.32.4.2. Programa Parceria – Desconto e Premiação

A Faculdade Gran Tietê estabeleceu um programa de parceria no qual o aluno que indicar uma pessoa para o processo seletivo, e caso seja aprovada e efetue matrícula, terá dez por cento de desconto na mensalidade durante todo o semestre, possibilitando maiores descontos quanto mais indicações fizerem, conforme o quadro abaixo:

Número de Indicações (c/ matrícula)	1	2	3	4	5	6	7	8	9
% de Desconto na Mensalidade	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%

Quadro 15- Percentual de desconto – Programa parceria.

Para participar deste programa, o aluno deverá fazer pessoalmente a inscrição da pessoa indicada, na sede da Faculdade Gran Tietê. Este programa de desconto não é cumulativo e, assim, caso o aluno participe do plano de indicações e tenha bolsa de estudo, este terá direito ao benefício que lhe conceder maior

vantagem.

Neste programa o aluno da Faculdade Gran Tietê que trouxer outro aluno, mas porventura este não efetuar a sua matrícula, o aluno receberá no final do processo seletivo uma premiação referente ao número de inscrições realizadas.

4.32.4.3. Bolsas de Trabalho ou de Administração

Há na Faculdade Gran Tietê a política de Bolsas para funcionários que pretendem realizar a graduação ou a pós-graduação em um dos cursos da Faculdade Gran Tietê. Os critérios para distribuição das bolsas e os funcionários contemplados são definidos na política de capacitação do corpo técnico-administrativo.

4.32.4.4. Convênios

A Faculdade Gran Tietê possui convênios com instituições e empresas para parceria e concessão de descontos. Para a obtenção de tais descontos os alunos deverão, no ato da matrícula, efetuar requerimento à Faculdade Gran Tietê, anexando ao mesmo documento comprobatório de sua ligação com a instituição/empresa conveniada.

Para manutenção do desconto, o aluno ainda com ligações com a empresa ou instituição conveniada deverá efetuar, impreterivelmente em sua rematrícula, o mesmo procedimento descrito anteriormente, isto é, requerimento e documento comprobatório. Sendo deferido o requerimento, o desconto será concedido na mensalidade seguinte.

Os descontos provenientes dos convênios acima descritos não são cumulativos entre si, sendo, neste caso, considerado o maior desconto. Não incidem também sobre mensalidades de alunos beneficiados com o FIES bem como na matrícula e rematrícula.

4.32.4.5. Bolsas Acadêmicas Fornecidas pela Mantenedora

A Faculdade Gran Tietê instituiu uma Comissão Especial para analisar a conveniência, os objetivos e a viabilidade em consolidar um Fundo de apoio e incentivo aos alunos, visando possibilitar a captação de recursos alternativos e o desenvolvimento de um programa de bolsas acadêmicas.

A concessão de bolsas visa ainda oferecer oportunidade de complementação acadêmica a alunos de graduação, bem como o desenvolvimento de outras atividades acadêmicas, estimulando a integração ensino-pesquisa-extensão e a interdisciplinaridade.

O número de bolsas depende da disponibilidade orçamentária da Faculdade Gran Tietê, bem como dos recursos captados. Fica a cargo da comissão a determinação de valores, prazos de vigência e demais critérios e especificidades.

4.32.4.6. Financiamento ao Estudo do Ensino Superior – FIES

É um programa do MEC em conjunto com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL que visa financiar, a juros baixos, até 100 % da mensalidade (dependendo da renda familiar) de alunos matriculados em instituições de ensino superior particulares credenciadas ao programa, como é o caso da Faculdade Gran Tietê. Para participar o aluno deverá aguardar a abertura das inscrições que será comunicada pela Faculdade Gran Tietê.

4.32.4.7. Bolsa do Programa Escola da Família

Programa do Governo Estadual/Secretaria Estadual da Educação que concede bolsa de 50% para alunos matriculados em instituições de ensino superior particulares credenciadas. Estas instituições devem, para credenciar-se ao programa, conceder aos alunos participantes a bolsa dos outros 50 % da mensalidade.

Os alunos participantes, por sua vez, deverão atuar aos fins de semana nas escolas públicas estaduais como Educadores Universitários.

4.32.4.8. Programa Universidade para Todos - Prouni

É um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece bolsas de estudos em instituições de educação superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros de baixa renda sem diploma de nível superior. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

4.33. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A Faculdade Gran Tietê manterá um cadastro para registro da atuação profissional dos egressos do curso de SERVIÇO SOCIAL, sempre que possível atualizado e com dados que lhe permita traçar o perfil da inserção de seus ex-alunos no mercado de trabalho.

Esses dados serão valiosos também para que o curso possa repensar e rever seus objetivos, de acordo com a efetiva demanda verificada pelo mercado de trabalho, adequando-o à vocação regional verificada.

Contudo, não é somente esta modalidade de acompanhamento de egressos que se pretende implantar. Como forma de dar continuidade à consolidação e aplicação dos conhecimentos adquiridos na graduação, a Faculdade implantará um programa de acompanhamento de recém-graduados. Este acompanhamento se dará nas áreas descritas a seguir.

a) Apoio ao Egresso

O bacharel em SERVIÇO SOCIAL, recém-formado, que pretenda exercer a profissão, até um ano após a colação de grau, poderá se utilizar de toda a estrutura da Faculdade (orientação técnica pelo professores, utilização da biblioteca e dos recursos de informática disponíveis etc.), como suporte para o início de suas atividades profissionais.

b) Incentivo à Pesquisa e à Docência

O bacharel em SERVIÇO SOCIAL, recém-formado, que pretenda se dedicar à docência e à pesquisa, terá todo o suporte acadêmico para desenvolver suas atividades ou dar continuidade às atividades que já vinha desenvolvendo na graduação, até um ano após a colação de grau.

Estarão disponíveis a biblioteca, os recursos de informática e orientação pelos professores da área de pesquisa de opção do aluno, para elaboração de monografias, artigos ou qualquer outro tipo de trabalho acadêmico.

Haverá até mesmo possibilidade de alguns desses bacharéis virem a compor, futuramente, o quadro de docentes da GRAN TIETÊ, se prosseguirem na capacitação e qualificação acadêmicas, realizando cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, contando até mesmo, em alguns casos, com o fomento da entidade mantenedora.

c) Preparação para Concursos Públicos

O objetivo aqui é dar continuidade às atividades desenvolvidas durante toda a graduação, voltadas para informação e orientação dos alunos sobre as funções desempenhadas nas carreiras públicas e sobre a natureza do processo seletivo para ingresso nos quadros de cada uma delas.

Para preparar os alunos para os concursos públicos (ingresso na carreira), a Faculdade estimulará seus alunos, particularmente com apoio da disciplina "Metodologia da Pesquisa", a buscar métodos eficientes de organização de estudo, que lhes facilite a aprendizagem.

O aluno será orientado a "aprender a aprender", aproveitando melhor seu tempo de estudo, organizando seus horários, criando hábito de estudo constante e disciplinado. Será trabalhada a idéia de que a otimização da aprendizagem é resultado de esforço, disciplina e constância. Esta atividade deverá ajudar a formar no aluno a consciência da necessidade do estudo constante durante toda a graduação e do estudo contínuo e autônomo após se tornar bacharel.

A experiência vem demonstrando que os alunos que conquistam as vagas nos vestibulares das universidades mais concorridas não são aqueles que depois de concluírem o ensino médio, se debruçam sobre os livros dez ou doze horas por dia, estudando a exaustão, para recuperar o tempo perdido. Os aprovados que obtêm as melhores classificações são aqueles que têm uma história de escolarização.

Proporcionando e disponibilizando estes recursos, a GRAN TIETÊ estará não apenas cumprindo sua missão de formar novos e competentes profissionais, como também lhes oferecendo meios para viabilizar o início da carreira e sua integração ao mercado de trabalho.

d) Bolsas de trabalho

A Instituição instalará uma coordenadoria de estágio que encaminhará os alunos para o desenvolvimento de atividades práticas em outras instituições externas à escola e oferecerá bolsa de ajuda de custo para os alunos que participarem de estágios de extensão dentro da GRAN TIETÊ.

e) Serviço de integração escola x empresa (encaminhamento profissional)

Dentro da GRAN TIETÊ há setores responsáveis por contatos e convênios com empresas, escolas, órgãos públicos e privados para o encaminhamento de estagiários ou contratos de trabalho. Existem também atividades de preparação para o trabalho que possibilita ao aluno vivenciar em laboratório situações corriqueiras da vida real de uma empresa.

4.33.1. Meios de divulgação de trabalhos e produções de alunos

Como meio de estimular e divulgar os trabalhos de pesquisa e demais atividades acadêmicas, o curso manterá uma revista científica, de publicação periódica. A revista destina-se à divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade, bem como ao intercâmbio com outros cursos do Brasil e do exterior, pela colaboração de professores e alunos. O seu conselho editorial é integrado pelos docentes mais titulados da própria instituição, e de professores de conceito notório, especialmente convidados.

Na revista, que tem periodicidade semestral, a Faculdade promove a também a editoração dos trabalhos científicos, de reconhecido valor, resultante de monografias, dissertações ou teses de seus professores, apresentados em eventos científicos ou aprovados em programas de pós-graduação ou resultantes de pesquisas realizadas.

Atente-se que a GRAN TIETÊ encaminhará ao IBICT a solicitação do ISSN para a indexação da revista em tela, fato que valoriza a produção científica da comunidade acadêmica da Faculdade.

5. CORPO DOCENTE

5.1. PERFIL DO CORPO DOCENTE

A profissão do magistério é imprescindível na estrutura social de todos os povos, requerendo por isso mesmo, adequada e cuidadosa seleção e preparo para a mesma.

Sendo o professor de SERVIÇO SOCIAL, também um educador, tem diante de si uma sociedade cheia de desafios e desigualdades acentuadas. O trabalho do professor de SERVIÇO SOCIAL diante do contexto em que vive a sociedade mundial é desafiador, já que os problemas são extremamente complexos e o entendimento deles tem uma relação direta com as ciências gerenciais. Que perfil deve ter um professor, de forma a auxiliar o aluno a constituir-se como cidadão, dando oportunidade para que ele conheça melhor as relações que se estabelecem no interior das organizações e da sociedade.

Com estas reflexões e, ainda outras pertinentes ao ensino, o Curso de SERVIÇO SOCIAL estabelece um perfil desejado para o professor da graduação ao entender que o conhecimento produzido na Faculdade, fundamentado em pesquisa de campo, de laboratório, levantamento bibliográfico e, dominado pelo professor, deve ser o instrumental teórico a ser elaborado e recriado, para se transformar em saber escolar, ou seja, um saber a ser trabalhado pelo egresso do curso.

Nesse perfil traçado pelo curso, há uma relação direta entre o professor e os novos paradigmas da Educação. Isso se registra da seguinte forma:

- A aprendizagem é considerada como processo;
- É dada prioridade à auto-imagem como geradora de desempenho;
- Valorização da igualdade no relacionamento, entre os sujeitos do processo educativo;
- A relação é entre pessoas e não em funções;
- A autonomia é encorajada;
- A Experiência interior e os sentimentos são encarados como fatores

importantes para potencializar a aprendizagem;

- Enfatiza-se a busca do todo, complementando teoria com prática;
- A aprendizagem vista como processo para a vida toda;
- A interdisciplinaridade é fundamental para o processo de aprendizagem;
- O professor também é um aprendiz;
- Há preocupação com o ambiente favorável à aprendizagem.

Sob essa ótica, o professor precisa ter uma formação continuada. Propõe-se, dessa forma, juntamente com o professor, desvendar e utilizar os conhecimentos, tendo como embasamento metodológico a dialética. Além disso, pretende-se desenvolver atividades orientadas de leitura e discussões, reflexão constante da prática pedagógica, bem como uma postura investigativa de forma a entender a estrutura e organização do espaço.

Na medida em que o professor se assume como sujeito do seu próprio trabalho na sala de aula, em que propicia condições para o aluno tornar-se co-produtor de conhecimentos, o pedagógico e o político saem fortalecidos.

Para ser professor do Curso de SERVIÇO SOCIAL não é necessário apenas dominar o conhecimento a ser repassado, mas ter uma visão holística. “Esse perfil envolve um professor que tem conhecimentos na área da psicologia de ensino e aprendizagem; didática; de linguagem e métodos a serem utilizados em sala de aula”.

Nessa perspectiva, o perfil adequado dos professores de SERVIÇO SOCIAL da GRAN TIETÊ deve atender as qualidades ou condições para o magistério superior consubstanciam-se em duas direções: a vocação pedagógica e as condições profissionais.

1. **Vocação pedagógica:** o professor deve pertencer ao tipo de criatura humana social, isto é, aquele que é dominado pela tendência de servir aos seus semelhantes. A vocação pedagógica desdobra-se em amor pedagógico, sentido de valores e consciência de responsabilidade.

2. **Condições profissionais:** é necessário estar reforçado por certas qualidades profissionais, como erudição crítica e atitude inquisitiva, probidade magisterial, alegria e bom humor e tato pedagógico.

5.2. CONTRATAÇÃO DOS PROFESSORES

A formação do quadro de docentes do curso de SERVIÇO SOCIAL é feita mediante contratação de profissionais específicos para cada área pelo regime de trabalho da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas. Os professores serão contratados em tempo integral, parcial ou horista – atendendo plenamente as exigências legais.

5.3. POLÍTICA E PLANO DE CARREIRA

O Plano de Carreira Docente – PCD regula as condições de admissão, dispensa, direitos, vantagens, deveres e responsabilidades dos membros do magistério da Faculdade Gran Tietê, mantida pela IERT - Instituições de Ensino Reunidas Tietê.

5.3.1. Critérios de admissão e de progressão na carreira

O pessoal docente da Faculdade Gran Tietê será contratado pela Mantenedora, de acordo com o processo seletivo, após indicação da Direção Acadêmica e aprovação pelo Diretor Geral. Em sua indicação, deve a Direção Acadêmica comprovar a necessidade da contratação do professor. Após aprovação do Diretor Geral, cabe ao Departamento de Recursos Humanos promoverem o recrutamento e seleção do professor, nos termos das normas vigentes.

O professor, contratado ou aqueles que já fazem parte do corpo docente da Instituição serão enquadrados, de acordo com sua titulação, em uma das categorias, classes e níveis do Plano de Carreira Docente da Faculdade Gran Tietê.

5.3.2. Ações de Capacitação

A GRAN TIETÊ valoriza seus docentes e, promove constantemente a capacitação dos mesmos. A política de capacitação dos docentes está claramente definida no Plano de Capacitação Docente.

5.3.3. Plano de Cargos e Salários

O plano de cargos e salários da instituição contempla tanto o corpo docente quanto o corpo técnico-administrativo. O corpo de funcionários é fundamental para o bom andamento das atividades da Instituição. Assim, a Faculdade Gran Tietê desenvolve uma política de valorização de seus funcionários, enquadrando-os em um Plano de Cargos e Salários que visa contemplar o desempenho e formação dos mesmos, oferecendo também oportunidades de qualificação/capacitação profissional.

Dentro desta política são destacadas as seguintes diretrizes:

- incentivo à formação continuada;
- oferta de cursos voltados à atuação específica;
- oferta de cursos de relações interpessoais para o bom desempenho profissional;
- estímulo à participação em eventos sociais, culturais e científicos promovidos pela Instituição e outras entidades;
- atualização de conhecimentos na área da informática;
- implementação do Plano de Cargos e Salários adequando-o à realidade de mercado e de gestão;
- elaboração da matriz de capacitação e treinamento do pessoal administrativo do nível técnico e operacional, revisando-a a cada ano;
- seleção de profissionais já titulados e disponíveis no mercado, mediante chamada por edital, concurso ou outro expediente;
- implementação da oferta de programas de qualificação próprios;
- atração, desenvolvimento e retenção de talentos;
- aumento do nível de valorização das pessoas;
- criação de sistema de remuneração que reconheça méritos e valores;
- criação de agentes integradores do ambiente interno, que aumentem a sinergia entre todos os funcionários da instituição.

5.4. ESTÍMULOS PROFISSIONAIS

A seguir estão descritos os estímulos proporcionados pela GRAN TIETÊ aos

seus docentes.

5.4.1. Apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural

Visando à contínua qualificação do seu corpo docente, a Faculdade Gran Tietê incentiva, de várias formas, o progresso intelectual dos professores. Uma delas é a publicação de trabalhos de seus docentes na Revista Científica da Faculdade.

Outra forma de contribuir para o aperfeiçoamento dos seus docentes é assegurar apoio ao professor que se afastar de suas funções para:

- aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras;
- prestar colaboração a outras instituições de ensino superior ou de pesquisa;
- participar de cursos, congressos, seminários e outros eventos de natureza científica, cultural ou técnica, relacionados com as suas atividades acadêmicas na Faculdade Gran Tietê**.**

Especificamente, a política de recursos humanos, para o período do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, contempla várias iniciativas e diretrizes, a saber:

- estabelecimento de incentivos funcionais, sob a forma de acréscimo percentual aos salários, mediante progressões horizontais, por merecimento, para a produção científica e tecnológica dos docentes, expressa em livros e artigos publicados, patentes obtidas e comunicações apresentadas em congressos e outros eventos assemelhados;
- permissão e encorajamento a um número crescente de professores, para que façam cursos de pós-graduação, especialmente os de *stricto sensu*;
- ampliação do leque de ofertas de cursos de especialização e atualização destinados a docentes;
- estabelecimento de convênios, com entidades públicas e particulares, do país e do exterior, que permitam a oferta de cursos, estágios e treinamentos aos professores;
- aumento e diversificação dos cursos que visem à capacitação e ao aprimoramento didático-pedagógico do docente;
- oferta de cursos e de estágios que permitam o aumento do número de

professores engajados, como coordenadores ou simples pesquisadores, nos projetos de pesquisa e extensão da Faculdade Gran Tietê.

5.4.2. Apoio à participação em eventos

A Faculdade Gran Tietê estimula a participação dos seus professores em eventos de natureza cultural, técnica e científica, especialmente pela apresentação de trabalhos produzidos individualmente ou em grupo. Com o intuito de aprimorar a atividade docente a GRAN TIETÊ contempla em sua política de capacitação o apoio à participação dos docentes em eventos.

5.4.3. Incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes

A Faculdade Gran Tietê, preocupada com a formação pedagógica de seus docentes, tem como política promover o desenvolvimento, aprimoramento e qualificação do ser humano como agente de transformação social, contribuindo com uma alternativa de atendimento educacional flexível e que elimina barreiras, facilitando o acesso ao conhecimento por meio da educação à distância e presencial. Uma de suas principais diretrizes está em facilitar o acesso à formação pedagógica de profissionais graduados, habilitando-os, assim, para o exercício da docência.

Na Política de Capacitação Docente estão descritas todas as ações institucionalizadas de incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes. A Faculdade Gran Tietê acredita que o grande diferencial de uma Instituição de ensino é o seu quadro de docentes, visto que as mudanças ocorrem com velocidade ímpar, tornando necessário a atualização constante, quer no aspecto específico das disciplinas, quer no aspecto didático pedagógico.

5.5. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um conjunto de professores, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso. Dessa forma, o Núcleo é o órgão consultivo responsável pela

concepção do Projeto Pedagógico do Curso e tem, por finalidade, a atualização, revitalização do mesmo.

As atribuições do Núcleo Docente Estruturante consistem em:

I. Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
II. Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
III. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
IV. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
V. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
VI. Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
VII. Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do respectivo curso segue a **Resolução n.º 01, de 17 de JUNHO de 2010**, conforme os parâmetros a seguir:

I. ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;
II. ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós- graduação *stricto sensu;*
III. ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;
IV. assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

5.6. INTERDISCIPLINARIDADE NA PRÁTICA DOCENTE

Entre os princípios pedagógicos que estruturam as áreas de conhecimento destaca-se como eixo articulador, a **interdisciplinaridade**. Para observância da interdisciplinaridade é preciso entender que as disciplinas resultam de recortes e seleções, historicamente constituídos.

A forma de inserção e abordagem das disciplinas num currículo escolar é em si mesma indicadora de uma opção pedagógica de propiciar ao aluno a construção de um conhecimento fragmentário ou orgânico e significativo, quanto à compreensão dos fenômenos naturais, sociais e culturais.

É importante deixar claro que a prática docente, ao adotar a interdisciplinaridade como metodologia no desenvolvimento do currículo escolar, não significa o abandono das disciplinas nem supõe para o professor uma "pluri-especialização" bem difícil de imaginar, com o risco do sincretismo e da superficialidade.

Para maior consciência da realidade, para que os fenômenos complexos sejam observados, vistos, entendidos e descritos torna-se cada vez mais importante a confrontação de olhares plurais na observação da situação de aprendizagem. Daí a necessidade de um trabalho de equipe realmente pluridisciplinar e que impossibilite a fragmentação do conhecimento.

O projeto pedagógico em seus conteúdos programáticos busca a interdisciplinaridade e a instituição coloca à disposição dos professores e coordenadores o coordenador pedagógico, que possui como objetivo principal o eixo articulador do curso e suas nuances.

5.7. COORDENADAÇÃO ACADÊMICA

A Coordenação acadêmica do curso de **SERVIÇO SOCIAL** é feita mediante contratação de profissionais específicos para cada área pelo regime de trabalho da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – em tempo integral.

A Faculdade tem como norma que os coordenadores sejam aqueles de maior titulação, em regime de tempo integral, portadores de experiência profissional e acadêmica e não acadêmica adequadas. Avalia ainda o potencial interdisciplinar dos docentes dando preferência àqueles de maior adequação neste quesito para ocuparem a função de coordenação.

5.7.1. Atuação do coordenador

As competências da Coordenadoria de Curso estão dispostas no Art. 21 do

Regimento da Faculdade, desta forma:

I. distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;
II. deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
III. emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
IV. pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
V. opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
VI. opinar sobre o plano e o calendário acadêmico, elaborado pelo Diretor Acadêmico; e
VII. exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

São atribuições do Coordenador de Curso (Art. 22 do Regimento):

I. superintender todas as atividades da Coordenadoria;
II. representar a coordenação junto às autoridades e aos órgãos da Faculdade Gran Tietê;
III. supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas no âmbito do seu campo, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
IV. convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curso;
V. apresentar, anualmente, à Diretoria Acadêmica, relatório de suas atividades e das de sua Coordenadoria;
VI. sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
VII. encaminhar à Secretaria Acadêmica, nos prazos fixados pelo Diretor Acadêmico, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
VIII. promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e técnico-administrativo nele lotado;
IX. propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a

criação de cursos sequenciais, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;

X. delegar competência; e

XI. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

6. INSTALAÇÕES PARA O CURSO

6.1. ESPAÇO FÍSICO DO CURSO

O espaço físico disponibilizado pela Faculdade Gran Tietê aos seus alunos, professores e funcionários foi projetado de tal maneira que atenda, da maneira mais satisfatória possível, dentro dos critérios estabelecidos pelo MEC, aos seguintes requisitos:

a) Dimensão – espaço físico adequado para o número de usuários e para o tipo de atividade;
b) Acústica – isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário;
c) Iluminação – luminosidade natural e/ou artificial;
d) Ventilação – adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos,se necessário;
e) Mobiliário e aparelhagem específica – adequado e suficiente;
f) Limpeza – áreas livres são varridas e sem lixo, os pisos são lavados regularmente, mantendo-os sem sujeira, poeira e lixo. O depósito e as cestas de coleta de lixo estão disponibilizados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aulas na cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc. A GRAN TIETÊ mantêm, também, suas instalações sanitárias com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados, contando para isso com pessoal adequado e material de limpeza disponível.

6.1.1. Descrição da Estrutura Física da Faculdade Gran Tietê

O quadro a seguir apresenta a distribuição das instalações físicas geral da Faculdade Gran Tietê, incluindo salas de aula, instalações para docentes, área de alimentação, laboratórios, biblioteca, auditório e instalações sanitárias.

Setores	Dimensão (m²)
Setor A	
Hall de Entrada	30,00
Recepção	10,0
Corredor de Acesso	44,00
Tesouraria	6,00
Coordenação de Engenharia de Produção	5,00
Coordenação de Engenharia Civil	5,00
Coordenação de Administração	5,00
Coordenação de ENGENHARIA AGRONÔMICA	5,00
Secretaria Acadêmica	20,00
Arquivo da Secretaria	10,00
Recepção da Diretoria	8,00
Sala de Departamento Pessoal	5,00
Diretoria Acadêmica	11,00
Diretoria Financeira	12,00
Sala dos Professores	50,00
Sala de Reunião	6,00
Gabinete de Trabalho de Professores por Tempo Integral	50,00
Sala de Aula 1	52,00
Laboratório de Informática	50,00
Sala de Aula 2	52,00
Sala de Aula 3	50,00
Sala de Aula 4	50,00
Sala de Aula 5	50,00
Sanitário para Portadores de Necessidades Especiais	6,00
Sala do Apoio Psicopedagógico	6,00
Diretoria Geral	10,00
Auditório	110,00
Rampa de Acesso	40,00
Xerografia	5,00
Sanitário da Diretoria Geral	4,00
Setor B	
Sanitário Masculino	60,00
Sanitário Feminino	60,00
Sanitário para Portadores de Necessidades Especiais	6,00
Sala de Aula 6	50,00
Sala de Aula 7	50,00
Sala de Aula 8	50,00
Sala de Aula 9	50,00
Sala de Aula 10	50,00
Sala de Aula 11	50,00
Sala de Aula 12	100,00
Terminais disponíveis para acesso à internet	10,00
Terminais disponíveis para acesso à internet	5,00
Área de estudo	20,00
Terminais disponíveis para acesso ao acervo	2,00
Sala de Estudo em Grupo	8,00
Sala de Estudo em Grupo e Vídeo	8,00
Área Operacional de Funcionários	10,00
Laboratório Multidisciplinar I	100,00
Laboratório Multidisciplinar II	50,00
Laboratório de Desenho Técnico	55,00
Laboratório de Informática e Expressão Gráfica	60,00
Sala de Almoxarifado	12,00
Cantina	25,00
Área de Convivência I	1000,00

Quadro 16- Distribuição das instalações físicas geral da Faculdade Gran Tietê

6.1.2. Salas de Aula

As salas de aula da GRAN TIETÊ são dimensionadas para atender

satisfatoriamente às atividades acadêmicas nelas realizadas, sendo adequadas ao número de alunos e de disciplinas dos cursos de graduação e de pós-graduação, disponibilizando para seus alunos e professores um ambiente iluminado, ventilado, com boa acústica, limpo, com móveis e acessórios para o bom andamento das aulas.

6.1.3. Instalações para docentes

Os docentes dos cursos de graduação da Faculdade Gran Tietê contam com uma sala de professores, na qual é possível fazer reuniões, atender alguns alunos para orientações gerais, além de se constituir um espaço de encontro dos docentes de vários cursos.

A sala dos professores atende satisfatoriamente aos requisitos de iluminação, ventilação, acústica, limpeza, mobiliário e equipamentos, sendo adequada para o número de usuários e para o tipo de atividade.

6.1.4. Instalações administrativas

Na Faculdade Gran Tietê, em suas instalações, existem salas destinadas especificamente para as funções administrativas da Instituição e dos cursos oferecidos (secretaria, tesouraria, almoxarifado, patrimônio etc.).

A GRAN TIETÊ considera que o espaço físico reservado para esses setores é adequado para o número de usuários e para o tipo de atividade desenvolvida. Tais espaços atendem satisfatoriamente as condições de iluminação, ventilação, acústica, limpeza, mobiliário e equipamentos.

6.1.5. Instalações para a Coordenação do curso

O coordenador do curso de SERVIÇO SOCIAL da Faculdade Gran Tietê possui uma sala específica, na qual é possível fazer reuniões com docentes do curso, atendimento a alunos e desenvolver atividades administrativas inerentes à rotina de cada curso.

A sala do coordenador de curso atende satisfatoriamente aos requisitos de iluminação, ventilação, acústica, limpeza, mobiliário e equipamentos, sendo

adequada para o número de usuários e para o tipo de atividade.

6.1.6. Auditórios e Salas de Conferência

A Faculdade Gran Tietê dispõe de um (1)auditório, onde a Instituição realiza vários eventos relacionados aos seus cursos, servindo também como sala de conferência. O auditório apresenta um espaço físico adequado para o número de usuários e para o tipo de atividade que se destina e atende, adequadamente, aos requisitos de iluminação, ventilação, acústica, limpeza, mobiliário e equipamentos.

6.1.7. Gabinetes de Trabalho para Professores em Tempo Integral

A Instituição possui gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral com adequada: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

6.1.8. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais

A Faculdade Gran Tietê se preocupa em garantir os requisitos mínimos de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais que estudam ou venham a estudar na Instituição, tendo como referência a norma ABNT 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

A IES atende tais normas e também à Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 (que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições). A instituição adota os seguintes procedimentos:

6.1.8.1. Para alunos com deficiência física:

Para alunos com deficiência física, a EIS proporciona:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

6.1.8.2. Para alunos com deficiência visual

Há o compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- máquina de datilografia *Braille*, impressora *Braille* acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
- gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas;
- *software* de ampliação de tela;
- equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- lupas, réguas de leitura;
- *scanner* acoplado a computador;
- plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em *Braille*.

6.1.8.3. Para alunos com deficiência auditiva

Existe o compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- quando necessário, intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);
- materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

6.1.9. Infraestrutura de segurança

O Sistema de Segurança atua no sentido de garantir a prevalência das normas de segurança no que se refere às suas atribuições de prevenção e segurança às pessoas. Quanto à segurança patrimonial, a Faculdade dispõe de corpo próprio de vigilantes que garante este serviço e assegura a guarda da estrutura patrimonial (prédios, móveis, equipamentos).

6.2. EQUIPAMENTOS

A seguir estão descritas as considerações sobre os equipamentos disponibilizados para o curso.

6.2.1. Acesso dos Docentes, Técnicos e Alunos aos Equipamentos de Informática e aos Recursos Audiovisuais e Multimídia

Com vista a uma utilização que seja simultaneamente de qualidade, ordeira, e satisfatória dos laboratórios, a Faculdade Gran Tietê estabeleceu o conjunto de orientações abaixo enunciadas. Desnecessário dizer, que para qualquer norma funcionar tem de haver bom senso e civismo, tanto da parte de quem as cumpre como de quem as aplica. Esperamos, portanto que de ambas as partes exista compreensão e ajuda mútua.

A manutenção e conservação dos laboratórios incluem os laboratórios de ensino de graduação e os laboratórios de pesquisa, sendo executada por funcionários dos próprios cursos ou por pessoal especializado ou treinado para exercer estas funções. A coordenação da manutenção e conservação das instalações fica a cargo dos coordenadores das subáreas didáticas dos cursos. Há supervisores para cada laboratório ou instalação ou grupos de laboratórios definidos pela administração.

Os procedimentos de manutenção são divididos em 3 grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência.

Os procedimentos de manutenção incluem as atividades de:

- Substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil;
- As reformas de instalações e equipamentos de forma a minimizar a probabilidade da ocorrência de incidentes e interrupções nas rotinas de trabalho;
- As reformas necessárias à implementação de novas atividades;
- As reformas necessárias para a ampliação e/ou aumento da capacidade das atividades;
- Os consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes;
- Reformas que atendem a minimização e/ou eliminação de riscos de acidentes de alta ou altíssima probabilidade

6.2.2. Recursos audiovisuais e multimídia

A Faculdade Gran Tietê disponibiliza equipamentos audiovisuais (retroprojetor, multimídia, TV, etc.), que podem ser utilizados pelos professores e alunos do curso. Tais recursos existem em quantidade adequada às necessidades de professores e alunos, disponíveis mediante agendamento, para os cursos atualmente oferecidos, com vistas a facilitar a rotina acadêmica.

TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Projetor multimídia	4
Caixas de som amplificadora	2

Sistema de Amplificação c/ 2 caixas	1
DVD	2
Rádio/CD	2

Quadro 17- Descrição dos equipamentos - multimídia.

6.3. SERVIÇOS

As considerações sobre os serviços estão descritas a seguir.

6.3.1. Manutenção das instalações físicas

Todas as instalações físicas são bem conservadas. A Instituição possui setores destinados à limpeza, conservação e manutenção dos espaços físicos e das instalações diversas. Os espaços externos são limpos e ajardinados.

6.3.2. Manutenção, Conservação e Expansão dos Equipamentos

Os equipamentos da Faculdade Gran Tietê foram adquiridos recentemente, e por este motivo a instituição está voltada para a otimização do uso e atualização dos mesmos. Os responsáveis providenciam a manutenção preventiva e corretiva, bem como a expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos.

Faz parte do plano de expansão e atualização:

- Administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- Analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- Apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na unidade;
- Elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- Especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- Instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- Planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no

uso dos equipamentos;

- Planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

Para a manutenção e conservação dos equipamentos, a instituição terceiriza tais serviços, utilizando-se de profissionais de reconhecida competência em sua área, para a manutenção preventiva. A manutenção contínua e corretiva é realizada pela equipe de técnicos e instrutores de cada laboratório.

A atualização tecnológica é promovida periodicamente, mediante levantamento das necessidades de cada laboratório, pelos professores e técnicos responsáveis, com a assessoria de especialistas de cada área.

6.4. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) PREVISTAS PARA O CURSO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são definidas como os recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas.

Isto envolve ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, *blogs, chats,* tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV convencional, TV digital e interativa, rádio, programas específicos de computadores (*softwares*), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória *Flash*, etc.), entre outros.

As tecnologias de informação e de comunicação (TIC) podem constituir um elemento valorizador das práticas pedagógicas, já que acrescentam, em termos de acesso à informação, flexibilidade, diversidade de suportes no seu tratamento e apresentação.

As TIC valorizam, ainda, os processos de compreensão de conceitos e fenômenos diversos, na medida em que conseguem associar diferentes tipos de representação que vão desde o texto, à imagem fixa e animada, ao vídeo e ao som. Contudo, o entusiasmo e a esperança que se deposita nas tecnologias, não podem ser tomados, por si só, como o elixir para todos os males de que a educação padece.

A tecnologia deve ser usada não porque está disponível ou porque se

mostrou efetiva em alguns casos. Deve ser usada para possibilitar o processo de ensino e aumentar a aprendizagem. O uso desapropriado de tecnologia pode ter efeitos negativos.

Os professores devem escolher bem a tecnologia e justificar:

- porque é necessária para o tema;
- qual a mais-valia do seu uso; e
- como a tecnologia pode apoiar o processo de ensino.

Alguns autores sugerem o seguinte para o uso racional da tecnologia:

a) aumentar a motivação;
b) capacidades de ensino únicas, tais como ajudar os alunos a visualizar os dados e/ou o problema ou a seguir o seu progresso na aprendizagem;
c) apoiar abordagens de ensino inovadoras tais como a aprendizagem colaborativa e a aprendizagem baseada em problemas;
d) aumentar a produtividade do professor e a construção de conhecimento pelo aluno.

A INSTITUIÇÃO POSSUI UM "PROGRAMA DE USO PEDAGÓGICO DA TIC".

6.5. BIBLIOTECA

A Faculdade Gran Tietê entende que a biblioteca deve ser dotada de acesso especial aos portadores de deficiência física e a estes disponibilizar, também, todos os equipamentos necessários, computadores, e sanitários apropriados. Para a atualização do acervo, são levadas em consideração as solicitações de professores, sugestões dos profissionais da área e consulta frequente de catálogos de editores.

A GRAN TIETÊ prioriza a incorporação de materiais novos e inovadores, que indiquem ter a capacidade de fornecer uma nova dinâmica ao processo de ensino-aprendizagem, e que auxiliem os estudantes e professores em suas atividades curriculares e extracurriculares.

Os seguintes critérios são observados na seleção dos materiais do acervo incluindo os sites, vídeos, e CD-ROM recomendados:

- Adequação aos propósitos e ao público-alvo da Biblioteca;
- Boa apresentação e atratividade visual;
- Convênios de cooperação com outros institutos de pesquisa em

educação, bibliotecas e museus;

- Indicações de usuários da Biblioteca, docentes e/ou de pesquisadores da Faculdade;
- Interatividade com o usuário;
- Liberdade de direitos autorais, ou autorização de uso do material pelo detentor dos direitos;
- Pesquisas na rede Internet;
- Presença de conteúdo significativo, de fácil compreensão e utilização;
- Reconsideração, descarte e avaliação do acervo;
- Qualidade, atualidade e confiabilidade da informação;
- Relevância e utilidade para o usuário.

A princípio, todo material incorporado ao acervo torna-se permanente. A reconsideração da seleção poderá ocorrer nos casos em que o material apresente baixo índice de utilização, que não justifique sua permanência no acervo, ou seja, constatados problemas relativos aos direitos autorais.

Em casos de dúvidas ou desentendimento quanto à adequação de algum material, este é submetido à avaliação de bibliotecários, professores, educadores, e pesquisadores da Faculdade, cujo parecer final decidirá sobre a permanência ou não do mesmo.

Os links externos recomendados passam por uma reavaliação periódica, e sua inclusão é reconsiderada nos casos em que o site não mais atenda aos critérios de seleção acima, ou quando constatada a falência do link.

Quanto aos métodos de acesso à informação a Biblioteca se utiliza de todas as formas disponíveis para manter informados os seus usuários sobre os produtos e serviços colocados à sua disposição e quais as principais fontes de informação especializada.

Disponibilizada a informação contida no seu acervo documental, através de leitura "*in loco*" e empréstimo domiciliar, com exclusão dos periódicos, os quais não podem sair da biblioteca.

O Serviço de Empréstimo destina-se somente a docentes, discentes, ex-alunos e entre bibliotecas. Faculta igualmente um Serviço de Fotocópias, quer de artigos de publicações periódicas, quer de capítulos de monografias. Além do acesso direto aos documentos, o usuário tem a sua disposição de um serviço de

pesquisa bibliográfica automática, através de consulta à Base de Dados.

6.5.1. Espaço Físico

A Biblioteca apresenta condições adequadas quanto a espaços, mobiliários, equipamentos, infra-estrutura e condições ambientais (luminosidade, umidade e sistema de prevenção contra fungos, insetos e qualquer tipo de microorganismo). Dispõe de sistema de proteção contra incêndio e sistema antifurto para a armazenagem, preservação e funcionamento do acervo bibliográfico disponível.

A Biblioteca não apresenta qualquer tipo de barreira arquitetônica, permitindo que todos tenham condições de acesso a suas edificações, espaços, mobiliário e equipamentos.

O espaço físico abaixo discriminado indica as instalações do acervo para estudos individuais e em grupo, leitura, consulta, processamento técnico, atividades administrativas e demais áreas necessárias na Biblioteca para o melhor atendimento ao seu usuário.

Espaços da Biblioteca	Quant.	Área (m²)	Capacidade (pessoas)
Espaço para o Acervo	1	60,00	30
Espaço para Leitura	1	50,00	40
Box - Leitura Individual	10	10,00	10
Sala de estudo em grupo	1	8,00	6
Sala de vídeo	1	8,00	6
Espaço para recepção e atendimento	1	10,00	4
Terminais para Acesso à Internet	5	5	5
Terminais para Acesso ao Acervo	2	2	2
TOTAL		**153,00**	**103**

Quadro 18- Descrição dos espaços da biblioteca.

6.5.2. Instalações para o acervo

Na Biblioteca da Faculdade Gran Tietê existem áreas reservadas para estudos individuais com espaço e mobiliário adequados, oferecendo boxes para os usuários, proporcionando comodidade e facilidade para o acesso. Os espaços para estudo são bem iluminados, com refrigeração adequada, sem interferências sonoras, além de permanentemente conservados e limpos.

6.5.3. Instalações para estudos individuais

Na Biblioteca da GRAN TIETÊ existem áreas reservadas para estudos

individuais com espaço e mobiliário adequados, oferecendo boxes para os usuários, proporcionando comodidade e facilidade para o acesso. Os espaços para estudo são bem iluminados, com refrigeração adequada, sem interferências sonoras, além de permanentemente conservados e limpos.

6.5.4. Instalações para estudos em grupos

As salas para estudo em grupo estão devidamente instaladas e climatizadas, tendo cada uma delas mesa circular com seis cadeiras. Os espaços proporcionam a reserva necessária para o tipo de atividades que neles são desenvolvidas. Por estarem inseridos no corpo da Biblioteca, estão atendidos os aspectos de iluminação, refrigeração, acústica e limpeza.

6.5.5. Acervo Geral

O acervo geral da Biblioteca possui os mais diversos suportes de informação como livros, periódicos, fitas de vídeos, CD-ROMs, fitas K-7, bases de dados, DVDs, folhetos, informativos, mapas, jornais e revistas não científicos, entre outros. Todo este material está devidamente distribuído nas estantes, tendo sido etiquetado e preparado de acordo com os padrões bibliográficos de catalogação (Código de Catalogação Anglo Americano - AACR2) e classificação (Classificação Decimal de Dewey - CDD), para que sua recuperação no acervo seja imediata.

Este acervo bibliográfico é atualizado constantemente, com verba especialmente destinada pela Instituição para as aquisições, por indicação de alunos e professores, por solicitação das coordenadorias de cursos, da direção ou da bibliotecária, em razão de novas edições, de deteriorização ou perda, para atualização dos temas objeto de estudos, além da necessidade de aquisição de novas publicações para subsidiarem projetos de pesquisa e extensão.

A Biblioteca da GRAN TIETÊ também pratica a Política de Desenvolvimento de Coleções tendo como finalidade atender apropriadamente as funções de ensino, pesquisa e extensão, acompanhando o desenvolvimento e crescimento da Instituição.

6.5.6. Informatização do acervo

A informatização da Biblioteca merece especial destaque no projeto global da Faculdade Gran Tietê, dando origem a uma política voltada para a aquisição de equipamentos (computadores e periféricos) e contratação de pessoal técnico e operadores qualificados, em benefício dos padrões de desempenho institucional e do público usuário, o qual recebe treinamento para a utilização de tais equipamentos.

Os usuários têm à disposição serviços informatizados para busca e localização de material informacional como:

- Conexão com outras instituições, via Internet, para facilitar pesquisas bibliográficas;
- Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT;
- Serviço de consulta às bases de dados;
- Programa de automação dos catálogos para localização da informação no acervo por autor, título e assunto.

A Biblioteca também tem todos os seus serviços internos informatizados (registro, catalogação, indexação etc.), bem como os serviços diretamente ligados aos usuários (identificação, empréstimo/devolução, reserva etc.).

6.5.7. Periódicos Específicos do Curso de SERVIÇO SOCIAL

A instituição possui assinaturas e acesso aos periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, **maior que 20 títulos** distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com **acervo atualizado** em relação aos últimos 3 anos**.**

---

1. EDUCAÇÃO E PESQUISA
Educação e Pesquisa é uma publicação quadrimestral da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo FEUSP. Publicada desde 1975, a revista aceita artigos em português, francês, espanhol e inglês.
ACESSO:
http://www.scielo.br/revistas/ep/paboutj.htm

2. EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
Planejada como instrumento de incentivo à pesquisa acadêmica e ao amplo debate sobre o ensino, nos seus diversos prismas, a revista aceita colaborações de artigos e resenhas na área de Ciência da Educação.
ACESSO:

http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_0101-7330/lng_pt/nrm_iso

3. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
A Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), de periodicidade quadrimestral, é publicada desde junho de 1986 pela ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
ACESSO:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-6909&lng=pt&nrm=iso

4. SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE
Dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins, bem como contribuir com o debate e o aprofundamento crítico e analítico da teoria social, enfocando, preferencialmente, temas que dizem respeito à realidade brasileira e latino-americana..
ACESSO:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-6628&lng=pt&nrm=iso

5. REVISTA DE SAÚDE PUBLICA
A partir das experiências desenvolvidas no Centro de Saúde Experimental da Barra Funda, São Paulo (Brasil), foram definidas quatro funções básicas do serviço social em uma unidade sanitária expermiental: função de serviços de atendimento direto à clientela, função administrativa, função de ensino e aperfeiçoamento profissional e função de pesquisa. Juntamente à especificação de suas funções procurou-se determinar seus objetivos e atividades, bem como atribuições do Assistente Social e do Auxiliar Social.
ACESSO:
http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-89101976000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

6. REVSITA KATÁLYSIS
Este artigo aponta elementos sobre o debate a respeito das propostas relativas à proteção social que vêm sendo delineadas no contexto dos blocos econômicos e das contradições da globalização neoliberal
ACESSO:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-49802006000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

7. SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE
A partir da polêmica teórica e política sobre a relação entre marxismo e psicanálise, inauguradao pela perspectiva crítica da Escola de Frankfurt, e tomando como referência o debate acadêmico e o exercício profissional do Serviço Social contemporâneo em que a temática da subjetividade vem se apresentando com forte conteúdo psicologista, o artigo propõe-se a contribuir na superação do tradicionalismo colocando a temática na agenda ética, política e acadêmica no cenário profissional.
ACESSO:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282010000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

8. SOCIEDADE E ESTADO
Publicar trabalhos originais relacionados às Ciências Sociais.
ACESSO:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-6992&lng=pt&nrm=iso

9. ORGANIZAÇÃO E SOCIEDADE
A revista Organizações & Sociedade (O&S) é uma publicação trimestral, que tem como principal propósito disseminar pesquisas no campo dos Estudos Organizacionais e trabalhos de outras áreas que dialoguem e possuam claras implicações sobre as organizações. Acolhendo trabalhos de amplo espectro epistemológico, assim como que tangenciem o mainstream em Administração, a O&S veicula contribuições com alta consistência teórica e elevado rigor metodológico. São bem-vindos artigos sobre organizações públicas, privadas e do terceiro setor, e que articulam dialeticamente as organizações no contexto da sociedade contemporânea..
ACESSO:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1984-9230&lng=pt&nrm=iso

10. REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA
Publicar trabalhos sobre teoria econômica e ciência política, teóricos e aplicados, que envolvam Estado e mercado
ACESSO:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-3157&lng=pt&nrm=iso

11. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO
Estimular e difundir a produção brasileira e internacional no campo da Demografia e População e Desenvolvimento Sustentável e propiciar o diálogo entre este campo e áreas afins.
ACESSO:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-3098&lng=pt&nrm=iso

12. REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA
Publicar artigos originais de Ciência Política e de Relações Internacionais de alta qualidade, de modo a ampliar o intercâmbio de idéias com a comunidade internacional de ciência política.
ACESSO:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1981-3821&lng=pt&nrm=iso

13. REVISTA AMBIENTE E SOCIEDADE
Questões do ambiente e ciências sociais, com foco interdisciplinar.
ACESSO:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-753X&lng=pt&nrm=iso

14. REVISTA CEDEC
Dedica a fomentar uma reflexão que ofereça fundamentos para o debate em profundidade de questões substantivas da atualidade. Na análise de políticas públicas, se enfatiza seu caráter público, e na análise do panorama internacional, se enfatiza a posição do Brasil.
ACESSO:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-6445&lng=pt&nrm=iso

15. REVISTA SEQUÊNCIA
Publicar artigos e resenhas, todos inéditos, vinculados à área temática de Teoria Crítica do Direito, com ênfase no constitucionalismo contemporâneo.
ACESSO:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=2177-7055&lng=pt&nrm=iso

16. SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE
Dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins, bem como contribuir com o debate e o aprofundamento crítico e analítico da teoria social, enfocando, preferencialmente, temas que dizem respeito à realidade brasileira e latino-americana..
ACESSO:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-6628&lng=pt&nrm=iso

17. REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA
Realizar metassíntese da literatura sobre os principais conceitos e práticas relacionados à educação permanente em saúde.
ACESSO:
http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-89102014000100170&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

18. REVISTA BRASILEIRA DE EPIDEMIOLOGIA
A Revista Brasileira de Epidemiologia tem por finalidade publicar Artigos Originais e inéditos, inclusive de revisão crítica sobre um tema específico, que contribuam para o conhecimento e desenvolvimento da Epidemiologia e ciências afins.
ACESSO:
http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1415-790X&lng=pt&nrm=iso

19. EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL

Difundir o conhecimento epidemiológico aplicável às ações de vigilância, de prevenção e de controle de doenças e agravos de interesse da Saúde Pública, visando ao aprimoramento dos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
ACESSO:
http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=2237-9622&lng=pt&nrm=iso

20. EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL
Difundir o conhecimento epidemiológico aplicável às ações de vigilância, de prevenção e de controle de doenças e agravos de interesse da Saúde Pública, visando ao aprimoramento dos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
ACESSO:
http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=2237-9622&lng=pt&nrm=iso

21. CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA
Publicar debates, análises e resultados de investigações sobre temas considerados relevantes para a Saúde Coletiva.
ACESSO:
http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-8123&lng=pt&nrm=iso

22. CADERNO DE SAÚDE PÚBLICA
Publicar artigos originais que contribuam para o estudo da saúde pública em geral e disciplinas afins, como epidemiologia, nutrição, parasitologia, ecologia e controles de vetores, saúde ambiental, políticas públicas e planejamento em saúde, ciências sociais aplicadas à saúde, dentre outras.
ACESSO:
http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-311X&lng=pt&nrm=iso

23. SALUD COLECTIVA
Difundir artigos originais e inéditos em espanhol que contribuam para o estudo do processo saúde-doença-atenção-cuidado (PSEAC). Seu propósito é propiciar um espaço editorial em acesso aberto (Open Acess), para o pensamento crítico sobre o social, a qualidade científica, o rigor metodológico e a abertura multidisciplinar.
ACESSO:
http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1851-8265&lng=pt&nrm=iso

---

6.5.8. Política de aquisição, expansão e atualização

A Faculdade Gran Tietê pratica uma Política de Aquisição, Expansão e Atualização em sua Biblioteca com o objetivo principal de mantê-la sintonizada com a proposta pedagógica dos seus cursos. A Instituição adota, para aplicação dessa Política, critérios definidos para aquisição de seu acervo (livros, periódicos, bases de dados, multimeios etc.).

Um dos principais critérios aplicados leva em consideração a proposta pedagógica dos cursos e as prioridades para a bibliografia básica e complementar para tomada de decisão. A Biblioteca identifica a existência ou não, em seu acervo, da bibliografia básica e complementar das disciplinas oferecidas pelos cursos da GRAN TIETÊ, por meio de um inventário.

Uma vez constatada a inexistência de algum título ou, mesmo fazendo parte

do acervo esteja em quantidade inadequada em relação ao número de alunos matriculados na disciplina que o indicou ou sem condições de uso por qualquer tipo de deteriorização, é solicitado aos órgãos administrativos da GRAN TIETÊ sua aquisição imediata.

Em relação aos periódicos, a Biblioteca da GRAN TIETÊ sempre renova as assinaturas de títulos correntes que são de interesse para os cursos e, ainda, promove a aquisição de novos títulos por meio de contatos frequentes com empresas especializadas em periódicos nacionais e estrangeiros ou por indicação de usuários.

Por diversas razões, muitos periódicos podem se tornar ultrapassados, não sendo mais de utilidade para cursos das áreas que abrangem. Nestes casos, a Biblioteca, em parceria com os coordenadores de curso, deve selecionar novos títulos, para que seja feita a aquisição. A Biblioteca da GRAN TIETÊ sempre toma o cuidado de verificar nestes novos títulos a serem adquiridos, se não houve interrupção em seus fascículos ou se sua edição não está em vias de encerramento.

Os multimeios são, geralmente, indicados pelas coordenações de curso. Muitas vezes uma informação contida em um determinado suporte de informação pode servir para diversas disciplinas em vários cursos; assim, a Biblioteca, na medida do possível, adquire mais de um conjunto de exemplares para atingir o maior número de usuários.

As bases de dados, *on-line* ou não, compreendem, em sua maioria, quase todas as disciplinas de um mesmo curso e, muitas vezes, podem abranger vários cursos pertencentes a uma mesma área. São grandes depósitos de informação atualizada e por esta razão são fundamentais no acervo da Biblioteca.

Para o cumprimento da Política de Aquisição, Expansão e Atualização a mantenedora prevê em seu orçamento a destinação um percentual de sua receita anual – conforme prevê o PDI.

6.5.9. Horário de funcionamento

A Biblioteca da GRAN TIETÊ tem um horário de funcionamento que dá oportunidade ao aluno de utilizá-la no turno de funcionamento do seu curso e em outros horários, inclusive aos sábados, com a preocupação de que permaneça pelo menos um bibliotecário durante todo o período de seu funcionamento.

SEMANAS	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO					
	MANHÃ		TARDE		NOITE	
	INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM
Segunda à Sexta-feira	8:00	12:00	12:00	18:00	18:00	22:40
Sábados	8:00	12:00	-	-	-	-

Quadro 19- Horário de Funcionamento da Biblioteca.

6.5.10. Serviço e Condições de Acesso ao Acervo

A Biblioteca atende ao público interno: alunos, professores e funcionários da Faculdade Gran Tietê; e também o público externo, mas, este último, apenas para consultas em suas dependências.

A Biblioteca possui acesso restrito, porém, está nos planos da GRAN TIETÊ a sua ampliação física, bem como, o acesso livre. A leitura na Biblioteca é franqueada aos usuários, devendo as obras consultadas serem deixadas sobre o balcão de atendimento para que um funcionário da Biblioteca as devolva às estantes. Estas consultas também são computadas para fins estatísticos.

O acesso ao acervo pode se dar também por meio da página que a GRAN TIETÊ tem na Internet. Nela, existe um espaço para a Biblioteca no qual os títulos do acervo estão discriminados e podem ser pesquisados.

O sistema de informação da Biblioteca possibilita o acesso remoto ao acervo na própria Faculdade e fora dela, tanto para consulta como para seus serviços.

A Biblioteca da Faculdade Gran Tietê oferece os seguintes a seguir descritos.

6.5.10.1. Empréstimo Domiciliar

Permitido a docentes, discentes, técnico-administrativos e usuários visitantes, desde que cadastrados;

O tempo de empréstimo varia de três a quinze dias, dependendo do tipo de material emprestado e do usuário;

O limite de material emprestado também é variável, de acordo com o usuário;

Existe a possibilidade de renovação de empréstimo e reserva, por telefone e via Internet.

6.5.10.2. Empréstimos Entre Bibliotecas

O objetivo é fornecer aos usuários da Biblioteca da GRAN TIETÊ originais ou reproduções de periódicos, teses, dissertações, monografias ou trabalhos que não estejam disponíveis no acervo. Igualmente, proporciona a outras instituições que solicitem os documentos existentes no acervo e requeridos.

6.5.10.3. Serviço de Comutação Bibliográfica

O Serviço de Comutação Bibliografia recupera documentos não localizados no Sistema de Biblioteca da GRAN TIETÊ. Realiza também empréstimo de livros, artigos, teses e dissertações entre Bibliotecas nacionais por meio do COMUT.

6.5.10.4. Treinamento de usuários

É oferecido ao usuário um treinamento para melhor utilização do acervo e dos serviços oferecidos pela Biblioteca.

Auxílio na busca da informação

O usuário pode agendar um horário para que um bibliotecário o ajude a localizar informações via Internet ou em bases de dados. Este tipo de atendimento mais personalizado é muito utilizado na Biblioteca da GRAN TIETÊ.

6.5.10.5. Alerta bibliográfico

Este serviço mantém informado e atualizado o usuário da Biblioteca da GRAN TIETÊ sobre conteúdos das publicações periódicas especializadas de seu interesse.

Periodicamente, a Biblioteca expõe em seu quadro de avisos listas de editoras, sumários correntes, eventos, cursos e novas aquisições.

6.5.10.6. Reprografia:

O serviço de fotocópia funciona nas dependências da Faculdade e obedece a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que trata dos direitos autorais e proíbe a reprodução total de livros e outros materiais.

6.5.10.7. Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos

A Biblioteca, por meio de seus recursos técnicos e talentos humanos, auxilia e oferece treinamento aos seus usuários quanto à normalização técnica e bibliográfica, baseando-se nas normas da ABNT, quanto à elaboração de fichas catalográficas segundo o Código de Catalogação Anglo-Americano AACR2, bem como orientação quanto à recuperação de informação.

Está disponibilizado, para auxilio aos usuários, o Manual para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos, elaborado pela Coordenadoria de Pesquisa e Monografia. Este Manual tem por base as normas da ABNT, as quais estão também disponíveis no acervo.

6.5.11. Pessoal técnico-administrativo

A Biblioteca está sob a responsabilidade de profissionais devidamente habilitadas e inscritas no Conselho Regional de Biblioteconomia, além de auxiliares contratados pela entidade mantenedora.

6.6. LABORATÓRIOS

Na sequência estão apresentadas as informações detalhadas sobre os laboaratórios do Curso de SERVIÇO SOCIAL da Faculdade Gran Tietê.

6.6.1. Espaço Físico

O curso de SERVIÇO SOCIAL da Faculdade Gran Tietê utiliza laboratórios com espaço físico adequado para o número de alunos por laboratório, boa acústica, iluminação adequada, ventilação adequada às necessidades climáticas locais, mobiliário ergonômico, limpeza rigorosa e constante de todos os espaços e equipamentos específicos para o uso de cada laboratório.

Os laboratórios são utilizados nas aulas teóricas e práticas e também nos horários livres para que os alunos possam realizar seus estudos e pesquisas. Para tanto, cada laboratório possui para o seu gerenciamento uma equipe de pessoal técnico especializado.

O quadro a seguir demonstra os laboratórios existentes e os que estão previstos para construção pela Instituição.

LABORATÓRIOS							
LABORATÓRIO	CARACTERÍSTICAS				UTILIZAÇÃO		
	Área (m^2)	Capacidade	Existente	A Construir	M	T	N
Informática I	60,00	25	x		x	x	x
Informática II	50,00	25		x	x	x	x

Quadro 20- Laboratórios existentes e previstos.

6.6.2. Laboratório de Informática

Os laboratórios são espaços destinados ao suporte técnico das funções universitárias. Embora centrados nas atividades práticas de ensino, os laboratórios também devem operacionalizar outras necessidades advindas da prática de investigação e da extensão.

Os laboratórios são planejados segundo as necessidades didático-científicas dos projetos pedagógicos de cada curso de graduação, no que se refere à área física, às instalações específicas, às condições de Biossegurança e aos equipamentos e aparelhos identificados pelos professores responsáveis pelas práticas e pelos projetos de pesquisa e programas de extensão.

Cada laboratório tem um professor responsável pelas atividades nele realizadas, auxiliado por técnicos e instrutores ligados às disciplinas e atividades que o utilizam.

Para a manutenção e conservação das instalações e equipamentos, a instituição terceiriza tais serviços, utilizando-se de profissionais de reconhecida competência em sua área, para a manutenção preventiva. A manutenção contínua e corretiva é realizada pela equipe de técnicos e instrutores de cada laboratório.

A atualização tecnológica é promovida, periodicamente, mediante levantamento das necessidades de cada laboratório, pelos professores e técnicos responsáveis, com a assessoria de especialistas de cada área.

6.7. LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO

A IES oferece uma estrutura física que viabiliza o desenvolvimento do curso de Bacharelado em Serviço Social.

A confecção de relatórios deve ser uma prática contínua das disciplinas de caráter experimental, tendo por objetivo o desenvolvimento da habilidade de comunicação escrita, além de consolidar os conhecimentos teóricos e tecnológicos estudados.

É fundamental que os programas das atividades curriculares especifiquem de que modo será efetuado o desenvolvimento dos conteúdos previstos para as atividades laboratoriais de forma inequívoca.

6.7.1. Laboratórios – Descrição

A seguir estão descritos cada um dos laboratórios existentes / previstos para o curso.

DESCRIÇÃO DOS LABORATÓRIOS EXISTENTES

Laboratórios de Informática I	
Área Total	70 m²
Objetivos	
✓ Práticas relacionadas à editoração de texto, planilhas, banco dados, gráficos, softwares específicos e apresentações. ✓ Práticas relacionadas com desenho, desenho geométrico, geometria descritiva e desenho técnico com a utilização de instrumentos de uso computacional.	
Descrição	
✓ 25 computadores dispostos em bancadas ✓ Lousa – com pincel	
Softwares	
1. **AUTO CAD -** software do tipo CAD — computer aided design ou desenho auxiliado por computador. É utilizado principalmente para a elaboração de peças de desenho técnico em duas dimensões (2D) e para criação de modelos tridimensionais (3D).	
2. **GP1** (DEPS/UFSC) - O objetivo do jogo GP-1 é possibilitar aos participantes a elaboração de um plano estratégico de produção bianual e sua avaliação através da simulação das decisões. A empresa do jogo é uma fábrica de móveis, que focaliza a sua produção na fabricação de camas, sendo que sua estrutura produtiva pode ser planejada estrategicamente segundo um grupo de alternativas para se adequar a demanda simulada. Clique na figura ao lado para baixar o jogo GP-1.	
3. **GP-2** (DEPS/UFSC) - simula as atividades de planejamento e controle de produção a nível tático e operacional, em um sistema de produção "empurrado" em períodos semanais. A empresa do jogo *GP-2* é a mesma fábrica de móveis, chamada Cia Industrial de Móveis, apresentada no *GP-1*. No *GP-1* os produtos foram tratados como uma família (*camas*) e as decisões eram de nível estratégico (trimestrais, totalizando dois anos). Agora, no *GP-2* tem-se dois produtos distintos: as *camas simples (ST) e luxo (LX),* com decisões de nível tático-operacional (doze semanas de simulação, totalizando um trimestre).	
4. **GP-3** (DEPS/UFSC) - simula as suas atividades de planejamento e controle de produção a nível tático e operacional, em um sistema de produção "puxado". Essa empresa é a mesma do jogo GP-2 que sofreu algumas modificações em sua estrutura produtiva de forma a permitir a implantação do sistema Kanban. Em função da formação de células de manufatura, a programação da produção deixa de ser via MRP (empurrada) e passa a ser via Kanban (puxada).	
5. **Mecânica Básica** - Utilidade educativa para aprender como funcionam diversos sistemas mecânicos.	

6.	**VLabQ: Laboratório Virtual de Química** - Simulador interativo de Química que imita o efeito de cada experiência.
7.	**Cabri 3D** - Aplicação educativa destinada ao estudo da geometria.
8.	**Kicad** - Ferramenta para criar esquemas eletrônicos e circuitos impressos.
9.	**Winplot** - Ferramenta matemática para gerar gráficos a partir de qualquer equação.
10.	**Herramientas para Matemáticas** - ferramenta para automatizar e facilitar o cálculo de inúmeros exercícios matemáticos.
11.	**CaR Régua e Compasso** - Ferramentas de desenho técnico com régua e compasso, ideal para praticar geometria.
12.	**Logisim** - Ferramenta para desenhar e simular circuitos lógicos digitais.
13.	**Linear Álgebra** - Programa capaz de realizar todo tipo de operações de álgebra com matrizes.
14.	**Resistor Colour Code Solver** - Calcula os valores dos resistores através do seu código de cores e vice-versa.
15.	**Function Analyzer** - Gera gráficos a partir de funções matemáticas.
16.	**Data Paint** - Gera gráficos de dados estatísticos.
17.	**GeoGebra** - Aplicação educativa destinada ao estudo da geometria e da álgebra.
18.	**MathGraph** - Representa graficamente o resultado de qualquer função matemática.
19.	**Graph** - Representação gráfica de funções matemáticas.
20.	**Pacote Estatístico Simfit** - Pacote de programas destinados a profissionais e usuários especializados na área científica.
21.	**Virtual Physics** - Uma excelente coletânea de programas que simulam fenômenos físicos.
22.	**Aproximações Eulers** - Ferramenta para resolver equações diferenciais.
23.	**Limix Suite** - Uma ferramenta para realizar qualquer tipo de cálculos.
24.	**Graphmatica** - Utilidade matemática que representa graficamente operações ordinárias, paramétricas e diferenciais.
25.	**UD Pendulum** - Simulador gráfico do comportamento de um pêndulo.
26.	**Programação Linear** - Utilidade para resolver problemas de programação linear com até duas variáveis.
27.	**Formulator Express** - Um editor matemático de caráter avançado, que lhe permite criar e modificar expressões .
28.	**Gnumeric** - Um completíssimo programa de cálculo que serve para gerenciar, processar e analisar dados numéricos.
29.	**CaRMetal** - Traça retas, semi-retas, paralelas, polígonos, ângulos, etc., omitindo os passos intermediários.
30.	**FNGraph** - Ferramenta grátis de representação gráfica e análise de funções matemáticas.
31.	**Lei de Ohm** - Aplica Científicamente todas as fórmulas possíveis para a lei de Ohm.
32.	**OmniGlyph** - Uma completa utilidade desenvolvida em Ensamblador para o design de circuitos eletrônicos.
33.	**Math-o-mir** - Um editor matemático para escrever e resolver equações.
34.	**Grapes** - Programa para criar gráficos de funções matemáticas.
35.	**Derivador** - Matemática em estado puro. Calcula a derivada de qualquer função.
36.	**Geometry Calculator** - Calcula o volume, área, circunferência e superfície de todo tipo de figuras geométricas.
37.	**Gestran** - é um sistema de administração de empresas de transportes, compreendendo todas as funções de uma transportadora com controle de estoque para logística.
38.	**LSSP PCP1** (DEPS/UFSC) - O jogo de empresas LSSP_PCP1 trabalha a dinâmica de PCP da malharia no horizonte de longo prazo, com 12 períodos mensais simulados. Ao se iniciar o jogo deve-se escolher a estrutura fabril da malharia (pequena, média ou grande) e o tamanho do mercado consumidor (de massa, repetitivo em lotes ou sob encomenda) para as três famílias de malhas. Como o horizonte do jogo é de longo prazo, o objetivo do mesmo é montar um plano estratégico de produção, a partir da previsão da demanda de longo prazo, estruturando os recursos físicos da empresa, de maneira que a mesma trabalhe no mercado escolhido da forma mais eficaz possível.
39.	**LSSP_PCP2** (DEPS/UFSC) - tem por objetivo estudar e discutir as características de um sistema de PCP que atenda uma empresa com produção repetitiva em lotes voltado para a programação da produção empurrada. Nesse jogo é necessário aplicar os conceitos de previsão de demanda, planejamento-mestre (PMP), planejamento das necessidades de materiais (MRP), programação avançada com capacidade finita (APS), ponto de pedido, emissão e liberação de ordens e acompanhamento da produção.
40.	**LSSP_PCP3** (DEPS/UFSC) - tem por objetivo estudar e discutir as características de um sistema de PCP que atenda uma empresa com produção repetitiva em lotes voltado para a programação da produção puxada e empurrada simultaneamente. Nesse jogo é necessário aplicar os conceitos de previsão de demanda, planejamento-mestre (PMP), planejamento das necessidades de materiais (MRP), sistema kanban, ponto de pedido, emissão e liberação de ordens e acompanhamento da produção.

Quadro 21- Descrição do Laboratório de Informática I.

DESCRIÇÃO DOS LABORATÓRIOS QUE SERÃO CONSTRÍDOS

Laboratórios de Informática II

Área Total	60 m²

Objetivos

- ✓ Práticas relacionadas à editoração de texto, planilhas, banco dados, gráficos, softwares específicos e apresentações.
- ✓ Práticas relacionadas com desenho, desenho geométrico, geometria descritiva e desenho técnico com a utilização de instrumentos de uso computacional.

Descrição

- ✓ 25 computadores dispostos em bancadas
- ✓ Lousa – com pincel

Softwares

41. **AUTO CAD -** software do tipo CAD — computer aided design ou desenho auxiliado por computador. É utilizado principalmente para a elaboração de peças de desenho técnico em duas dimensões (2D) e para criação de modelos tridimensionais (3D).
42. **GP1** (DEPS/UFSC) - O objetivo do jogo GP-1 é possibilitar aos participantes a elaboração de um plano estratégico de produção bianual e sua avaliação através da simulação das decisões. A empresa do jogo é uma fábrica de móveis, que focaliza a sua produção na fabricação de camas, sendo que sua estrutura produtiva pode ser planejada estrategicamente segundo um grupo de alternativas para se adequar a demanda simulada. Clique na figura ao lado para baixar o jogo GP-1.
43. **GP-2** (DEPS/UFSC) - simula as atividades de planejamento e controle de produção a nível tático e operacional, em um sistema de produção "empurrado" em períodos semanais. A empresa do jogo *GP-2* é a mesma fábrica de móveis, chamada Cia Industrial de Móveis, apresentada no *GP-1*. No *GP-1* os produtos foram tratados como uma família (*camas*) e as decisões eram de nível estratégico (trimestrais, totalizando dois anos). Agora, no *GP-2* tem-se dois produtos distintos: as *camas simples (ST) e luxo (LX),* com decisões de nível tático-operacional (doze semanas de simulação, totalizando um trimestre).
44. **GP-3** (DEPS/UFSC) - simula as suas atividades de planejamento e controle de produção a nível tático e operacional, em um sistema de produção "puxado". Essa empresa é a mesma do jogo GP-2 que sofreu algumas modificações em sua estrutura produtiva de forma a permitir a implantação do sistema Kanban. Em função da formação de células de manufatura, a programação da produção deixa de ser via MRP (empurrada) e passa a ser via Kanban (puxada).
45. **Mecânica Básica** - Utilidade educativa para aprender como funcionam diversos sistemas mecânicos.
46. **VLabQ: Laboratório Virtual de Química** - Simulador interativo de Química que imita o efeito de cada experiência.
47. **Cabri 3D** - Aplicação educativa destinada ao estudo da geometria.
48. **Kicad** - Ferramenta para criar esquemas eletrônicos e circuitos impressos.
49. **Winplot** - Ferramenta matemática para gerar gráficos a partir de qualquer equação.
50. **Herramientas para Matemáticas** - ferramenta para automatizar e facilitar o cálculo de inúmeros exercícios matemáticos.
51. **CaR Régua e Compasso** - Ferramentas de desenho técnico com régua e compasso, ideal para praticar geometria.
52. **Logisim** - Ferramenta para desenhar e simular circuitos lógicos digitais.
53. **Linear Álgebra** - Programa capaz de realizar todo tipo de operações de álgebra com matrizes.
54. **Resistor Colour Code Solver** - Calcula os valores dos resistores através do seu código de cores e vice-versa.
55. **Function Analyzer** - Gera gráficos a partir de funções matemáticas.
56. **Data Paint** - Gera gráficos de dados estatísticos.
57. **GeoGebra** - Aplicação educativa destinada ao estudo da geometria e da álgebra.
58. **MathGraph** - Representa graficamente o resultado de qualquer função matemática.
59. **Graph** - Representação gráfica de funções matemáticas.
60. **Pacote Estatístico Simfit** - Pacote de programas destinados a profissionais e usuários especializados na área científica.

61.	**Virtual Physics** - Uma excelente coletânea de programas que simulam fenômenos físicos.
62.	**Aproximações Eulers** - Ferramenta para resolver equações diferenciais.
63.	**Limix Suite** - Uma ferramenta para realizar qualquer tipo de cálculos.
64.	**Graphmatica** - Utilidade matemática que representa graficamente operações ordinárias, paramétricas e diferenciais.
65.	**UD Pendulum** - Simulador gráfico do comportamento de um pêndulo.
66.	**Programação Linear** - Utilidade para resolver problemas de programação linear com até duas variáveis.
67.	**Formulator Express** - Um editor matemático de caráter avançado, que lhe permite criar e modificar expressões .
68.	**Gnumeric** - Um completíssimo programa de cálculo que serve para gerenciar, processar e analisar dados numéricos.
69.	**CaRMetal** - Traça retas, semi-retas, paralelas, polígonos, ângulos, etc., omitindo os passos intermediários.
70.	**FNGraph** - Ferramenta grátis de representação gráfica e análise de funções matemáticas.
71.	**Lei de Ohm** - Aplica Científicamente todas as fórmulas possíveis para a lei de Ohm.
72.	**OmniGlyph** - Uma completa utilidade desenvolvida em Ensamblador para o design de circuitos eletrônicos.
73.	**Math-o-mir** - Um editor matemático para escrever e resolver equações.
74.	**Grapes** - Programa para criar gráficos de funções matemáticas.
75.	**Derivador** - Matemática em estado puro. Calcula a derivada de qualquer função.
76.	**Geometry Calculator** - Calcula o volume, área, circunferência e superfície de todo tipo de figuras geométricas.
77.	**Gestran** - é um sistema de administração de empresas de transportes, compreendendo todas as funções de uma transportadora com controle de estoque para logística.
78.	**LSSP PCP1** (DEPS/UFSC) - O jogo de empresas LSSP_PCP1 trabalha a dinâmica de PCP da malharia no horizonte de longo prazo, com 12 períodos mensais simulados. Ao se iniciar o jogo deve-se escolher a estrutura fabril da malharia (pequena, média ou grande) e o tamanho do mercado consumidor (de massa, repetitivo em lotes ou sob encomenda) para as três famílias de malhas. Como o horizonte do jogo é de longo prazo, o objetivo do mesmo é montar um plano estratégico de produção, a partir da previsão da demanda de longo prazo, estruturando os recursos físicos da empresa, de maneira que a mesma trabalhe no mercado escolhido da forma mais eficaz possível.
79.	**LSSP_PCP2** (DEPS/UFSC) - tem por objetivo estudar e discutir as características de um sistema de PCP que atenda uma empresa com produção repetitiva em lotes voltado para a programação da produção empurrada. Nesse jogo é necessário aplicar os conceitos de previsão de demanda, planejamento-mestre (PMP), planejamento das necessidades de materiais (MRP), programação avançada com capacidade finita (APS), ponto de pedido, emissão e liberação de ordens e acompanhamento da produção.
80.	**LSSP_PCP3** (DEPS/UFSC) - tem por objetivo estudar e discutir as características de um sistema de PCP que atenda uma empresa com produção repetitiva em lotes voltado para a programação da produção puxada e empurrada simultaneamente. Nesse jogo é necessário aplicar os conceitos de previsão de demanda, planejamento-mestre (PMP), planejamento das necessidades de materiais (MRP), sistema kanban, ponto de pedido, emissão e liberação de ordens e acompanhamento da produção.

Quadro 22- Descrição do Laboratório de Informática II.

6.8. ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS

Os laboratórios e instalações especiais da Faculdade Gran Tietê atendem às necessidades de atividades práticas do ensino, práticas de investigação e extensão desenvolvidas na Instituição.

De uma maneira geral, todos os cursos oferecidos contam com laboratórios e equipamentos que permitem o pleno desenvolvimento das atividades práticas propostas nas disciplinas que exigem atividades laboratoriais.

À medida que novos cursos venham a ser implantados, novas instalações serão construídas para atender ao alunado e professorado de cada um dos cursos.

6.8.1. Normas de Segurança

A Faculdade Gran Tietê tem como uma das suas principais preocupações, oferecer aos seus alunos, professores e demais funcionários, todas as condições de segurança para o perfeito e tranquilo andamento das atividades acadêmicas.

A instituição passa, periodicamente, por uma avaliação/auditoria do corpo de bombeiros da cidade, para a correta manutenção de seus dispositivos contra incêndio (extintores) e de suas instalações em geral. Nessas avaliações/auditorias, os pareceres sempre foram de aprovação aos dispositivos existentes.

Seus laboratórios, embora não tenham equipamentos de risco, possuem afixados em lugar visível, os procedimentos básicos de conduta no caso de ocorrência de algum sinistro.

Além disso, a GRAN TIETÊ conta um grupo de funcionários (vigias) que são responsáveis pela segurança do patrimônio da instituição e de seus clientes internos.

6.8.2. Pessoal Técnico

Os Laboratórios existentes contam com funcionários capacitados responsáveis pela sua utilização. O pessoal técnico-administrativo para os demais laboratórios específicos (dos futuros cursos previstos no PDI) serão contratados na medida em que os mesmos entrarem em funcionamento.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA / REFERENCIADA

ALLAL, L.; CARDINET, J.; PERRENOUD, P. **A avaliação formativa num ensino diferenciado**. Coimbra: Almedina, 1986.

ALVES, R. **A alegria de ensinar**. Ars Poética: S. Paulo, 1994.

ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Cortez: S. Paulo, 1992.

ARCHITECTURAL Press: New York, 1996.

BERBEL, N. A. N. **Conversando sobre duas propostas metodológicas inovadoras: a Aprendizagem baseada em Problemas e a Metodologia da Problematização**. Notícia: Universidade Estadual de Londrina, p. 1-2, dez. 1997.

BORDENAVE, J, D.; PEREIRA, A, M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

BRANDÃO, C. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DELORS, J. (coord.). **Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.** 4. ed. São Paulo: Cortez - Brasília: MEC/UNESCO, 1999.

DOLL, W. E. **Currículo**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

ENRICONE, D., GRILLO M. **Avaliação uma discussão em aberto**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

FREIRE P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, 14ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à Universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LÜCK, H. **Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAMEDE, S. *et al*. **Aprendizagem Baseada em Problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional**. Fortaleza: Hucitec, 2001.

MARTINEZ, A. C. **Ensaio sobre o Projeto**. UNB: Brasília, 2000.

MEC. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria Normativa N° 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01/12/2010**, publicada em 29/12/2010.

MEC. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação

Superior (CONAES). **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superio**r, 27.08.2004.

MEC. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) / SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 2004a.

MEC. Ministério da Educação. **Portaria Nº 2.051, de 9 de julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Publicado no D.O.U em 12.07.2004

MEC. Ministério da Educação. **Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Publicado no D.O.U de 11.11.2003.

MEC. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Nº 40, de 12 de dezembro de 200**7, consolidada e publicada no D.O.U. em 29.12.2010.

MEC. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007 do Ministério da Educação** – Carga horária mínima e tempo de integralização.

MITCHELL, W. J. **The virtual studio***.* Acarida Quarterly**,** 16:3, p. 6-12, 1997.

MITCHELL, W. J., e M. McCullough. ***Digital Design Media***. New York, EUA: Van No strand Reinhold, 1995.

MITCHELL, W. J., Space, Place, and the Infobahn: The City of Bits, the MIT Press,

MORETTO, V. P. **Construtivismo, a produção do conhecimento em aula**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MURAMOTO, H. M. S. **Ação/Reflexão/Diálogo: O Caminhar Transformador** – disponível em www.crmariocovas.sp.gov.br.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul,

PORTAL da Rede UNIDA. **Diversificação de cenários de ensino e trabalho sobre necessidades / problemas da comunidade**. Disponível em www.redeunida.org.br.

ROWE, P. ***Design Thinking.*** Cambridge, Mass, EUA: *The MIT Press*, 1992.

WEISHAR, P. ***Digital space, designing virtual environments***. McGraw Hill. 1998.